

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**O REORDENAMENTO NO MUNDO DO TRABALHO E A PRECARIZAÇÃO
DO TRABALHO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA: MEDIAÇÕES DA
MERCADORIZAÇÃO DA CULTURA CORPORAL**

**Por TATIANE CARNEIRO COIMBRA
Sob a orientação da Prof^a Dr^a Eunice
Schilling Trein**

**Niterói,
março de 2009**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**O REORDENAMENTO NO MUNDO DO TRABALHO E A PRECARIZAÇÃO
DO TRABALHO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA: MEDIAÇÕES DA
MERCADORIZAÇÃO DA CULTURA CORPORAL**

**Por TATIANE CARNEIRO COIMBRA
Sob a orientação da Prof^a Dr^a Eunice
Schilling Trein**

**Niterói,
março de 2009**

TATIANE CARNEIRO COIMBRA

**O REORDENAMENTO NO MUNDO DO TRABALHO E A PRECARIZAÇÃO
DO TRABALHO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA: MEDIAÇÕES DA
MERCADORIZAÇÃO DA CULTURA CORPORAL**

**Dissertação apresentada ao programa
de Pós-Graduação em Educação da
Universidade Federal Fluminense
como requisito parcial para a obtenção
do Grau de Mestre em Educação.
Campo de Confluência: Trabalho e
Educação.**

**Orientador: Prof^ª Dr^ª Eunice Schilling Trein
Niterói, Março de
2009.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação

Niterói, 26 de março de 2008

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Eunice Schilling Trein - Orientadora
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. José dos Santos Rodrigues
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Hajime Takeuchi Nozaki
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

NITERÓI,
Março de 2009

Ao Douglas, pessoa que eu escolhi e também me escolheu para que pudéssemos construir uma vida juntos. “caminhante não faz o caminho, faz-se o caminho ao caminhar”. Obrigada por percorrer comigo o caminho que escolhi, tornando-o menos árduo. “Quando tudo está perdido sempre existe uma luz”. Você diversas vezes foi e é a minha luz.

Com todo amor dedico.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Zeca e Wilton por terem contribuído para que eu pudesse crescer. Principalmente pela paciência e sabedoria para compreender e aceitar, que muitas vezes escolhi caminhos para trilhar diferente daqueles que vocês escolheriam. Obrigada, pois mesmo assim, vocês permitiram que eu trilhasse o caminho por mim escolhido.

Aos meus tios e avôs. Tia Bete, Tio Wilsom, Tio Valter, Vô Rita e Vô Geraldo por todo amor, apoio e pela ajuda, principalmente no início do curso. Agradeço, também, aqueles que me incentivaram e sinceramente torceram para que eu completasse o mestrado.

A minha irmã, Karoline. Somos tão diferentes, mas essa diferença nos ensina a crescer. Obrigada pela atenção e eterna preocupação. Tenho certeza que em muitos momentos da minha vida você foi à pessoa que mais se preocupou comigo.

A tia Neuza pelo carinho e ao tio Rui, também, pelo carinho, que sempre teve comigo e com o Douglas.

A Pâmela, amiga de infância, pela eterna amizade, apoio, torcida e compreensão. Mesmo sendo tão diferente tenho certeza que sempre torceu para que meus sonhos se realizassem.

A Lud, tão pequena, me proporcionou importantes momentos de distração e felicidade.

A Cristiana, amizade que construí durante a graduação, mas que será para a vida toda. Desde que nos conhecemos enfrentamos todas as dificuldades da graduação juntas. Agora enfrentamos, também, as dificuldades impostas pelo mestrado. Às vezes penso que sempre escolhemos os caminhos mais difíceis. Mas, a nossa amizade nos ajuda a trilhá-los.

A Renata, quando nos conhecemos nunca pensei que um dia pudéssemos estudar juntas. As nossas constantes reflexões me ajudaram a compreender diversas questões. Desde a primeira viagem à UFF pude perceber que a sua presença, com certeza, tornaria o caminho mais fácil.

Ao Álvaro, pela paciência histórica que sempre tem ao nos ensinar. Pelas diversas oportunidades, que me proporcionou durante os tempos da graduação e principalmente pela coerência com o nosso referencial teórico. Com você aprendi que o principal papel de um professor é a formação de outros homens.

Ao Hajime, pelos ensinamentos, confiança, incentivo e por tudo que representa para Educação Física. Pela prontidão de participar das bancas do meu projeto de qualificação e da defesa. Mesmo tão longe, nos momentos mais difíceis, sempre se fez tão perto. Em especial, por ter-me feito acreditar que conseguiria ingressar no mestrado na UFF.

À Barbara, pessoa especial, a quem conheço à tão pouco tempo e a Vinícius pela amizade, acolhida e a oportunidade de compartilhar as nossas angústias.

A minha orientadora, professora Eunice Trein. Em primeiro lugar pela disposição em acolher objetos da Educação Física, em especial por ter aceitado o desafio que seria orientar um objeto como o meu. Sem a sua acolhida sei que não seria possível. Obrigada, também, pela dedicação, atenção e rigor teórico durante todo o curso.

Aos professores do campo trabalho e educação que nos deram a oportunidade de participar de ricas e importantes discussões, que contribuíram para que possamos compreender a realidade. Em especial ao professor José Rodrigues pelos ensinamentos na disciplina cursada e pela disposição em participar das bancas, de exame do projeto e de defesa.

A todos os professores, alunos e funcionários, que lutaram e que ainda lutam em defesa da Universidade Pública, gratuita e de qualidade. Devo a vocês ter podido cursar uma Universidade gratuita e ainda ter sido contemplada com a bolsa de estudos da CAPES.

A todos os companheiros do GETEMHI, Cris, Marcelo, Cadu, Tiago, Flaviana, Léo, Mônica, Rafael, Ayra e Rodrigo pelas importantes discussões e essencial colaboração no momento das entrevistas. Em especial ao Graziany pela, sempre, prontidão em ajudar, principalmente pelo apoio e torcida no processo seletivo da UFF.

A todos os companheiros do MNCR em especial ao núcleo de Juiz de Fora, Vick, Cris, Mônica, Flaviana, Ayra, Priscila, Graziany, Cadu e Tiago. Pelas discussões ocorridas no decorrer do ano e pela insistência na luta por um projeto de sociedade socialista.

A todos os professores que gentilmente cederam as entrevistas para esse trabalho.

À turma do mestrado de 2007 com quem tivemos a oportunidade de debater diversas questões. Em especial ao Bruno, Solange, Gisele e Sandra. As nossas discussões contribuíram para a clareza do meu referencial.

As turmas das orientações coletivas pelas importantes contribuições e leitura dos textos.

LISTA DE SIGLAS

ACAD- Associação das Academias do Brasil.

ACAD-RS- Associação das Academias do Rio Grande do Sul -

APEF- Associação de Professores de Educação Física

BM- Banco Mundial

CCQ- Círculos de Controle de Qualidade.

CLT- Consolidação das Leis do Trabalho.

CNE Conselho Nacional de Educação

CONFED- Conselho Federal de Educação Física.

CREF- Conselho Regional de Educação Física.

CUT- Central Única dos Trabalhadores.

FHC- Fernando Henrique Cardoso.

FPDAF- Frente Parlamentar em Defesa da Atividade Física

FIESP- Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FMI- Fundo Monetário Internacional.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INSS- Instituto Nacional da Seguridade Social.

MP- Medida Provisória.

ONU- Organização das Nações Unidas.

PFL- Partido da Frente Liberal.

PEA- População Economicamente Ativa

PLR- Participação nos Lucros e Resultados da Empresa

PROEJA- Programa de Educação de Jovens e Adultos.

PROJOVEM- Programa Nacional de Inclusão de Jovens.

PROUNI- Programa Universidade Para Todos.

SADEPE-SC- Sindicato das Academias e Demais Empresas de Prática Esportiva do Estado de Santa Catarina.

SADEMP-. Sindicato dos Estabelecimentos de Esportes do Estado de Mato Grosso, Organização do Sindicato das Academias e Demais Empresas de Prática Esportiva do Estado do Rio Grande do Sul.

SADEPE-PB- Sindicato Patronal das Academias de Ginástica do Estado da Paraíba.

SEEAATESP- Sindicato dos Estabelecimentos de Esportes Aquáticos e Terrestres do Estado de São Paulo.

SENAGIC- Sindicato dos Estabelecimentos de Natação, Ginástica, Recreação e Cultura Física de Minas Gerais.

SENAGI-CE- Sindicato das Academias de Ginástica e Desporto do Estado do Ceará.

SINDACAD/ RJ- Sindicato dos Proprietários das Academias do Município do Rio de Janeiro.

SINDEC/MG-Sindicato dos Trabalhadores em Entidades Culturais e Recreativas no Estado de Minas Gerais.

SINDISCLUB- Sindicato dos Trabalhadores em Clubes do Rio de Janeiro.

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

UFF-. Universidade Federal Fluminense.

UFJF-. Universidade Federal de Juiz de Fora.

RESUMO

A dissertação que aqui se apresenta teve como objetivo principal analisar as condições de trabalho do professor de Educação Física nas academias de ginástica. Objetivo específico apreender as relações entre o sistema CONFEF/CREF e a ACAD/SINDACAD/RJ, organismos representantes da burguesia do âmbito do *fitness*, e as suas implicações para o trabalho do professor em questão. No primeiro capítulo buscamos compreender como a burguesia se apropria da cultura corporal, que foi historicamente construída na interação entre o homem e a natureza, desde a sua consolidação enquanto classe hegemônica até os dias atuais. Identificamos que a burguesia se apropriou da cultura corporal, a *priori*, sob a forma da Educação Física ministrada no âmbito escolar. Hoje como essa disciplina não é central para o projeto de formação humana do capital ela é desvalorizada no seio escolar. Desse modo, a classe hegemônica se apropria, na contemporaneidade, da cultura corporal sob a forma de mercadoria a ser vendida principalmente pelas academias de ginástica, o que proporciona um reordenamento no trabalho do professor de Educação Física. No capítulo posterior, com base na obra marxiana discutimos a centralidade do trabalho e suas duas dimensões: a ontológica e a histórica. Além disso, mediante revisão de literatura buscamos apreender como se apresenta o mundo do trabalho hoje. Para essa compreensão foi necessário identificar os determinantes da sua atual configuração, a crise do capitalismo que eclodiu mundialmente a partir de 1970 e as suas tentativas de recomposição: o neoliberalismo e a reestruturação produtiva. No terceiro e último capítulo analisamos as conseqüências do reordenamento no mundo do trabalho para o professor da Educação Física, especificamente no que se refere às condições de trabalho. Utilizamos como fonte para análise revistas da ACAD, a convenção coletiva de trabalho firmada entre o SINDACAD/RJ e o SINDSCLUBE e entrevistas semi-estruturadas com trabalhadores das academias de ginástica da cidade de Juiz de Fora/MG. Concluímos que o reordenamento no trabalho do professor de Educação Física, imbricado em um processo de reestruturação produtiva e neoliberalismo trouxeram duras penas aos trabalhadores da área, que enfrentam relações de trabalho altamente flexíveis, desregulamentadas e precárias.

Palavras-chave: crise do capital, mundo do trabalho, condições de trabalho, Educação Física e cultura corporal.

ABSTRACT

The dissertation that is presented here had as objective main to analyze the conditions of work of the professor of Physical Education in the gymnastics academies. Specific objective to apprehend the relations between system CONFEE/CREF and the ACAD/SINDACAD/RJ, representative organisms of the bourgeoisie of the scope of fitness, and its implications for the work of the professor in question. In the first one I capitulate we search to understand as the bourgeoisie if it appropriates of the corporal culture, that historically was constructed in the interaction between the man and the nature, since its consolidation while hegemonic classroom until the current days. We identify that the bourgeoisie if appropriated of the corporal culture, a priori, under the form of the given Physical Education in the pertaining to school scope. Today as this it disciplines is not central for the formation project human being of the capital is devaluated in the pertaining to school seio. In this manner, the hegemonic classroom if appropriates, in the contemporaneidade, of the corporal culture under the form of merchandise to be vendida mainly by the gymnastics academies, what it provides a reordenamento in the work of the professor of Physical Education. In I capitulate it posterior, on the basis of the marxiana workmanship we argue the centralidade of the work and its two dimensions: the ontological and the historical one. Moreover, by means of literature revision we search to apprehend as if it presents the world of teacher today. For this understanding it was necessary to identify the determinative ones of its current configuration, the crisis of the capitalism that came out world-wide from 1970 and its attempts of resetting: the neoliberalismo and the productive reorganization. In the third and last one I capitulate we analyze the consequences of the reordenamento in the world of the work for the worker of the Physical Education, specifically as for the work conditions. We use as source for analysis reviewed of the ACAD, the collective convention of work firmmed between the SINDACAD/RJ and the SINDSCLUBE and interviews half-structuralized with workers of the academies of gymnastics of the city of Juiz De Fora /MG. We conclude that the reordenamento in the work of the professor of Physical Education, imbricado in a process of productive reorganization and neoliberalismo had brought hard penalties to the workers of the area, who face highly flexible relations of work, desregulamentadas and precarious.

Word-key: crisis of the capital, world of the work, conditions of work, Physical Education and corporal culture.

FÁBRICA

Nosso dia vai chegar,
Teremos nossa vez.
Não é pedir demais:
Quero justiça,
Quero trabalhar em paz.
Não é muito o que lhe peço -
Eu quero um trabalho honesto
Em vez de escravidão.

Deve haver algum lugar
Onde o mais forte
Não consegue escravizar
Quem não tem chance.

De onde vem a indiferença
Temperada a ferro e fogo?
Quem guarda os portões da fábrica?

O céu já foi azul, mas agora é cinza
O que era verde aqui já não existe mais.
Quem me dera acreditar
Que não acontece nada de tanto brincar com fogo,
Que venha o fogo então.

Esse ar deixou minha vista cansada,
Nada demais.

(Renato Russo)

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	p. vii
RESUMO.....	p. viii
ABSTRACT.....	p.ix
INTRODUÇÃO.....	p.1

1) CULTURA CORPORAL: DA CONFORMAÇÃO À MERCADORIZAÇÃO.

1.1) A Cultura Corporal nos períodos higienista e militar: histórico dos primórdios da implantação da cultura corporal na escola até a década de 1970.....p.17

1.2) Os anos de 1970: o milagre econômico e a esportivização da Educação Física.....p. 24

1.3) O trabalho reivindica a cultura corporal.....p.30

1.4) A Educação Física no atual projeto de formação humana do capital.....p.33

1.5) A cultura corporal como mercadoria: a Educação Física sob a égide da reestruturação produtiva e do neoliberalismo.....p.36

1.5.1) A produção e o consumo de mercadorias e a mercadoria prática corporal.
.....p.44

2) DA CENTRALIDADE DO TRABALHO AO TRABALHO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.

2.1) A dimensão ontológica e histórica do trabalho.....p.52

2.2) A natureza das crises do capital.....p.58

2.3) A especificidade da crise dos anos de 1970: o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista e a falência do Estado de Bem Estar Social.....p.61

2.4) As estratégias do capital para gerir sua crise: neoliberalismo e reestruturação produtiva.....	
A) O neoliberalismo.....	p.67
B) A reestruturação produtiva.....	p.75
2.5) O mundo do trabalho hoje.....	p.79
3) O TRABALHO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ACADEMIAS DE GINÁSTICA	
3.1- As mudanças no conteúdo do trabalho do professor de Educação Física.....	p.93
3.2 O Sistema CONFEF/CREF a ACAD e o SINDACAD: a Organização Empresarial no Âmbito do Fitness.	p.98
3.3) A precarização do trabalho do professor de Educação Física: A convenção coletiva de trabalho.....	p.121
3.4) A precarização do trabalho do professor de Educação Física à luz da pesquisa de campo.....	p. 127
4- CONCLUSÃO.....	p.147
5- BIBLIOGRAFIA.....	p.151
ANEXO I.....	p.163
ANEXO II.....	p. 167

INTRODUÇÃO

“Não existe teoria
revolucionária sem prática
revolucionária, nem prática
revolucionária sem teoria
revolucionária. (*LÊNIN, s/d*)”

A dissertação que ora se apresenta objetivou analisar as condições de trabalho do professor de Educação Física no espaço não escolar, especificamente nas academias de ginástica. Partimos do pressuposto de que as condições de trabalho desse professor, bem como de qualquer outro trabalhador, sobre o solo do desenvolvimento capitalista, são precárias. No entanto, almejamos identificar de que forma as referidas relações se apresentam na contemporaneidade, tendo como marco histórico a crise do capital, que eclodiu mundialmente a partir da década de 1970 e as tentativas de sua recomposição, a reestruturação produtiva e o neoliberalismo.

Com fins de concretizar o objetivo exposto, alguns objetivos específicos se colocam: compreender em que ordem de mediação o neoliberalismo e a reestruturação produtiva participam da gerência da crise do capital e quais as suas inter-relações com o trabalho do professor de Educação Física. Identificar a relação existente entre o sistema

CONFED/CREF, a ACAD e o SINDACAD/RJ¹, os quais convencionamos chamar de organismos representantes da burguesia do âmbito do *fitness*². Além disso, objetivamos apreender de que forma esses organismos se organizam e intensificam ainda mais a precarização do trabalho do professor de Educação Física.

O projeto que originou a presente dissertação mantém relações com o processo de formação acadêmica pelo qual passei até licenciarme em Educação Física, na Universidade Federal de Juiz de Fora – MG. Durante toda a graduação diversas questões referentes à profissão na qual me formei se tornaram preponderantes em minhas reflexões. Dentre elas podemos mencionar o reordenamento no trabalho do professor de Educação Física³, que até a década de 1980, poderia ser caracterizado predominantemente como um trabalhador assalariado da escola pública ou privada.

O meu tema de estudo começou a adquirir consistência após a realização de uma disciplina de caráter opcional oferecida pela Faculdade de Educação/UFJF, em cujo trabalho final apresentei um artigo que tratava do tema trabalho. Desde então, o interesse por tal temática foi se ampliando e ganhou grande força após ingresso no - GETEMHI- Grupo de Estudo Trabalho, Educação Física e Materialismo Histórico- que funciona hoje,⁴ na Faculdade de Educação daquela Universidade. Outra disciplina,

¹ - CONFED/CREF- Conselho Federal de Educação Física e Conselho Regional de Educação Física. ACAD- Associação das Academias do Brasil. SINDACAD/RJ- Sindicato dos Proprietários das Academias do Rio de Janeiro.

² - *Fitness* a princípio significa comportamento saudável. Contudo, esse conceito facilmente é compreendido como aula de ginástica. Atualmente é comum denominar de *fitness* o que se relaciona a atividade física, sobretudo, o que se refere à ginástica. Desse modo, quando nos referimos, nesse trabalho, aos organismos representantes da burguesia do âmbito do *fitness* estamos nos referindo aos organismos que representam os proprietários das academias de ginástica.

³- Consideramos que a partir da década de 1980, iniciou-se um processo de reordenamento do trabalho do professor de educação física, tanto no que se refere ao mercado trabalho, quanto ao conteúdo do trabalho desse professor.

⁴ - No ano de 2005, o GETEMHI, se reunia na faculdade de Educação Física e a partir de maio do ano de 2006 passou a reunir-se na faculdade de Educação da mesma Universidade.

também facultativa, cuja temática central era o reordenamento no mundo do trabalho e a Educação Física, do curso de licenciatura, e duas do curso de especialização em Fundamentos Teórico Metodológicos do Ensino da Educação Física Escolar, do qual fui aluna especial, serviram para aguçar o meu interesse por esse assunto. Outra grande contribuição para consolidação dos estudos centrados na área Trabalho e Educação foi à realização da pesquisa intitulada *“Metamorfoses no Mundo do Trabalho: Mediações Quanto ao Papel da Educação Física Escolar*, que realizei durante o processo de minha formação, sendo contemplada com uma Bolsa de Conclusão do Curso de Graduação – BCCG-.

O interesse pelo presente tema de dissertação foi ganhando concretude a partir das discussões referente às diretrizes curriculares da Educação Física, às quais tive oportunidade de acompanhar de perto, pois era representante discente, no conselho de unidade. *“Não quero saber quem fez as diretrizes curriculares, se foi o conselho⁵ ou não, o que me interessa é que o mercado está aí e nós precisamos formar os nossos alunos para o mercado.”* Essas foram às palavras de uma professora membro do conselho de unidade da faculdade na qual me formei em uma das discussões acerca da reformulação curricular do curso. O argumento da referida professora pautava-se na premissa de que há um “novo” campo de atuação profissional na Educação Física, representado principalmente pelas academias de ginástica. Assim sendo, emergiu a necessidade de formar profissionais com vistas à ocupação de vagas, primordialmente no mercado do *fitness*. Após a fala da professora argumentei que o termo mercado de trabalho consiste em uma noção ideológica, cujo objetivo é adaptar os trabalhadores as condições de mais alta precariedade, no mercado de trabalho. No entanto, não pude dar

⁵- O conselho o qual a professora se referiu foi o Conselho Federal de Educação Física.

prosseguimento à fala, pois fui interrompida pela Presidente do conselho de unidade, que disse que minha argumentação não constava como ponto de pauta daquela reunião.

A partir da referida reunião uma pergunta se tornou recorrente em minhas reflexões: quais as condições de trabalho do professor de Educação Física, no denominado campo emergente, representado principalmente pelas academias de ginástica?

Em uma das disciplinas por mim cursadas houve a discussão do livro, “*o Avesso do Trabalho*”, cujos organizadores são os autores Ricardo Antunes e Maria Aparecida Silva Moraes. Esse livro contém artigos sobre o trabalho de variadas categorias profissionais- dos trabalhadores de uma fábrica de calçados em Franca, dos decasséguis, dos cortadores de cana, dos caminhoneiros, dentre outros. Após discussão do livro em tela eu disse que faltava um artigo, o que versava acerca do trabalho do professor de Educação Física devido à proximidade que pude perceber entre as condições de trabalho de algumas categorias profissionais e o trabalho desse professor. Então, o professor que ministrava a disciplina, e também coordenador do GETEMHI, naquela ocasião, disse que acerca do trabalho do professor de Educação Física nós, (GETEMHI) faríamos um livro, cujo título seria: O Estado da Arte do Trabalho do Professor de Educação Física.

A partir de então, o meu interesse em pesquisar as condições de trabalho desse professor ganhou ainda mais fôlego. Sendo assim, no ano de 2006, passei pela seleção do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF) concorrendo a uma vaga no curso de mestrado, no Campo de Confluência Trabalho e Educação, tendo sido aprovada. Desde então, me dediquei à pesquisa que originou essa dissertação.

Partimos da hipótese que as condições de trabalho do professor de Educação Física nas academias de ginástica são precárias. Percebi esse fenômeno durante a

graduação, pois tive a oportunidade de me deparar com muitos colegas, ainda nos primeiros períodos de faculdade, ingressando no mundo do trabalho como estagiários, principalmente nas referidas academias. Na realidade esses alunos ministravam aulas como se fossem professores se constituindo como mão de obra barata aos proprietários das academias. Outro fato que me chamou atenção foi uma conversa realizada com uma professora de Educação Física de uma academia de ginástica da cidade de Juiz de Fora/MG. Ela relatou que há pouco havia operado o joelho, por excesso de sobrecarga referente ao trabalho. Na faculdade tivemos uma professora substituta, que havia ficado temporariamente impossibilitada de se locomover devido a uma hérnia de disco ocasionada pelo trabalho.

O mais instigante é que a professora não pode usufruir o direito à licença saúde garantido pelo Código de Leis Trabalhistas (CLT) e durante o pouco tempo que ficou afastada do trabalho teve que remunerar outra pessoa para ministrar aulas em seu lugar, sob risco de perder o emprego. Eu mesma tive a oportunidade de trabalhar temporariamente em uma academia da cidade substituindo uma professora que havia dado a “luz”. A remuneração que eu recebia era garantida pela própria professora, o que nos permite concluir que esta trabalhadora não pode desfrutar do direito à licença maternidade que a ela deveria ser garantido.

Nessa ocasião pudemos perceber que o trabalho configurou-se de forma precária, também para mim que a substituía, pois recebi a quantia de R\$ 3,00 por hora/aula e não fui ressarcida do dinheiro gasto no deslocamento para o local de trabalho.

O presente estudo justifica-se, pois, por possibilitar a partir do movimento visível do fenômeno -o processo de mudanças no trabalho do professor de Educação Física- apreender o movimento real da essência desse fenômeno. Ou seja, buscar compreender as múltiplas determinações (sociais, políticas e econômicas) que estão na

raiz do processo de reordenamento do trabalho docente da Educação Física. Além disso, estudos centrados nessa temática são escassos e nos parecem imprescindíveis para iluminar as condições concretas desse trabalho e de seus trabalhadores.

Para que pudéssemos compreender a realidade para além da “aparência” buscando a sua “essência” (KOSIK, 1986) elegemos o materialismo histórico dialético, como método de análise para desenvolvimento da pesquisa. Esse método nos permite, através do movimento do pensamento, compreender a realidade, que a priori se apresenta como um todo caótico, para além da superfície. (Ibid)

Partimos do pressuposto de que o conhecimento científico não é neutro frente a uma dada visão da realidade, assim sendo, um método investigativo também não o é (GAMBOA, 1991). A escolha de um método de análise mantém estreita relação com a visão de mundo que possuímos, portanto escolher um método significa optar por uma determinada visão de sociedade e mais ainda levar em conta os interesses de determinada classe social. Sendo assim, a escolha do Materialismo Histórico Dialético, enquanto método de análise significa a compreensão, por parte do pesquisador, que a realidade não se apresenta finalizada e sim em transformação.

No que concerne ao fenômeno da precarização do trabalho do professor de Educação Física, compreendemos que o papel do pesquisador não é apenas constatá-lo, como se fosse natural, mas identificar as relações sociais que o originaram, buscando argumentos teóricos que nos permitam constatar, compreender, explicar a realidade e, mais ainda, que nos dê subsídios para que através da *práxis*, possamos transformá-la.

Seguindo as indicações de Lukács, *apud*, Löwy:

O materialismo histórico dialético não é somente um instrumento de conhecimento. Ele é, também, ao mesmo tempo, um instrumento de ação. O conhecimento burguês é essencialmente contemplativo: O sujeito se acha diante de um universo de objetos sociais, independentes de si próprio e

inalteráveis, que ele observa- segundo o método científico e natural. No ponto de vista do proletariado, pelo contrário, visa à transformação revolucionária da realidade social, o instaura uma relação dialética entre o sujeito e o objeto, ao mesmo tempo, o sujeito e o objeto do conhecimento e a história (1994, p.132)

A característica central do Materialismo Histórico-Dialético é a apreensão radical da realidade. Como nos indica Frigotto, (2000) é uma práxis, ou seja, síntese teórico-prática na busca da transformação, também radical, da estrutura social historicamente construída.

A precarização do trabalho do professor de Educação Física é apenas um fenômeno e como tal se apresenta na realidade social constituindo o mundo da pseudoconcreticidade. Nesse os fenômenos mostram-se mais na sua aparência que na sua essência. Por uma dupla via o fenômeno liga-se a essência, mas a esconde ao mesmo tempo forjando uma realidade deturpada. Para atingirmos o concreto pensado é necessário fazer um *détour* (KOSIK, op. cit), a fim de identificar as múltiplas determinações de tal fenômeno.

De acordo com Marx, (1999) o concreto é a síntese de muitas determinações, isto é, *“unidade do diverso”*. Motivo pelo qual o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja ponto de partida efetivo e, portanto, *“o ponto de partida também da intuição e da representação”*. *“O método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é se não a maneira de proceder do pensamento”* (MARX, Ibid, p.40).

Na tentativa de responder nossa angústia utilizamos algumas categorias de análise, sendo a principal, a precarização. Alves (2007) entende que a noção de precariedade possui múltiplas acepções e pode significar a instabilidade no emprego, as mudanças nas formas de contratação do trabalhador, as mutações do processo produtivo, a falta da perspectiva de carreira e o crescimento do desemprego aberto.

Esses elementos são típicos do trabalho na sociedade capitalista. Contudo, mostram-se ora mais aparentes, ora mais ocultos, dependendo do momento histórico vivido pelo sistema capitalista. Portanto, partimos da premissa de que a precarização do trabalho se relaciona com a forma pela qual produzimos a nossa existência. Qualquer relação de trabalho, sobre o solo do desenvolvimento capitalista é precarizada devido à própria lógica inerente ao sistema, em que uma pequena parcela da população detém os meios de produção e a grande maioria, não os possuindo, se vêem obrigados a vender sua força de trabalho para garantia da própria existência e de seus familiares. O capital, na busca incessante por obter mais lucros tende a exaurir as forças físicas, intelectuais e psicológicas do trabalhador até ao máximo, constituindo uma das formas de precarização do trabalho.

O capitalista força os operários a prolongar o máximo possível à duração do processo de trabalho, para além dos limites do tempo de trabalho necessário à reprodução do salário já que é justamente esse excedente de trabalho que proporciona a mais valia. (MARX, 1990). Portanto, a precarização do trabalho mostra-se inerente ao próprio sistema capitalista.

Todavia, como destacado, em determinados momentos a precarização do trabalho se mostra mais evidente. Isso podemos perceber na atual fase de desenvolvimento capitalista marcada pelas políticas inerentes ao neoliberalismo e pela produção caracterizada como Toyotismo. Nesse momento histórico podemos identificar as desregulações do mercado de trabalho, as flexibilizações dos contratos de trabalho a instabilidade no emprego e os níveis alarmantes de desemprego estrutural, como algumas formas de relações de trabalho altamente precarizadas.

A desregulamentação do mercado de trabalho permite a flexibilização⁶ dos contratos de trabalho, abrindo possibilidades para que os mesmos venham a ser contratos temporários e parciais. Além disso, possibilita as terceirizações e o ataque aos direitos dos trabalhadores historicamente conquistados, como por exemplo, carteira assinada, férias, décimo terceiro salário, licença saúde e maternidade e aposentadoria.

Outra categoria de análise utilizada nessa dissertação foi à particularidade, que não existe separada da categoria da mediação e da totalidade. Para Ciavatta (2001) a categoria da mediação é o meio para se chegar à raiz de um fenômeno.

O trabalho do professor de Educação Física é compreendido como uma particularidade que apresenta mediações com a totalidade das relações sociais na qual se insere. Portanto, para que possamos compreender as condições de trabalho desse professor é necessária a leitura do mundo do trabalho contemporâneo, bem como a totalidade das relações sociais em que ele está inserido. Ou seja, a crise do capital que eclodiu mundialmente a partir da década de 1970.

Nossa dissertação foi organizada em três capítulos, além dessa introdução, da conclusão e dos anexos. No primeiro capítulo nosso objetivo foi identificar de que forma o capital se apropria da cultura corporal desde a sua consolidação enquanto classe dominante até os dias atuais. Partimos do pressuposto de que a cultura corporal foi historicamente construída na relação entre o homem e a natureza, ou seja, no processo de trabalho. Contudo, é apropriada pela burguesia desde sua gênese, a princípio na forma da Educação Física oferecida pelas escolas, com diversos objetivos, construção da pátria, formação do homem hábil e forte para atuação na indústria moderna, dentre outros.

⁶ - De acordo com GALVÃO (2007) a palavra flexibilização, nada mais é, do que uma função ideológica, cujo objetivo é fazer com que os trabalhadores aceitem a redução de direitos, haja vista, que de acordo com a lei trabalhista os direitos podem ser modificados mediante negociação coletiva.

Todavia, a Educação Física, hoje, não é mais central para o projeto de formação humana do capital tal como se apresentava, sendo assim, ela vem sendo desvalorizada no âmbito escolar. Em contra partida, a cultura corporal foi transformada em mercadoria a ser oferecida principalmente pelas academias de ginástica o que ocasionou mudanças no trabalho do professor de Educação Física.

No segundo capítulo nossa intenção foi analisar em que ordem de mediação a reestruturação produtiva e o neoliberalismo participam da gerencia da crise do capital que eclodiu mundialmente, a partir da década de 1970. Com intuito de compreender as conseqüências que ambos trouxeram para a classe trabalhadora. Constatamos que eles propiciaram o crescimento do setor de serviços. Além disso, trouxeram para a classe trabalhadora a intensa precarização do trabalho. Identificamos também que vem ocorrendo diversas mudanças na legislação trabalhista brasileira e que as convenções coletivas de trabalho ou os contratos coletivos de trabalho têm servido para tornar ainda pior as condições de trabalho do proletariado brasileiro. Para a realização de ambos os capítulos utilizamos como fonte revisão de literatura acerca da temática.

No terceiro e último capítulo objetivamos apreender as condições de trabalho do professor de Educação Física nas academias de ginástica. Ainda procuramos identificar as relações que os principais representantes da burguesia do *fitness*, sistema CONFEF/CREF e a ACAD/SINDACAD/RJ, mantém entre si e de que forma esses organismos se arranjam para continuar mantendo as suas taxas de lucro, por conseguinte, precarizando ainda mais o trabalho do professor em tela. Utilizamos como fonte de análise as revistas publicadas pela ACAD, principalmente aquelas que contenham reportagens acerca das ações trabalhistas, revistas do CONFEF e CREF-1, exclusivamente as que tratam dessa temática. Ainda utilizamos a página que ambos os organismos possuem na internet. Além disso, analisamos um documento que é uma

convenção coletiva de trabalho realizada entre SINDACAD/RJ e SINDSCLUB. Utilizamos como fonte empírica entrevistas semi-estruturadas com professores de Educação Física, que trabalham e ou trabalharam nas academias de ginástica da cidade de Juiz de Fora/MG.

Após a regulamentação da profissão e a conseqüente criação do sistema CONFE/CREF, ocorrida nos anos de 1990, foram dadas duas denominações distintas para os trabalhadores da Educação Física: os que ministram aulas nas escolas são denominados de professores e os que a ministram fora desse ambiente são denominados de profissionais de Educação Física. Entretanto, muitos professores trabalham nos dois espaços. Sendo assim, ora são reconhecidos como professores de Educação Física e ora como profissionais de Educação Física. Todavia, nós compreendemos que o que define o trabalho de um professor é o elemento pedagógico e esse está presente na atuação do professor de Educação Física, independente de qual local ocorre a intervenção desse trabalhador. Desse modo, para nós todos os trabalhadores da Educação Física são professores e assim os denominamos nessa dissertação.

Entrevistamos no total dez professores que trabalham e/ou trabalharam em academias de ginástica na cidade. Esse universo foi definido, porque quase a totalidade dos professores entrevistados trabalha/ e ou trabalharam em diversas academias. De acordo com os dados do SINDEC, sindicato que representa os trabalhadores das academias de ginástica de Juiz de Fora/MG e da prefeitura municipal da cidade existem cerca de 40 academias de ginástica em Juiz de fora. Nas nossas entrevistas foram citadas 23, distintas, academias, além disso, diversas academias se repetiram muitas vezes, bem como as respostas fornecidas pelos nossos interlocutores.

Ainda pôde ser observado que as condições de trabalho encontradas pelos professores nas variadas academias não sofreram variações significativas. Os dez

interlocutores da pesquisa são professores que nós conhecemos ou ainda, indicados por colegas, sobretudo do GETEMHI. Nós não tínhamos o conhecimento das academias trabalhadas pelos professores entrevistados a não ser em raras exceções, pressupúnhamos que as condições de trabalho desses professores fossem precárias. Contudo, necessitávamos confirmar a suposição, o que o fizemos através de entrevistas.

A nossa análise centrou-se no professor, não havia a possibilidade da escolha de uma, ou mais de uma academia para a realização da pesquisa, pois dificilmente conseguiríamos adentrar nesse espaço. Além disso, compreendemos que a entrevista centrada no professor seria mais enriquecedora para o cumprimento do objetivo do trabalho, pois a própria variedade de academias trabalhadas é uma mostra de relações de trabalho precarizadas, pois indica as baixas remunerações recebidas pelos professores e/ou a elevada instabilidade de emprego.

Ainda consideramos que seria mais enriquecedor para a nossa temática a utilização de entrevistas semi-estruturadas em contraposição à aplicação de questionários estruturados, porque compreendemos que esses diminuiriam a possibilidade de explorar a fala dos trabalhadores. A nossa intenção era que os professores pudessem relatar seu dia de trabalho, bem como as condições de trabalho encontradas no âmbito das academias de ginástica em detalhes.

A nossa opção foi entrevistar dois grupos de professores: os que trabalham nas academias de ginástica e os que já trabalharam nesse ambiente e hoje não o fazem mais. Fizemos essa escolha, pois diversos fatores que são de importância fundamental para análise das condições de trabalho nas academias de ginástica a exemplo, dos problemas de saúde ocasionados pelo trabalho e a baixa remuneração recebida pelos professores, acabam por fazer com que esses trabalhadores, caso tenham oportunidade, abandonem esse local de trabalho.

Entrevistamos também, uma acadêmica do curso de Educação Física que iria se formar na semana seguinte da concessão da entrevista. Entretanto, ela já trabalhava há cerca de dois anos em uma academia da cidade. Desse modo, era mão de obra barata aos proprietários da academia confirmando o que vimos durante toda a graduação.

Conforme tratado com os interlocutores da pesquisa a identidade deles será mantida no mais absoluto sigilo, pois essa dissertação revela condições de trabalho que não são permitidas pela legislação trabalhista brasileira, caso os professores e as academias sejam identificados esses trabalhadores correm sério risco de perder o emprego. Além disso, podem não conseguir outro local para trabalhar. Portanto, os nomes fornecidos aos professores são fictícios, sendo de nossa total responsabilidade.

As entrevistas foram transcritas na íntegra, porém as perguntas nem sempre foram realizadas da forma como está escrito no nosso roteiro de entrevistas, pois houve casos em que a mesma pergunta necessitou ser repetida, ou ainda, formulada de outra forma para que o nosso interlocutor pudesse compreender. Além disso, o nosso roteiro, por ser escrito apresenta-se formal, mas ao realizar as perguntas, com intuito de tornar a entrevista mais agradável e deixar os nossos interlocutores à vontade, para que pudessem responder com detalhes aquilo que havia sido perguntado optamos por realizar as perguntas de forma coloquial, não cabendo, portanto, transcrevê-las na íntegra.

CÁPITULO I

1) CULTURA CORPORAL: DA CONFORMAÇÃO À MERCADORIZAÇÃO.

*Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo, mas o que importa é transformá-lo.
(MARX e ENGELS, 2005).*

Nosso objetivo neste capítulo é demonstrar que a cultura corporal foi historicamente construída a partir do trabalho. Todavia, é apropriada pela burguesia desde a sua consolidação enquanto classe hegemônica, *a priori*, na forma cultural da ginástica. Essa prática adentrou o universo escolar através da Educação Física, que cumpriu objetivos diversos de acordo com as distintas fases de expansão capitalista.

Na contemporaneidade, a Educação Física não é mais, como o fora no passado disciplina central no atual projeto de formação humana do capital sendo, portanto, desvalorizada no âmbito escolar. Por outro lado, os elementos da cultura corporal desempenham um novo papel na sociedade capitalista, pois foram transformados em mercadorias, que são oferecidas principalmente pelas academias de ginástica.

Os homens se apropriam da natureza transformando-a, cujo objetivo é a manutenção da existência. Essa interação entre o homem e a natureza é mediada pelo processo de trabalho. Nesse processo os homens além de construírem os objetos materiais necessários a sua sobrevivência constroem também relações sociais e culturais que ganham diversos significados no decorrer da história. *“Agindo sobre a natureza, ou seja, trabalhando o homem vai construindo o mundo histórico vai construindo o mundo de cultura, o mundo humano”*. (SAVIANI, 1991 p.96-97) Destarte, as diversas formas de manifestação cultural foram criadas pelos homens através do processo de trabalho.

Ao tratarmos da cultura corporal é necessário compreender que ela foi historicamente construída na interação entre o homem e a natureza. Estudos antropológicos e historiográficos afirmam que o primeiro instrumento de trabalho do homem foi a mão. Presume-se que houve a necessidade de ele a utilizar para defender-se dos animais. A partir de então, ele compreendeu que com a mão podia realizar diversas atividades: caçar, pescar, construir a sua própria moradia, dentre outros, todos necessários para garantir a sua sobrevivência. (COLETIVO DE AUTORES, 1992) *“Assim o homem simultaneamente a construção de sua corporeidade, foi criando outras atividades, outros instrumentos e através do trabalho foi transformando a natureza, construindo a cultura e se construindo”* (Ibid, p.39)

Marx e Engels (1989), em seu livro *“Ideologia Alemã”* já haviam afirmado que a primeira condição da história humana é a própria existência da humanidade e a primeira situação a ser averiguada é a constituição corporal desses indivíduos e a relação que eles estabelecem com a natureza.

“A primeira condição de toda a história humana é, naturalmente, a existência de seres humanos vivos. A primeira situação a constatar é,

portanto, a constituição corporal desses indivíduos e as relações que ela gera entre eles e o restante da natureza” (Marx & Engels, 1989, p.12-13).

Portanto, a própria constituição corporal do homem foi historicamente construída, a partir das necessidades concretas de manutenção e reprodução da existência humana. Sendo, pois, uma construção sócio-cultural. O homem não nasceu saltando, correndo, pulando, lançando, nadando ou andando, todas essas atividades tão comuns nos dias atuais foram arquitetadas ao longo do processo de civilização da humanidade.

A espécie humana não tinha, na época do homem primitivo, a postura corporal do homem contemporâneo. Aquele era quadrúpede e este é bípede. A transformação aconteceu ao longo da história da humanidade, como resultado da relação do homem com a natureza e com os outros homens. O ergue-se, lenta e gradualmente, até a posição ereta corresponde a uma resposta do homem aos desafios da natureza. Talvez necessitou retirar os frutos da árvore para se alimentar, construindo uma atividade corporal nova: “ficar de pé”.

Essa conquista ou produção humana transformou-se num patrimônio cultural da humanidade. Todos os homens apropriaram-se dela incorporando-a ao comportamento. A postura quadrúpede foi superada através das relações dos homens entre si. Uns aprendendo com os outros e aperfeiçoando as atividades corporais construídas a cada desafio da natureza ou necessidade humana imposta: fome, sede, frio, medo e etc. (COLETIVO DE AUTORES, op. cit., p.38-39)

Nesse processo os homens criaram expressões corporais como forma de representação do mundo, sistematizada sob a forma de jogos, dança, mímica, esporte, capoeira, exercícios ginásticos, dentre outros. (Ibid, *passim*)

Dessa forma conclui-se, que a cultura corporal foi historicamente construída pelos homens através do trabalho. Entretanto, a burguesia vem se apropriando dessa manifestação cultural sob as sistematizações acima mencionadas com objetivo histórico de manter-se classe hegemônica.

Estudos mostram que no século XVI e XVII pensadores como Francis Bacon e John Locke já se preocupavam com questões relacionadas à atividade física e a saúde. O primeiro pensador acreditava que o exercício físico poderia prolongar a vida, pois, compreendia ele, que esse poderia corrigir qualquer tendência ao mal e ao enfraquecimento. Locke escreveu no seu livro, “*Pensamentos sobre Educação*” acerca de questões ligadas à higiene, saúde e Educação Física dos jovens. Esse pensador partia do pressuposto que a prática de atividades físicas era um modo de fortalecer o corpo, que deveria estar a serviço do espírito. Portanto, o objetivo da Educação Física era o de proporcionar mediante a conservação da saúde e do desenvolvimento de habilidades corporais, a formação do caráter e da moralidade. (GOEELNER, 1997)

Não obstante, as preocupações com o corpo trabalhador se iniciam com o nascimento da sociedade capitalista. Portanto, desde a sua consolidação enquanto classe dominante a burguesia, na Europa do final do século XVIII e início do século XIX começa a se apropriar da cultura corporal. Essa apropriação se deu no processo de consolidação dos sistemas escolares europeus, através da criação da Educação Física e a sua introdução nos currículos escolares. Os exercícios físicos foram considerados importantes para a formação do homem necessário a sociedade nascente, a capitalista.

1.1) A Cultura Corporal nos períodos higienista e militar: histórico dos primórdios da implantação da cultura corporal na escola até a década de 1970.

A cultura corporal começou a ser apropriada pelo capital, a partir do século XVIII, na Europa, ganhando concretude no século XIX, sob a forma da Educação Física. Com base no Coletivo de Autores compreendemos que Educação Física é:

(...) uma prática pedagógica que no âmbito escolar tematiza formas de atividades expressivas corporais como: jogo, esporte, dança, ginástica, formas estas que configuram uma área de conhecimento que podemos chamar de cultura corporal. (COLETIVO DE AUTORES, op. cit., p.50).

A partir desse conceito entendemos que qualquer manifestação corporal sistematizada nessas formas que ocorra fora do âmbito escolar, não devem ser denominadas de Educação Física, desse modo, as chamamos de elementos da cultura corporal.

O principal conteúdo da Educação Física que data o seu surgimento no espaço escolar foi à ginástica inspirada nos métodos ginásticos advindos de quatro escolas principais: a sueca, a alemã, a francesa e a inglesa. As referidas escolas receberam essa denominação de acordo com o país que as originaram. Os métodos ginásticos começaram a ser sistematizados por volta dos anos de 1800, seus objetivos, em suma, eram a correção dos vícios posturais oriundos do trabalho, e a manutenção da disciplina necessária à ordem fabril. (SOARES, 1994)

O surgimento dessas escolas data o mesmo período de consolidação do Estado burguês, na Europa, pois, o modo de produção organizado sobre o solo do desenvolvimento capitalista necessitava da formação de um novo homem que pudesse suportar a nova ordem política, econômica e social, bem como um novo modo de produzir a vida. A Educação Física, nesse contexto, se torna importante para a formação do homem requerido pelo capital, pois expressava gestos automatizados e disciplinados além de formar um corpo saudável⁷, *“torna-se receita e remédio para curar os homens,*

⁷ - O conceito de corpo saudável está calcado na visão positivista de ciência. Nessa, o sujeito é visualizado apenas como um ser biológico e qualquer problema de saúde é visto sob esse prisma. De acordo com a referida concepção a Educação Física é compreendida como elemento capaz de atuar sobre o físico do indivíduo proporcionando-lhe saúde. Para maiores detalhes é aconselhável consultar Soares (ibid)

da indolência, preguiça, imoralidade, e, desse modo passa a integrar o discurso médico, pedagógico ... familiar”(Ibid, p. 6).

No Brasil, a classe dominante começou a se apropriar da cultura corporal, no período colonial, também sob a forma da Educação Física. *A priori*, essa disciplina serviu como um distintivo de classes na sociedade brasileira. A mesma era ministrada nos colégios, locais destinados à educação das elites.

Os médicos-higienistas⁸, propulsores da pedagogia higiênica, acreditavam que os exercícios físicos na forma de ginástica seriam capazes de contribuir para a construção anatômica da raça branca atribuindo-lhe superioridade. (Ibid, *passim*) O primeiro alvo da pedagogia higiênica, no Brasil, é a elite agrária do país. Logo após, os propulsores dessa pedagogia preocupar-se-ão com a família burguesa. Com a classe trabalhadora a preocupação da pedagogia higiênica só inicia-se com o fim do tráfico negreiro, a abolição da escravidão e a conseqüente predominância do trabalho assalariado, sobre o trabalho escravo.

Ainda segundo Soares (Ibid), com o nascimento do capitalismo no Brasil, o que data o final do período imperial, a classe dirigente do país, começou a se preocupar com a educação da população em geral compreendendo que a ignorância do povo causava o atraso da nação. Intelectuais da época, dentre os quais, o mais expressivo, Rui Barbosa, proclamavam em seus discursos que a educação e a saúde seriam capazes de transformar a sociedade. Essa última seria alcançada através da higiene, sendo assim, educação e higiene *“juntas poderiam mudar a face do país, promover o seu desenvolvimento, viabilizar o progresso”*. Higiene *“e educação passam a ser os remédios adequados para “curar” as doenças do povo e do país”* (Ibid, p. 89, aspas da autora).

⁸ Quem quiser se aprofundar na temática consultar Carmem Lúcia Soares, Educação Física Raízes Europeias, 1994. Autores Associados.

Na conjuntura acima aludida, a educação e a saúde, ocupavam papel central na formação da nova sociedade. Portanto, a Educação Física se torna disciplina importante na educação da classe trabalhadora, pois se mostra capaz de contribuir para a formação do sujeito “*forte, robusto saudável e disciplinado*” (Ibid, p. 91) de que a sociedade brasileira necessitava.

O discurso proferido por Rui Barbosa (*Apud Soares*), acerca da importância da Educação Física no universo escolar, nos permite perceber quais eram os objetivos imediatos da classe dominante do país, ao se apropriar da cultura corporal no período higienista. Os intelectuais que representavam a burguesia da época compreendiam que a ginástica era capaz de atuar sobre a saúde do indivíduo formando o homem saudável. Além disso, eles ainda acreditavam que essa prática contribuía com a formação moral do sujeito.

a ginástica, além de ser o regime fundamental para a reconstituição de um povo, cuja virilidade se depauperava e desaparece de dia em dia a olhos vistos, é ao mesmo tempo, um exercício, eminentemente, insuperavelmente moralizador, um germen de ordem e um vigoroso alimento da liberdade. Dando a criança uma presença erecta e varonil, passo firme e regular, precisão e rapidez de movimentos, prontidão no obedecer, asseio no vestuário e no corpo, assentamos insensivelmente a base de hábitos morais, relacionados pelo modo mais íntimo com o conforto pessoal e a felicidade da futura família, damos lições práticas de moral talvez mais poderosas do que os preceitos inculcados verbalmente (Ibid, p. 98)

Fernando de Azevedo, alguns anos após Rui Barbosa, também com base no pensamento médico-higienista continuou atribuindo grande importância a Educação Física, dizia ele que a Nação brasileira deveria progredir sob o risco de desaparecer. O progresso de acordo com esse pensador só seria alcançado com a regeneração da raça brasileira e essa só seria possível mediante a prática da Educação Física. “*Progredir ou desaparecer*” que significa isto, *senão regenerar ou desaparecer! A regeneração*

physica é incostavelmente um dos maiores fatores do progresso. Se não for, talvez, este o próprio progresso. (AZEVEDO, apud, BERCITO, 1996)

O Brasil colônia sofreu forte influência do pensamento médico-higienista, que perdurara durante décadas do período republicano. O pensamento em questão ditava hábitos de vida á toda população, dentre eles, destacam-se os cuidados com o corpo, com a saúde, e a moral, elementos, que de acordo com o pensamento dominante da época, só poderiam ser alcançados no espaço escolar, tendo como um dos conteúdos principais a ginástica⁹ (SOARES, op. cit).

Em suma, o objetivo da classe dominante no período higienista, valendo-se da Educação Física, leia-se, apropriando-se da cultura corporal era a formação de sujeitos com corpos saudáveis, disciplinados e obedientes à moral da época¹⁰. Esses elementos eram considerados fundamentais para o alcance do progresso almejado pela classe dominante. Todavia, apesar dos esforços de intelectuais renomados, a exemplo de Rui Barbosa e Fernando de Azevedo, a Educação Física só se tornou disciplina obrigatória, no currículo escolar, a partir da Lei constitucional n° 01 da Constituição dos Estados do Brasil, promulgada em 10 de novembro de 1937. (CASTELANI FILHO 1988) Nesse período inicia-se um novo marco na história da Educação Física. Notadamente com a implantação do Estado Novo, no país, essa prática pedagógica passa a sofrer forte influência da instituição militar (COLETIVO DE AUTORES, op.cit). Nesse período a Educação Física ficou conhecida como Educação Física militar ou militarizada.

⁹ - A Educação Física, nesse período, também foi chamada de ginástica, devido à supremacia que esse conteúdo exercia frente aos demais conteúdos da cultura corporal, no universo escolar.

¹⁰ - O processo de introdução da Educação Física no ambiente escolar sofreu resistências, por parte da aristocracia brasileira. Devido à aproximação do exercício físico ao trabalho manual, e como consequência ao trabalho escravo. Para maiores esclarecimentos acerca de este assunto consultar CASTELLANI FILHO, (op.cit).

Até a década de 1930, a economia brasileira poderia ser caracterizada predominantemente como do tipo agrário-exportadora. A fração burguesa agrária era hegemônica no poder representada principalmente pela oligarquia cafeeira dos Estados de São Paulo e Minas Gerais. Contudo, o descontentamento de algumas oligarquias de oposição à paulista, a do Rio Grande do Sul, Paraíba e até mesmo parte dos representantes da oligarquia mineira, até então situação, e a crise de superprodução de 1929, conhecida como o *crack* da bolsa de valores de Nova York, atrelado a uma série de revoltas populares, culminou, no Brasil, na revolução de 1930. (MONTEIRO, 1990) Isso deu início ao governo Provisório de Getúlio Vargas, que perdurou até o ano de 1934 iniciando assim a perda de hegemonia do poder por parte da burguesia agrária e a ascensão da burguesia industrial no país.

O avanço do capitalismo industrial, no Brasil, trouxe novas funções à educação em geral, e em particular à Educação Física. Apenas a formação de corpos saudáveis, higiênicos e eugênicos já não satisfazia mais os anseios da burguesia brasileira, naquele momento histórico. Portanto, os olhares se voltam para a formação de corpos, também dóceis, úteis e produtivos, noutras palavras, adequados ao trabalho urbano-industrial. Nesse período o corpo do trabalhador brasileiro passou a ser visto como força de trabalho e a Educação Física serviu para restabelecer a saúde física do trabalhador. Além disso, mediante a prática de exercícios repetitivos, essa disciplina contribuía com automação de gestos, elemento necessário ao máximo desempenho do trabalhador industrial (BERCITO, *op. cit*)

Outra importante função da Educação Física, a partir dos anos de 1930, era a formação de soldados que assegurasse a nação, o que significava de fato, assegurar a ordem estabelecida ameaçada por dois acontecimentos em especial: o movimento interno, denominado pelos militares de “intentona comunista”, o qual abalou a estrutura

político-econômica do país e o movimento externo, que era a eminência da explosão de uma guerra mundial. (CASTELLANI FILHO, op. cit).

Nos anos de 1930, especialmente, a partir de 1937, com a instauração do Estado Novo, no país, a Educação Física passa a ocupar papel central no projeto de formação humana do capital. Isso a tornou valorizada frente às demais disciplinas do sistema educacional brasileiro. A aprovação da Legislação Educacional, do mesmo ano, comprova a nossa afirmativa, pois a Educação Física passa a ser disciplina obrigatória em todas as escolas, normais, secundárias e primárias do país, nenhuma escola no Brasil seria reconhecida sem que houvesse a presença da Educação Física, do ensino cívico e das atividades manuais (Ibid).

A militarização da Educação Física não significava apenas a Educação ministrada por militares, ainda que o fosse, mas, sobretudo, que continha os valores da instituição militar. As duas fases dessa prática pedagógica até aqui tratadas, se mesclaram ao longo da sua história no Brasil. Em ambos os períodos o conteúdo predominante da Educação Física foi à ginástica. No Estado Novo, Getúlio Vargas, instituiu o Método Francês como o método oficial da Educação Física do país, devido ao seu caráter militar.

Portanto, com a ascensão do capitalismo industrial no Brasil, o capital se apropriou da cultura corporal, também sob a forma da Educação Física, no entanto, com acréscimo de alguns objetivos quando comparado ao período precedente. Agora se torna necessário a recomposição física do trabalhador para desempenhar com maior perfeição as demandas requeridas pelo trabalho fabril.

No entanto, antes mesmo do processo de industrialização do país, a burguesia brasileira temendo a perda de hegemonia, com apoio militar, destituiu o governo eleito pelo povo, através de um golpe militar. Contudo, apenas o golpe não foi capaz de

garantir sua supremacia. Para tanto foi necessário a elaboração de um projeto de formação dos soldados da pátria atentos a qualquer ameaça do comunismo no Brasil. Além disso, a Educação Física desempenhou importante caráter ideológico, a conformação de homens ordeiros, amantes da pátria e obedientes à hierarquia social, elementos essenciais àquele período histórico.

1.2) Os anos de 1970: o milagre econômico e a esportivização da Educação Física

Com o fim da II Guerra Mundial, e do Estado Novo, no Brasil, em 1945, o Método de Educação Física Desportivo Generalizado (MDG) trazido para o país pelo austríaco Augusto Listello começou a adentrar o ambiente escolar, disputando supremacia com a ginástica, especificamente com método francês. O MDG teve alta receptividade por parte do alunado, presume-se que foi graças à sua semelhança com o desporto. (COLETIVO DE AUTORES, op.cit)

Com a introdução do referido método nas escolas brasileiras a instituição militar foi aos poucos deixando de ser a referência principal da Educação Física, no país. Desse modo, inicia-se uma nova fase dessa prática pedagógica, e nos anos de 1970 chega-se ao auge do que foi denominado de esportivização da Educação Física brasileira.

Tal fato se deu balizado em mudanças ocorridas no contexto sócio-político-econômico do país. Em nível mundial, o pós-guerra foi marcado pela tentativa de recomposição de mais uma crise estrutural do modo de produção capitalista, cuja data simbólica é o ano de 1929¹¹.

¹¹ - Trataremos da crise do capital de 1929 do binômio Taylorista/Fordista e do Estado de Bem Estar Social, no capítulo seguinte.

Após a mencionada crise o mundo inicia o seu processo de reorganização com vistas à manutenção da hegemonia burguesa. As expressões mais evidentes são a reorganização e redefinição do papel do Estado e a consolidação do padrão de acumulação Taylorista/Fordista,¹² que se tornou conhecido pela produção-massa, consumo-massa.

Taylor em seu tratado denominado de “*Princípios da Administração Científica*” descrevia como a produtividade do trabalho poderia ser elevada caso a produção fosse decomposta em processos rigorosamente controlados por padrões de tempo e estudo do movimento (HARVEY, 1992). Ford compreendia que o aumento acentuado da produção, ou seja, a produção em massa necessitava de um consumo também em massa e uma nova maneira de reorganizar a reprodução da força de trabalho, bem como reorganizar o próprio modo de viver da sociedade. Para tanto se tornou de fundamental importância a reconfiguração do papel do Estado, cuja política o fez ficar conhecido como *Welfare State* ou Estado de Bem Estar Social¹³.

O referido modo de regulação Estatal se caracteriza por uma maior intervenção do Estado no âmbito social garantindo direitos sociais, dentre eles, saúde e educação. O modelo de acumulação que vinha se tornando hegemônico demandava mudanças políticas, culturais, dentre outras. No entender de Gramsci (1991) em “*Americanismo e Fordismo*” os novos métodos de produção demandavam um novo tipo de homem, um novo tipo de trabalhador. A racionalização do trabalho que vinha sendo realizada

¹² - A consolidação do padrão de acumulação taylorista/fordista se deu primeiramente nos Estados Unidos, no entanto foi uma tendência que se alastrou para os demais países do mundo ocidental. Apesar de o seu desenvolvimento ter sido na década de 1930, a sua consolidação só se deu nos anos de 1950.

¹³ - Torna-se importante salientar que os países de capitalismo periférico, como o Brasil, não viveram o Estado de Bem- Estar Social, mas sim o desenvolvimentismo. No Brasil podemos considerar que burguesia industrial, através do SESI tentou fazer uma espécie de bem- estar social à sua maneira, oferecendo serviços básicos como de assistência médica a preços considerados baixo, à classe trabalhadora.

almejava o controle de toda a classe trabalhadora influenciando fortemente na cultura dos mesmos. Buscava-se o controle até dos instintos sexuais, pois as energias dos trabalhadores deveriam ser gastas apenas no processo de trabalho. Em suma, questões de sexualidade, de família, de coerção moral, ações do Estado e o consumismo se constituíam de fundamental importância para a formação do trabalhador adequado ao novo processo de trabalho. (Ibid)

Os anos de 1950/1970 considerados os anos do pleno emprego, ao menos nos países de capitalismo central, à educação foi relegado um papel de grande relevância, pois o processo de escolaridade era tido como elemento fundamental na formação de capital humano necessário para garantir a capacidade competitiva das economias, bem como o aumento da renda individual. (SCHULTZ, 1993 *apud* GENTILI, 2000). A idéia do capital humano surge antes da década de 1950, no entanto, a sua formulação enquanto teoria, bem como o seu uso ideológico e político, só são visualizados no final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960, pois a partir de então, as novas formas de relações intercapitalistas começam a demandar e produzir esse tipo de formulação. (FRIGOTTO, 1986)

De acordo com Frigotto (Ibid) a Teoria do Capital Humano (TCH) se constitui em apenas mais uma das teorias do desenvolvimento neocapitalista. Caracteriza-se, no campo pedagógico pela crítica destinada à ineficiência do sistema escolar. Oferece a organização metodológica nos moldes do tecnicismo, cuja escola passa a ser organizada seguindo os parâmetros empresariais. No entanto, a principal função desempenhada pela teoria acima mencionada é a ideológica e política. A TCH visava esconder outros interesses, objetivos não revelados, dentre eles a disseminação de valores liberais importantes para aquele momento histórico, a exemplo da educação como meio para a ascensão social.

Em síntese, a idéia mestra que rege a TCH é o atrelamento do desenvolvimento econômico de uma determinada nação ao nível de escolaridade da população. Dissemina-se a idéia de que através da educação, do mérito individual, o indivíduo será capaz de ascender socialmente. Foi o que Gentili (op.cit) denominou de promessa integradora da escola.

Sobre essa pedagogia Saviani (2007, p. 379) adverte que:

A partir do pressuposto de neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, essa pedagogia advoga a reordenação do processo educativo de maneira a torna-lo objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretende-se a objetivação do trabalho pedagógico.

No contexto referido o esporte passou a ser o conteúdo predominante da Educação Física. De acordo com Castellani Filho (op. cit) a performance esportiva, na Educação Física é o simulacro da ordem, da produtividade, eficiência e eficácia próprias do modelo de sociedade no qual, a brasileira, encontra identidade.

Esse conteúdo da cultura corporal foi utilizado pelo capital como forma de recompor a força física do trabalhador, para que esse pudesse atingir a produção massa, almejada naquele momento histórico. A repetição dos gestos técnicos, bem como a maior eficiência das técnicas com vistas a alcançar o melhor rendimento, também contribuía com a nova ordem fabril, organizada em sua maioria, de acordo com os parâmetros do binômio taylorista/fordista.

Grande importância foi destinada ao esporte no período referido, o que continuou valorizando a Educação Física, do ponto de vista do capital, em relação às outras disciplinas do currículo escolar. Isso ficou explícito mediante a instituição do decreto Lei nº 5692, de 11 de agosto do mesmo ano, o qual obrigou a presença da Educação Física nos três níveis de ensino. A presença dessa disciplina, no nível superior

de ensino, sob o conteúdo esporte, fora utilizada, pela burguesia na tentativa de silenciar o movimento estudantil da época. O objetivo do esporte de acordo com Castellani Filho (op.cit) valendo-se de Poernere era calar a juventude brasileira, em troca a mesma receberia algumas recompensas como, por exemplo, a transformação dos diretórios acadêmicos em centros recreativos, ou clubes esportivos.

O esporte, também, serviu de propaganda aos organismos representantes da burguesia industrial brasileira, a exemplo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do Serviço Social da Indústria (SESI), além de ser um importante veículo de disseminação da ideologia necessária á manutenção do sistema capitalista naquele ciclo de seu desenvolvimento. Matérias publicadas no jornal o Globo, no ano de 1987 comprovam nossa afirmativa. Com matéria intitulada “*O SESI está mostrando lá fora o que algumas pessoas não estão vendo aqui dentro: não se mexe em time que está ganhando*”. (Ibid, p.110)Esse organismo enaltece a conquista da primeira medalha de ouro brasileira nos jogos Pan-Americanos de 1987. Cabe ressaltar ainda, que o medalhista Ivo Machado era atleta do SESI. A matéria ainda exalta outros dois medalhistas, também atletas da instituição.

Contudo, o maior destaque conferido à reportagem é a propaganda que essa instituição faz acerca de si própria. A mesma enfatiza que a entidade é o maior clube dos trabalhadores do mundo e mantido apenas pela iniciativa privada. A matéria ainda afirma que o SESI não cansa de dar certo e está correndo atrás de outro objetivo, continuar sendo uma instituição mantida e administrada pela iniciativa privada, mais nada. A instituição ressalta que são 41 anos de vitórias e muitas medalhas no peito. E Finaliza fazendo alusão ao esporte: “*vale à pena mexer em time que está ganhando?*” (Ibid)

Outra reportagem assinada pela CNI faz uso do esporte para disseminar valores importantes ao modo de produção capitalista, o esforço individual e a meritocracia são exemplos. Intitulada de, “*Esse exemplo vale ouro*”, a matéria assinala que:

O Brasil deu um show no Pan. E não foi apenas um show de esporte. Foi uma inesquecível demonstração de talento, criatividade e persistência. Foi um exemplo de garra. É dessa garra que todos nós estamos precisando. É nessa garra que cada um de nós deve se inspirar para construir a cada dia, um futuro melhor mais digno para este país. Trabalhe, lute, confie. Lembre-se do exemplo de nossos atletas. (JORNAL O GLOBO, 1987, *Apud CASTELANNI FILHO*, op. cit, p. 111).

As leis nº 5.540/68 e 5.692/71 reforçam o caráter instrumental da Educação Física, que a *priori* serviu para a preparação, recuperação e manutenção da força de trabalho, “*buscando com esse proceder, assegurar ao ímpeto desenvolvimentista então em voga, mão- de- obra fisicamente adestrada e capacitada*”. (Ibid., p. 107)

Desse modo, o capital no período do milagre econômico brasileiro, se apropriou da cultura corporal na forma do conteúdo esporte para a formação de gestos necessários àquela etapa de desenvolvimento capitalista. Outra função desempenhada pelo esporte, de suma importância nesse período foi à ideológica. Através dessa prática eram inculcados valores, como a meritocracia, em consonância com o princípio da teoria do capital humano, do individualismo, da disputa e do esforço individual elementos importantes aquela etapa do desenvolvimento capitalista.

A copa do mundo de futebol de 1970, no Brasil, cumpriu o mesmo objetivo da conhecida política do pão e do circo. Sob o som de: “*prá frente Brasil, salve a seleção.*” A ditadura militar representando a burguesia nacional e internacional torturava a classe trabalhadora, ou qualquer um, que ousasse questionar a ordem estabelecida.

A instituição esportiva continua exercendo forte influencia sobre a Educação Física e até hoje o esporte é o conteúdo predominante dessa prática pedagógica.

Entretanto, conforme veremos ainda nesse capítulo, a Educação Física vem sendo secundarizada no âmbito escolar. Porém, o esporte continua cumprindo papel educativo, principalmente para as parcelas mais pauperizadas da sociedade. Sendo assim, vem sendo utilizado, pelos organismos internacionais- ONU, UNESCO, BM e FMI- com vistas a garantir a paz social. (PENA, 2006). A mesma autora (ibid) ainda indica que na “*cultura do medo*”, sobretudo, após o atentado de 11 de setembro o esporte assume o papel de construção do consenso e tolerância entre as diferenças de todos os tipos existentes no mundo.

1.3) O trabalho reivindica a cultura corporal

Antes de dar prosseguimento na análise que nos propomos a realizar no início do presente capítulo-identificar de que forma o capital se apropria da cultura corporal desde a consolidação da burguesia enquanto classe hegemônica até os dias atuais-compreendemos que é pertinente nos remeter ainda que brevemente ao movimento ocorrido nas décadas de 1980 e 1990, no cenário da Educação Física brasileira.

Esse movimento, chamado de renovador ou progressista, no plano fenomênico surgiu a partir de críticas destinadas ao papel que a Educação Física historicamente desempenhara na sociedade burguesa. Como assinala Caparroz (1997) durante toda a década de 1980, ocorreram intensos debates em todo o país, que questionavam, sobretudo, a biologização do movimento humano e a sua serventia a sociedade capitalista. A Educação Física, até então, tinha como objeto de estudo o desenvolvimento da aptidão física dos alunos e assim historicamente contribuía para a defesa dos interesses da classe dominante. (COLETIVO DE AUTORES, op.cit)

Apóia-se nos fundamentos sociológicos, filosóficos, antropológicos, psicológicos e, enfaticamente nos biológicos para educar o homem forte, ágil, empreendedor, que disputa uma situação social privilegiada na sociedade competitiva de livre concorrência: a capitalista. Procura, através da educação, adaptar o homem à sociedade, alienando-o da sua condição de sujeito histórico, capaz de interferir na transformação da mesma. Recorre a filosofia liberal para a formação do caráter do indivíduo, valorizando a obediência, o respeito às normas e à hierarquia. Apóia-se na pedagogia tradicional influenciada pela tendência biologicista para adestrá-lo. (Ibid.,p.36)

Contudo, se detivermos um olhar profundo em relação à temática é possível constatar que o movimento aludido encontra raízes no processo de redemocratização da sociedade brasileira. Foi o tempo em que os movimentos sociais reivindicaram anistia, ampla, geral e irrestrita, bem como, a organização livre dos sindicatos e outras associações, além de principalmente clamarem pelas diretas já. (CAPARROZ, op.cit)

As denúncias expressas trouxeram à cena do debate a constatação de que a Educação Física não possuía objeto de estudo, pois durante toda a sua trajetória enquanto disciplina do currículo escolar, se legitimou através de referências advinda de instituições exteriores à escola, como a médica, a militar e a esportiva. (BRATCH, 1992). Destarte, essa prática pedagógica mergulha em uma crise epistemológica conhecida como crise de identidade e legitimidade pedagógica (Ibid). E a partir de então a pergunta, o que é Educação Física? Torna-se recorrente na área.

Durante os anos de 1980 e 1990 houve intensa produção acadêmica do campo denominado de progressista da Educação Física, dentre as quais algumas se tornaram livros, que denunciavam o papel desempenhado por essa prática pedagógica ou, além disso, propunham uma abordagem pedagógica para a área. Vítor Marinho, (1983) em seu livro *“O que é Educação Física?”* E João Paulo Subirá Medina, autor do livro *“A Educação Física cuida do corpo... e “mente”*” (1983) foram os primeiros autores que publicaram livros que se propuseram a criticar o papel desempenhado pela Educação Física no Brasil. O livro de Lino Castellani Filho, *“Educação Física no Brasil a*

história que não se conta” (1988, op.cit), e o texto de, Valter Bracht (1986) “*A criança que prática esporte respeita as regras do jogo... capitalista*” cumpriram o mesmo objetivo¹⁴.

Ainda destacam-se os estudos de João Batista Freire, “*Educação de corpo inteiro: teoria e prática de Educação Física*” (1986) Vitor Marinho de Oliveira, “*Educação Física humanista*” (1985), Go Tani, et al, “*Fundamentos para uma abordagem desenvolvimentista*”,(1988) (CAPARROZ, op. cit) Eleonor Kunz “*Transformação didática do esporte*” (1994) e Coletivo de Autores (1992) “*Metodologia do ensino da Educação Física*” (1992), que são abordagens metodológicas de viés progressista para o ensino da Educação Física.

Dentre todas as obras mencionadas o último livro, do Coletivo de Autores¹⁵, merece ênfase, pois propõe uma abordagem de ensino de caráter marxista, fundamentada na pedagogia histórico-crítica de Dermeval Saviani (BRATCH, 1999) O livro elege como abordagem de ensino a perspectiva crítico-superadora que o próprio coletivo assim denominou. A obra apresenta uma perspectiva de Educação Física que busca desenvolver uma reflexão pedagógica no aluno, acerca das formas de representação do mundo que o homem tem produzido no decorrer da história, exteriorizadas pela expressão corporal. (COLETIVO DE AUTORES, op.cit) Define como objeto de Estudo da área a expressão corporal como linguagem. Além disso, a abordagem em tela leva em conta os interesses da classe trabalhadora.

¹⁴ - Cabe ressaltar que todas essas obras contestaram o papel que vinha sendo desempenhado pela Educação Física e, portanto, foram denominadas de progressista. Porém as mesmas não possuem o mesmo referencial teórico, assim como as abordagens subsequentes, também não. Entretanto, para os objetivos desse trabalho não é pertinente realizar essa análise.

¹⁵ Esse livro é de autoria de seis professores que se auto intitularam, Coletivo de Autores, por esse motivo convencionou-se citá-los assim em referências bibliográficas.

A expectativa da Educação Física escolar, que tem como objeto de estudo a reflexão sobre a cultura corporal, contribui para a afirmação dos interesses de classes das camadas populares, na medida em que desenvolve uma reflexão pedagógica sobre valores com a solidariedade substituindo individualismo, cooperação confrontando a disputa, distribuição em confronto com apropriação, sobretudo enfatizando a liberdade de expressão dos movimentos – a emancipação-, negando a submissão do homem pelo homem. (Ibid, p.40)

Como sinalizamos no início desse capítulo, o Coletivo de Autores (Ibid) desenvolveu a análise que a cultura corporal foi historicamente construída, portanto necessita ser socializada. Sendo assim, se contrapõe a qualquer apropriação dessa manifestação cultural pela classe dominante. Desse modo, o movimento em questão, especificamente a abordagem crítico-superadora representa o primeiro conflito entre capital-trabalho presente no âmbito da Educação Física brasileira. Por esse motivo defendemos a idéia de que as décadas de 1980 e 1990, na Educação Física, foram marcadas pela expressão do conflito capital-trabalho, os trabalhadores da área passaram a reivindicar a cultura corporal.

1.4) A Educação Física no atual projeto de formação humana do capital.

Depois de realizados os devidos balizamentos acerca do movimento renovador ou progressista da Educação Física voltemos à análise precedente.

Passados os anos de ouro do capitalismo, pois era chegada mais uma crise cíclica desse modo de regulação estatal, nos anos de 1970¹⁶, no contexto de desemprego estrutural, a promessa integradora da escola chega ao fim. Além disso, na tentativa de contenção dessa crise emergem o neoliberalismo e a reestruturação produtiva demandando diversas mudanças, dentre elas, alterações que dizem respeito à formação humana.

¹⁶ - A crise do capital e as tentativas de sua recomposição, o neoliberalismo e a reestruturação produtiva serão tratados detidamente no capítulo posterior.

Desse modo, a partir da década de 1980, a qualificação da classe trabalhadora brasileira vem ganhando novos contornos possuindo como principais balizadores as noções de empreendedorismo, empregabilidade e competências. A nova função econômica atribuída à educação passa a ser a da empregabilidade ou a formação para o desemprego. A noção de empregabilidade significa a capacidade do trabalhador de manter-se empregado. *“No plano ideológico desloca-se a responsabilidade social do Estado, para o plano do individual. Já não há política de emprego e nem perspectiva de uma carreira, mas indivíduos empregáveis ou não, qualificáveis”*. (FRIGOTTO, 2001, p. 81)

De acordo com CIAVATTA (2000) o novo *telos* da formação profissional no Brasil do ponto de vista do empresariado se relaciona claramente com o aumento da produtividade do trabalho, da qualidade e a competitividade dos produtos, o que em suma significa gerar riqueza. A formação por competências com vistas à empregabilidade, ainda reforça o viés adequacionista aos princípios neoliberais. No governo Lula *“Reafirma-se um dos fetiches ou vulgatas, insistentemente afirmadas nos oito anos de Governo Fernando Henrique Cardoso, de que no Brasil não há falta de empregos, mas de “empregáveis”*” (CIAVATTA, FRIGOTTO, RAMOS, 2005 p.1095, *aspas dos autores*).

A formação escolar tendo como um dos eixos norteadores a pedagogia das competências objetiva, a formação do trabalhador polivalente, apto a desenvolver inúmeras funções durante toda a vida produtiva, a resolução de problemas, capacidade de abstração, trabalho em equipe, criatividade, conhecimentos gerais e técnico tecnológicos (língua inglesa e informática, por exemplo), se tornam atributos necessários à fase competitiva do capitalismo. (FRIGOTTO, 1996)

Nessa conjuntura, a Educação Física que historicamente foi responsável pelo desenvolvimento da aptidão física dos alunos, e até então se colocava como disciplina fundamental, no projeto de formação humana, do capital, perde centralidade. Posto que a formação do trabalhador é balizada por disciplinas que atuam no campo cognitivo e interacional, sendo assim, essa prática pedagógica não contribui ao menos imediatamente¹⁷ para o atual projeto de formação humana hegemônico.

(...) já que este precisa de um conteúdo no campo cognitivo e interacional, a fim de trabalhar com a capacidade de abstração, raciocínio lógico, crítica, interatividade, decisão, trabalho em equipe, competitividade, comunicabilidade, criatividade, entre outros. Na proporção em que a educação física parece não atuar para a formação de competências, não se torna imediatamente central na escola, como historicamente se colocou. (NOZAKI, 2004, p. 144)¹⁸

Estudos como o de Leonardo Jeber (1996) “*A Educação Física no Ensino Fundamental: o Lugar Ocupado na Hierarquia dos Saberes Escolares*” e de Maria Aparecida Bergo Andrade (2001) “*O Descaso com a Educação Física e o Reordenamento no Mundo do Trabalho*” se preocuparam com a desvalorização dessa disciplina no seio escolar. Andrade (ibid) chega a conclusão que o descaso com a Educação física é tão grande, que ela é vista como uma prática que oportuniza o professor de classe retirar uma folga semanal e não como uma prática pedagógica que possua um campo de conhecimento. A autora ainda relatou que a Educação Física apesar de ser a disciplina predileta de vários alunos esses não hesitam quando têm de escolher entre essa disciplina, ou a informática, por exemplo, pois a primeira é vista somente como uma diversão ou recreação. Já a segunda é tida como uma forma de

¹⁷ -Alguns estudos, Dias (2002), Nozaki (op. cit) e Silva (2005), comprovam que a Educação Física não contribui imediatamente para o atual projeto de formação humana. Contudo, de forma mediata pode contribuir com esse projeto.

¹⁸- A Educação Física não contribui de forma imediata com o processo de formação humana requerido pelo capital, no entanto, não quer dizer que esta disciplina não seja capaz de formar as competências requeridas por este último, ainda que de forma mediata. Maiores informações consultar Nozaki (Ibid).

aquisição de conhecimentos que serão importantes na hora da disputa por um lugar no mercado de trabalho.

Contudo, como nos alertou Nozaki (op.cit) tal desvalorização só ocorre nas escolas públicas conservando a velha dualidade estrutural do sistema educacional brasileiro, que tem um ensino destinado à elite da sociedade, ou seja, a classe burguesa, e outro destinado à classe trabalhadora, pois nas escolas particulares a Educação Física é tida como artigo de luxo. Além disso, os conteúdos da cultura corporal muitas vezes são oferecidos pelas escolas privadas como mercadoria, em forma de escolinhas de futebol, vôlei, dança, ginástica artística, etc.

Se detivermos o olhar à educação das camadas médias da classe trabalhadora, sobretudo, à da classe burguesa, presenciamos a educação física presente e valorizada, sendo oferecida como um artigo de luxo e atuando como um distintivo de classe na formação humana. Neste ponto, recorreremos às inúmeras propagandas de escolas privadas que oferecem a educação física, ou outros conteúdos da cultura corporal – esporte, ginástica, dança, capoeira –, ou mesmo terceirizam sua prática, como forma de mostrar um *plus* da formação oferecida. (Ibid, p. 150)

Isso posto, percebemos que para a burguesia não é importante se apropriar da cultura corporal, na forma da Educação Física, na sua atual fase de acumulação. Entretanto, essa manifestação cultural continua a ser apropriada pela classe dominante, hoje, sobretudo, na forma de mercadoria.

1.5) A cultura corporal como mercadoria: a Educação Física sob a égide da reestruturação produtiva e do neoliberalismo.

O capital após se apropriar da cultura corporal, principalmente, na forma da Educação Física, durante décadas, no país, hoje o faz, predominantemente, sob a forma de mercadoria, vendida nos clubes, escolinhas de esporte, hotéis, *resorts*, condomínios e

primordialmente nas academias de ginástica. Episódio que proporciona mudanças no trabalho do professor de Educação Física sob três aspectos: a) mudanças no conteúdo do trabalho desse professor, b) mudanças referentes ao campo de atuação profissional e c) mudanças em relação às condições de trabalho.

Até a década de 1980, o professor de Educação Física poderia ser caracterizado predominantemente como um trabalhador assalariado da iniciativa pública ou privada. No entanto, a partir da referida década, as academias de ginástica ganharam grande espaço, no Brasil, impulsionadas pela política de desobrigação do Estado no que concerne à garantia aos direitos sociais, dentre eles a saúde, por conseguinte, observamos a investida da iniciativa privada em gerir tais bens. Desse modo, inicia-se o processo de reordenamento do trabalho do professor de Educação Física.

Tais mudanças inserem-se em um contexto de reestruturação produtiva, neoliberalismo e o conseqüente aumento da exploração da força de trabalho, representado, sobretudo, pelo aumento da precarização do trabalho, cujo objetivo é a manutenção dessa sociedade.

O reordenamento no trabalho do professor de Educação Física trouxe à cena, uma série de questões referentes a essa profissão, mudanças no conteúdo do trabalho, aumento na precarização do trabalho, regulamentação da profissão e transformações no que se refere à formação profissional da área.

Sobre esse último aspecto observamos que desde o processo de formação acadêmica dos professores, sob a égide do parecer 7/2004, que institui as diretrizes curriculares da área, a tentativa de conformação dos trabalhadores às condições de mais alta precariedade no mercado de trabalho.

A reformulação curricular por qual a Educação Física passa não é exclusiva dessa área de conhecimento, sendo originária das Diretrizes Curriculares editadas pelo

parecer 776/97 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE), essas diretrizes são para quarenta e sete carreiras profissionais divididas em cinco blocos.

No campo da Educação Física, o sistema CONFEF/CREF tratou de tomar a dianteira do processo de reformulação curricular da área. De acordo com Nozaki, (op.cit) a intenção desse sistema é adequar o trabalhador da Educação Física, a um campo de trabalho precário que ele (o conselho) irá gerenciar. O autor (Ibid) ainda afirma que a formação proposta pelo sistema CONFEF/CREF serve à perspectiva de unilateralidade da formação humana para a gerência da crise do capital, pois fragmenta o curso de Educação Física em duas formações, o licenciado; trabalhador para atuar no âmbito escolar e o graduado; que deve atuar nos campos não-escolares¹⁹. A formação profissional predominante até então era a licenciatura ampliada e essa permitia o professor atuar tanto no âmbito escolar como no não escolar.

A partir dos anos de 1990, com a explicitação do neoliberalismo, observa-se um enxugamento do Estado no que concerne à garantia aos direitos sociais, dentre eles a saúde. Esses direitos ou se tornam políticas focais e compensatórias ou, na grande maioria das vezes, mercadorias, a serem oferecidas pela iniciativa privada. Sob esse

¹⁹- Ainda nos anos de 1980, sob o parecer 03/87 viu-se o primeiro ataque fragmentador da área. A possibilidade do bacharelado. O intuito do bacharelado era a formação para atuação nos campos de trabalho não-escolares na tentativa de assegurá-los para os professores de Educação Física buscando, inclusive, descaracterizá-lo enquanto um trabalhador assalariado do magistério e caracterizá-lo como um profissional liberal, flexível ou empreendedor. (NOZAKI E QUELHAS, 2006). No entanto, no ano de 1994, dos 128 cursos superiores de Educação Física existente no Brasil, apenas 5 se destinavam à formação do bacharelado (QUELHAS, In: Cunha Junior, Martim, Zacarias, 2003.). A licenciatura e bacharelado não possuíam identidade própria a possibilidade existente era o 3+1, o aluno realizava três anos de licenciatura, mais um de bacharelado e saía com as duas habilitações, ou simplesmente saíam com as duas habilitações sem haver qualquer diferenciação na formação.

prisma a saúde²⁰ é encarada como atributo individual e passa a ser de encargo pessoal, cada um é responsável por garantir a sua.

Indícios dessa afirmativa podem ser percebidos diariamente nas propagandas veiculadas pelos meios de comunicação, que realizam apelos insistentes para que os indivíduos cuidem da sua saúde, adotando hábitos de vida saudáveis. De acordo com o Jornal Francês, “*Le Monde Diplomatique Brasil*”(2008) em matéria intitulada *O gerenciamento capitalista do corpo*, o sistema capitalista transformou a saúde em capital.

O capitalismo avançado transformou a saúde individual em um capital. Somos intimados a gerir esse patrimônio, a buscar a sua ininterrupta otimização. Economistas, diretores de recursos humanos, terapeutas de programas de televisão todos nos ensinam a cuidar de um corpo que já não nos pertence (CUSSET, 2008, p.33)

Desse modo, conforme ressaltado as enfermidades são vistas como problemas individuais e uma importante aliada nessa busca da saúde individual é a prática de atividade física, vista como uma relação de causa-efeito. Programas como “o agita São Paulo” retrata essa relação, pois para aqueles que não possuem condições de se exercitarem em locais destinados a prática de atividade física, sobretudo, as academias de ginástica, são realizadas campanhas para que pratiquem qualquer tipo de atividade física, como passear com o cachorro, dançar com a namorada, ir a pé para o trabalho, dentre outras (MATSUDO, 2001). Contudo, as próprias condições concretas de existência dos trabalhadores, que tanto interfere na saúde desses não são levadas em consideração.

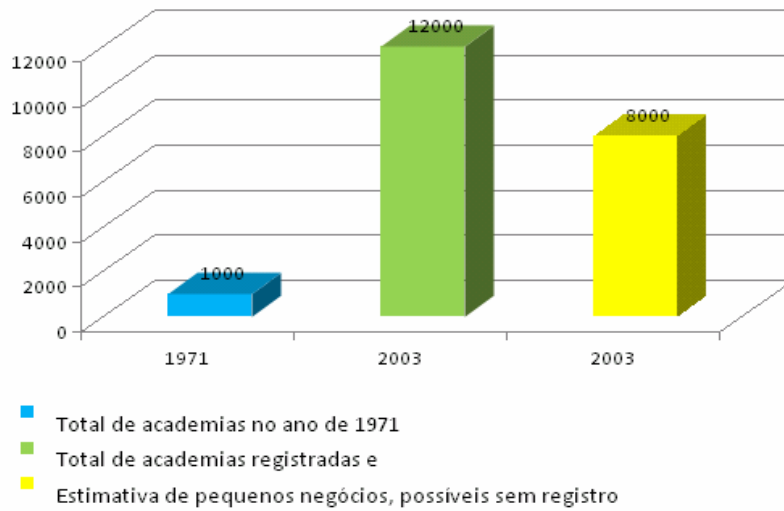
²⁰-Não só a saúde é encarada como atributo individual, mas para fins deste trabalho somente ela nos interessa.

Nesse cenário o consenso construído em torno dos benefícios advindos da prática de atividade física para a obtenção da saúde propicia grande destaque às academias de ginástica, que servem como um distintivo de classe, pois aqueles que possuem condições de adquirir a mercadoria cultura corporal nesses espaços assim o fazem e para aqueles que não possuem essas condições são dadas soluções paliativas, (NOZAKI, op.cit) como o programa mencionado.

De acordo com a ACAD um marco na história do *fitness* foi à publicação do relatório do Surgeon General e do Center for Disease Control and Prevention, “Physical Activity and Health”, nos Estados Unidos em 1996. O conteúdo do referido relatório afirma que o sedentarismo é um problema de saúde pública. Os gastos com a saúde nesse país, no ano de 2000 corresponderam a 14% do PIB, (BERGALLO, 2004) em tempos neoliberais, no qual o Estado se mostra mínimo na garantia aos direitos sociais facilmente chega-se à conclusão de que a saúde vem onerando os cofres públicos e o que contribui para solucionar parte do problema é investir na prevenção. Assim sendo, a prática de exercícios físicos é compreendida como forma de amenizar a situação, tendo em vista que 50% desses custos são decorrentes de doenças crônicas, a exemplo da hipertensão, diabetes, obesidade, aterosclerose, artrite e osteoporose, relacionados ao estilo de vida, dentre os quais se destaca o sedentarismo. Dessa forma, a *“indústria do fitness passa a ser considerada como um importante instrumento para a prevenção de doenças, gerando grandes perspectivas para o seu crescimento”*. (Ibid, p.16).

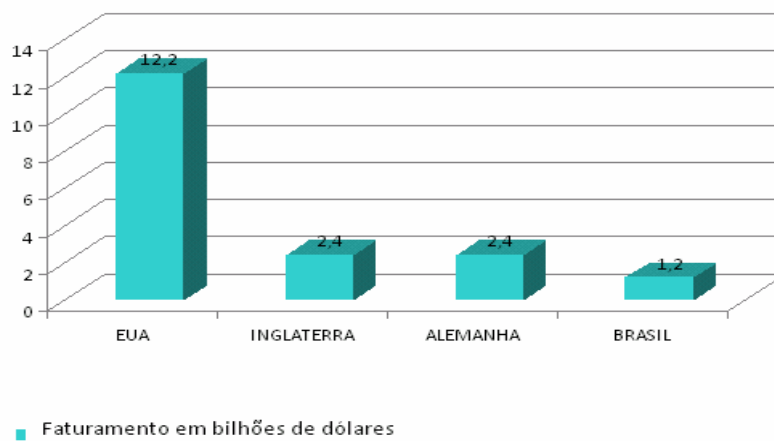
Os gráficos que se seguem nos ajudam a compreender o crescimento sem precedentes no número de academias de ginástica, no Brasil. Ilustram, também, o desenvolvimento da indústria do *fitness*, bem como o aumento do número de freqüentadores desses espaços nos últimos anos, no país e em outros países. E ainda fornecem o faturamento da referida indústria.

NÚMERO DE ACADEMIAS NO BRASIL



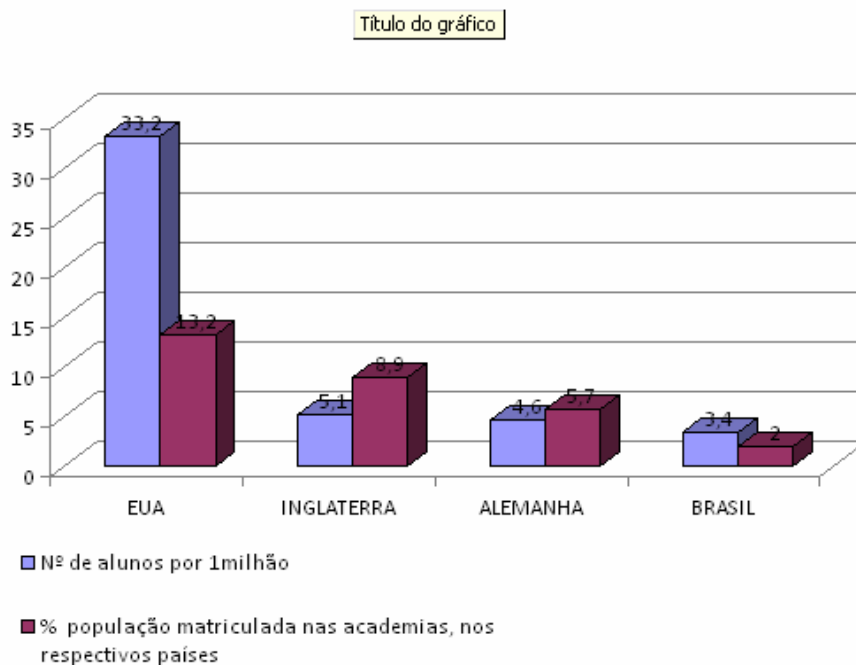
Fonte: Atlas do Esporte no Brasil, 2003

FATURAMENTO DAS ACADEMIAS EM BILHÕES DE DÓLARES



Fonte: Atlas do Esporte no Brasil, 2003

NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS



Fonte: Altas do Esporte no Brasil, 2003

Apesar das academias de ginástica serem vistas como espaços destinados à obtenção de saúde observamos que a maioria dos sujeitos frequentadores desse ambiente o faz com objetivo de obter um corpo desejado, moldado pela sociedade capitalista na sua atual fase de acumulação. Desse modo, dois elementos primordiais, que se relacionam levam os indivíduos a frequentar as academias de ginástica: a promoção da saúde, vista por um viés liberal e a estética no que se refere ao culto do corpo. A própria noção de corpo saudável relaciona-se a estética corporal, pois o corpo malhado, com pequeno percentual de gordura e músculos definidos é muitas vezes compreendido como sinônimo de corpo saudável.

Isso posto, percebemos que o capital continua se apropriando da cultura corporal. No entanto, transformando-a em mercadoria, que como tal necessita ser

consumida, contribuindo assim para a manutenção e o aumento das taxas de lucro por parte da classe dominante.

Todavia, para que uma mercadoria possa ser consumida ela deve possuir valor de uso (MARX, 1984, op.cit). No que concerne a mercadoria cultura-corporal partimos do princípio que os empresários que a vendem tendem a atribuir cada vez mais valor aos possíveis efeitos delas sobre a criação do corpo perfeito. Além disso, toda indústria da beleza dissemina estereótipos corporais quase nunca atingíveis para que o sujeito possa consumir cada vez mais mercadorias ligadas à construção do corpo moldado pela classe dominante.

Partimos do suposto que as relações que o sujeito mantém com o seu corpo são construídas culturalmente, portanto, para a nossa análise é importante compreender o que propicia na contemporaneidade o papel de destaque atribuído à estética no que se refere ao culto do corpo, esse último é uma das manifestações do *telos* burguês presente na atualidade. A teleologia de acordo com (MARX, 1995, op. cit) é a direção a ser seguida, o horizonte vislumbrado.

O *telos* significa “*uma imagem construída pelo discurso hegemônico com o fito de se tornar uma meta a ser perseguida incansavelmente pelo conjunto da sociedade, conduzida pela classe que o elaborou*”. (RODRIGUES, 1998, p.130)

Para a nossa particularidade o *telos* burguês é a busca por um corpo “sarado”, malhado e, sobretudo, magro, construído pela burguesia na ânsia por garantir sobrevivência, recompondo suas taxas de lucro perdidas após sua última crise cíclica, cujo apogeu data o ano de 1973.

Para cumprimento desse objetivo o capital sai em busca da exploração de novos *nichos* do mercado, criando e/ou intensificando a produção de mercadorias. Na contemporaneidade destacamos dentre uma das produções exacerbadas de mercadorias,

a fabricação de produtos relacionados à estética no que se refere ao culto do corpo. Os referidos produtos se materializam tanto na forma de objetos, a exemplo dos cosméticos, cremes maquiagens e acessórios, como na forma de serviços prestados, quer seja pelos consultórios e/ ou clínicas de estética, salões de beleza, *spas* ou as academias de ginástica.

1.5.1 - A produção e o consumo de mercadorias e a mercadoria cultura corporal

Conforme visto o homem através do trabalho se apropria da natureza modificando-a com a finalidade de garantir a sobrevivência da humanidade. Contudo, sobre o solo do desenvolvimento capitalista o produto do trabalho humano é transformado em mercadoria.

A mercadoria se constitui no pressuposto elementar do capital, pois a sua realização, ou seja, o seu consumo é o que mantém o sistema capitalista funcionando. A mercadoria só se materializa enquanto tal, na medida em que é consumida²¹. O consumo cria a necessidade de uma nova produção, sendo assim, esse se configura como o fundamento ideal, que move internamente a produção. (MARX, 1999, op. cit). *“Através do consumo, os produtos do trabalho humano, se transformam em objetos de desfrute, cujo objetivo é a satisfação da necessidade individual.”* (Ibid., p. 30)

Os produtos do trabalho humano transformados em mercadorias possuem dupla feição: o valor de uso e o valor de troca. Todavia, para que a mercadoria seja útil ao seu proprietário, à mesma deve ser possuidora de um valor de troca e para tanto é necessário que seja útil aos outros. Os valores de uso das mercadorias podem ser subjetivos ou

²¹ - (...) “um vestido converte-se efetivamente em vestido quando é usado; uma casa desabitada não é, de fato, uma casa efetiva, por isso mesmo o produto, diversamente do simples objeto natural, não se confirma como produto, não se *torna*, produto, senão no consumo”. (...) (MARX, 1999, p. 32)

objetivos e nas sociedades de classe possuem um caráter misterioso que é o que Marx (Ibid) denominou de fetichismo da mercadoria.

O modo de produção capitalista com vistas a garantir a sua base material de existência e obter os lucros almejados tende a transformar tudo em mercadoria. “*O Rei Midas transformava tudo que tocava em ouro: e o capitalismo transformou tudo em mercadoria*”. (FICHER, 1981, p.59) Entretanto, conforme aludimos para que a mercadoria possa existir como tal, torna-se necessário o seu consumo, portanto, é imprescindível que a mesma satisfaça as necessidades e/ou desejos humanos.

Lipovetsky (2007) identifica três eras do capitalismo de consumo, o primeiro ciclo se inicia por volta de 1880 propiciado pela introdução da maquinaria no processo produtivo aumentando a velocidade da produção. A fase mencionada é marcada pelo início das campanhas de publicidade, na qual marcas como a coca-cola, se tornaram célebres. O cliente tradicional foi transformado em consumidor moderno, e esse em consumidor de marcas a ser educado e “seduzido especialmente pela publicidade”. Surgem, nessa fase, os grandes magazines, cujas vitrines de cor objetivam maravilhar o freguês, criar um clima compulsivo e sensual propício à compra. Tal fase perdurou até a segunda guerra mundial.

O segundo ciclo, conhecido como consumo de massa, se inicia por volta dos anos de 1950, marcado por um excepcional crescimento econômico, bem como pela elevação do ciclo de produtividade garantido à custa do modo de regulação fordista da produção. Nesse, os trabalhadores tiveram seus rendimentos aumentados em até quatro vezes. A referida fase é caracterizada pela produção-massa, consumo massa. Inicia-se um processo de redução do tempo de vida das mercadorias, tirá-las de moda pela renovação rápida dos modelos e estilos. Nessa fase as despesas americanas com

publicidade são triplicadas. No que se refere ao corpo, a sexualização torna-se mais evidente. Esse ciclo histórico termina por volta da década de 1970.

A fase III, no qual a sociedade é conhecida como do hiperconsumo ²² é caracterizada pelo fetichismo das marcas, na qual o consumidor tende a se tornar individualista, hedonista e liberto das antigas culturas de classe.

Ao observarmos o universo das academias de ginástica visualizamos que os empresários do âmbito do *fitness*, ou os seus intelectuais orgânicos²³, tendem a criar cada vez mais mercadorias, bem como atribuir um valor as mesmas.

A priori, os exercícios físicos possuíam como valor de uso principal a obtenção de saúde. No entanto, apenas esse valor de uso não garante os níveis de venda, desejáveis, desse produto. Sendo necessário à criação de outros valores de uso, no caso, observamos que o principal valor cunhado foi com fins estéticos, no que se refere o culto ao corpo, que garante a venda não só da mercadoria cultura corporal, mas de numerosas outras, tanto do setor terciário como secundário da economia, a exemplo dos cosméticos, em geral, dos variados tipos de vestimentas, e das clínicas de estética.

Diariamente observamos os ideais propagados pelos canais midiáticos, com vistas a inculcar nos espectadores referências corporais que não condizem com o biótipo físico dos indivíduos, salvo raras exceções. Sendo assim, são praticamente inatingíveis. Essa dificuldade de concretização de um desejo garante vendas cada vez mais elevadas

²² Consideramos que o objetivo do capital é transformar tudo em mercadoria. E para realizar seu ciclo reprodutivo, tende a colocá-las em circulação, criando os consumidores e as suas necessidades. No entanto o capitalismo apresenta como contradição, também a criação de uma elevada parcela da população que não possui condições alguma de consumir a não ser a garantia básica de sua própria sobrevivência. E ainda produz outra parcela da população que não apresenta condições de consumir sequer para suprimento das necessidades diárias. De acordo com dados do IBGE no ano de 1999 24% da população brasileira encontrava-se abaixo da linha da pobreza. E no ano de 2000, 60% da população mais pobre tinha participação de 18% nos rendimentos, os 30% intermediário possuíam 34,4% e os 10% mais ricos 47,6% de participação nos rendimentos.

²³ - Consideramos os intelectuais orgânicos da burguesia do âmbito do *fitness* aqueles responsáveis pela criação de novas modalidades da cultura corporal para o consumo, bem como pela elaboração das propagandas com vistas a garantir o consumo das referidas mercadorias.

das mercadorias ligadas à indústria da beleza. Os referidos ideais encontram terreno fértil para propagação, ancorados na relação que os indivíduos mantêm com o corpo na, atual fase de acumulação capitalista marcada pela eminência da pós-modernidade.

Na contemporaneidade os cuidados com o corpo ganham centralidade. Assim sendo, a cultura corporal, tende a ser transformada em mercadoria a ser oferecida, mormente pelas academias de ginástica. A atenção destinada ao corpo não se limita à prática de atividades físicas. De acordo com o médico Osvaldo Saldanha em entrevista concedida à folha de São Paulo, (*apud* Frugoli 2004) estima-se que no Brasil, ocorram 400 mil cirurgias plásticas ao ano e mais da metade com fins estéticos. Que ensejo tende a levar os indivíduos à preocupação exacerbada com o corpo? Qual a sua base material de existência?

Partimos do princípio de que as questões culturais estão intimamente relacionadas às questões sociais, políticas e econômicas. De acordo com Jameson, (2001) há um movimento da cultura para a economia e da economia para a cultura, tal movimento é necessário à manutenção, bem como o aumento da acumulação de lucros por parte do capital. Na presente forma de acumulação capitalista o referido movimento tende a aguçá-lo. Notamos a tendência a mercadorização de todas as formas das relações sociais, sendo assim, dissemina-se a cultura do consumo, essencial a forma contemporânea da regulação de capitais. Nesse particular há um movimento do cultural para o econômico e desse para o social, pois a cultura do consumo trás mudanças na vida cotidiana dos indivíduos, e em si mesmo individualiza e atomiza as relações sociais contemporâneas. (*Ibid*)

O que propiciou de fato a primeira iluminação da pós-modernidade foi à recomposição do capital nos anos de 1980.

A diminuição dos trabalhos nas regiões centrais, a subcontratação de fábricas para lugares de salários baixos na periferia, a deslocação do investimento para os serviços e as comunicações, aumento das despesas militares, a subida vertiginosa no peso relativo da especulação financeira, à custa da produção inovadora. Nestes ingredientes, (...) todos os elementos deteriorados do pós-moderno se acumularam: ostentação desenfreada do *nouveau riche*, governação com os conselheiros ocultos, consenso onívoro. A euforia desta conjuntura é que gerou, com pontualidade, a primeira iluminação efetiva do pós-moderno. (ANDERSON, 1998, p. 123)

O que representa a base existencial das várias formas da cultura pós-moderna é um sistema “*inquieto e especulativo*” caracterizado pela flexibilidade dos mercados de trabalho, subcontratação de fábricas, produção de acordo com a demanda, operações financeiras sem restrições, num único mercado mundial para o dinheiro e o crédito. As expressões da cultura pós-moderna são uma “*sensibilidade intimamente relacionada com a desmaterialização do dinheiro, o caráter efêmero da moda, e o excesso de simulação das novas economias*”. (Ibid, p. 107)

A referida cultura privilegia “*a heterogeneidade e a diferença como forças libertadoras na redefinição do discurso cultural*” (Ibid, p.107). A fragmentação, a indeterminação e a intensa desconfiança dos discursos totalizantes constituem o marco do pensamento pós-moderno. A mesma se opõe às metanarrativas e mantém estreita relação com discursos cuja centralidade é o gênero, raça, cultura, dentre outros. Possui total aceitação do efêmero, fragmentário, descontínuo, do caótico. (HARVEY, op. cit)

Várias são as teses que defendem o fim da sociedade de classe, bem como a perda da centralidade do trabalho, ou o fim da história, especialmente após a derrocada do muro de Berlim em 1989.

Uma característica da cultura contemporânea que se torna emblemática na atual fase de acumulação capitalista, na qual observamos a tendência do capital em mercantilizar todas as esferas da vida social, criando uma produção exacerbada de mercadoria é de que ela, a própria cultura, identificada como pós-moderna, contrariando

a tendência da cultura na modernidade, torna-se mercadoria. (JAMESON, 2002) A cultura corporal segue a mesma lógica, também, sendo transformada em mercadoria.

De acordo com Harvey (op. cit) alguns compreendem que a produção cultural pós-modernista procurou satisfazer os desejos humanos da melhor maneira possível, em forma de mercadoria, outros, partem do princípio de que o capital para continuar mantendo os seus mercados, bem como manter e ampliar as taxas de lucro se viu forçado a produzir desejos e, portanto estimular sensibilidades individuais com vistas à criação de uma nova estética. Jameson (op. cit) sintetizou o pós-modernismo como sendo, tanto a lógica cultural da estrutura produtiva, como a expressão ideológica dominante.

Compreendendo o conceito de ideologia de acordo com Marx e Engels (2005, op. cit) como a falsa consciência ou visão invertida da realidade, partimos do pressuposto de que a busca exacerbada pela estética, no que se refere ao culto do corpo na contemporaneidade, se constitui como uma noção ideológica, que a burguesia produz com vistas a garantir um gênero de primeira necessidade, o consumo. Na tentativa de recomposição das suas taxas de lucro o capital tende a expandir o consumo, necessário a sua base material de existência.

A partir dos anos de 1980, observamos que o padrão corporal a ser atingido, é a “ditadura da magreza” disseminada por meio dos desfiles de moda, pelos corpos expostos na mídia através de novelas, filmes, seriados, desenhos, propagandas, revistas, bem como pelas vitrines de lojas que tendem expor manequins magérrimas.²⁴ Uma das evidências da ditadura da magreza, na atualidade, pode ser expressa mediante a diminuição de 2,5 cm nas silhuetas das mulheres nos concursos de beleza (SILVA,

²⁴ Nove entre cada dez adolescentes almejam subir as passarelas da moda e quem sabe um dia virar uma Gisele Bündchen, para isso parece que as mesmas não medem esforços. Contraditoriamente notamos o elevado índice de obesidade, considerada hoje como um problema de saúde pública.

2001). Além disso, ao observarmos as revistas expostas pelas bancas de jornal e revistas percebemos que grande parte dessas expõe mulheres quase nuas como exemplos de corpos a serem seguidos.

Diversos comportamentos nos fazem perceber que o corpo é considerado apenas mais um objeto que pode ser corrigido ou transformado de acordo com as intenções subjetivas do indivíduo. A cirurgia estética, as procriações *in vitro*, bem como o consumo de psicoterápicos com vista à “gestão” dos problemas existenciais ilustram essa relação individualista com o corpo. (LIPOVETSKY, op. cit)

Desse modo, os elementos tecnológicos são aliados imprescindíveis na busca pelo corpo almejado. Imersos nessa realidade identificamos a posição de destaque ocupada pelas academias de ginástica, pois por meio do trabalho imaterial de seus professores “prometem” garantir saúde e beleza, elementos concebidos como fundamentais à sociedade contemporânea.

Mediante ao exposto, consideramos que as mudanças no trabalho do professor de educação física, cujo início se deu nos anos de 1980 e maior concretude na década seguinte, relaciona-se com a nova forma de representação do capital, na qual o Estado se desobriga de gerir o bem comum, a saúde, que passa a ser encarada como atributo individual. No entanto, a ideologia da saúde não se apresenta suficiente para garantir os lucros almejados pelo capital. Dissemina-se, dessa forma, à criação de um *telos* estético, no que se refere ao culto do corpo, por numerosos representantes do capital, tanto do setor secundário, quanto do setor terciário da economia, propiciado pela cultura que se tornou hegemônica na contemporaneidade.

CAPÍTULO II

“A burguesia não pode existir sem revolucionar sem cessar os instrumentos de produção, o que quer dizer as relações de produção, ou seja, o conjunto das relações sociais. A manutenção sem mudança do antigo modo de produção era, ao contrário, para as classes industriais anteriores, a primeira condição de sua existência. Essa mudança contínua da produção, essa constante sacudida de todo o sistema social, essa agitação e essa insegurança perpétuas distinguem a época da burguesia de todas as anteriores. Todas as relações sociais, coaguladas e cobertas de ferrugem, com seu cortejo de concepções antigas e veneráveis, dissolvem-se”....(*Marx e Engels*, 2007)

2- DA CENTRALIDADE DO TRABALHO AO TRABALHO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

O objetivo do presente capítulo é compreender as relações de trabalho na contemporaneidade. Para tanto, torna-se necessário identificar os seus atuais determinantes, o neoliberalismo e a reestruturação produtiva. Ambos surgiram na tentativa de gerenciar a crise do capital, especificamente, a dos anos de 1970. Essa crise

teve como manifestações, a crise do Estado de Bem Estar Social e do padrão de acumulação Taylorista/Fordista.

2.1) A dimensão ontológica e histórica do trabalho

Como acenamos no capítulo precedente compreendemos o trabalho como categoria central de análise, pois apenas através dele o homem é capaz de garantir a sua sobrevivência. No processo de trabalho o homem se apropria da natureza transformando-a com o objetivo de garantir a existência da humanidade. Ainda que, outros animais também se apropriem da natureza retirando-lhe elementos necessários a sua sobrevivência²⁵, esses não são capazes de criar instrumentos necessários para modificá-la adaptando-a às condições necessárias à manutenção da sua espécie. Somente os homens são capazes de construir, através do trabalho, os elementos fundamentais à transformação da natureza adaptando-a as suas necessidades fundamentais. (ENGELS, 2004)

Marx e Engels (2005, op.cit) em sua obra a “*Ideologia Alemã*” enfatizam que o trabalho é o primeiro elemento que diferencia os homens de qualquer outro animal, ainda que a consciência, a religião, dentre outros, também o sejam.

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou por tudo que se queira. No entanto, eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a produzir seus meios de existência, e esse salto é condicionado por sua constituição corporal. Ao produzirem seus meios de existência os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material. (Ibid, 2005. p.44)

²⁵ - Os animais retiram da natureza os elementos necessários a sua sobrevivência. Contudo, não são capazes de criar as condições para que esses elementos não se esgotem. Se os animais retiram os frutos das árvores para se alimentar e esta árvore morre, os animais tendem a sair em busca de outras árvores, em locais distintos, pois os mesmos não são capazes de plantar novas árvores. Caso a natureza não lhes ofereça passivamente os elementos necessários à sobrevivência de qualquer espécie animal, exceto à espécie humana, a espécie, caso não haja interferência humana tende a entrar em extinção.

Ao mesmo tempo em que o homem produz objetos mediante o processo de trabalho, também é por ele produzido. Portanto, a humanização do homem, ou seja, sua transformação de ser primitivo em ser social só é possível mediante ao processo de *labor*. Nesse processo destaca-se a categoria fundamental do trabalho, a teleologia. Marx em conhecida passagem de *o Capital* (1996) destaca a teleologia do trabalho, definindo-o como um processo exclusivamente humano, porque, mesmo que os animais executem operações semelhantes às operações desenvolvidas pelos homens, esse último projeta o produto do seu trabalho, em sua mente, antes de torná-lo realidade. Tal fato só é possível devido à dimensão teleológica do trabalho exclusiva da espécie humana.

Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mente, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. (Ibid, p.298)

Para Lúkács (1981) em sua obra, “*a ontologia do ser social o trabalho*” esse é o modelo de toda a práxis social e mesmo que passe por mediações complexas é sempre a transformação de posições teleológicas. Essas posições correspondem a “*categoria ontológica central do trabalho*”. (Ibid, p.4)

O homem só muda a sua condição de ser primitivo para ser social, só se humaniza, através do trabalho. “*Só poderei falar razoavelmente em ser social quando entendermos que sua gênese, seu elevar-se em relação à sua própria base, e a aquisição de autonomia, se baseia no trabalho, na realização contínua de posições*

teleológicas” (Ibid, p.9) O autor com essas afirmações define o trabalho como a ontologia do ser social.

De acordo com Marx (1996, op. cit), o processo de trabalho é uma atividade dirigida cuja finalidade é criar valores-de-uso. Para o trabalhador, o valor-de-uso do trabalho é a possibilidade de garantir a sua própria existência; por outro lado, para o capitalista o valor-de-uso do trabalho é o valor-de-troca que o produto adquire no mercado quando transformado em mercadoria. Como visto anteriormente o trabalho é condição necessária, da interação material entre o homem e a natureza, é condição essencial da vida humana, independente de qualquer formato dessa vida, ou do modo de organização social.

Até o presente momento tratamos no texto da dimensão ontológica do trabalho, ou seja, a sua existência enquanto necessidade natural e social do homem. Contudo, o trabalho também possui uma dimensão histórica que em suma significa a forma como ele foi historicamente construído (MARX, 2004).

Ainda que o trabalho independa do modo de produzir a vida, ele assume características específicas de acordo com o modo de produção da existência humana. Como visto anteriormente ao mesmo tempo, que o homem possui a capacidade de produzir conscientemente por meio do trabalho seu modo de organização social é também, por ele produzido. Desta feita, o trabalho assume características específicas do modo de produção em que é realizado. Para fins desse estudo torna-se importante, analisar as características assumidas pelo trabalho, na sua atual forma histórica, a capitalista.

Ao analisar o processo de *labor* no modo de produção capitalista deve-se partir de sua premissa fundamental, sua dupla dominação pelo capital: o produto do trabalho é de propriedade do capitalista e o controle do processo de trabalho, também fica sob sua

dominação (BRIGHTON, 1991) Todavia, essa constatação não denota que o processo de trabalho nessa sociedade sempre foi de propriedade do capitalista. Por outro lado, também não podemos afirmar que hoje, o trabalhador não possui nenhum controle do processo produtivo. No período precedente a introdução da maquinaria nesse processo, ainda que o produto do trabalho fosse de propriedade do capitalista o trabalhador tinha total controle do método de produção. Podia-se falar que somente a subsunção formal do trabalho ao capital havia sido consolidada.

Marx (1990, op. cit) define essa forma de subordinação, como a extração de mais valia absoluta do trabalhador, que só pode ser alcançada com o prolongamento da jornada de trabalho. A introdução da maquinaria na produção foi o fator fundamental para que o capitalista alcançasse o controle do processo de trabalho. Junto a essa se inicia a subsunção real do trabalho ao capital, que por sua vez relaciona-se à extração de mais-valia-relativa, conseguida com o aumento do ritmo de trabalho. (Ibid.)

O processo produtivo desde a revolução burguesa e o nascimento da sociedade capitalista consiste no processo de valorização do capital. Os trabalhadores transformam as matérias primas, que são de propriedade do capitalista em mercadorias. Essas, posteriormente serão vendidas acrescentando valor ao capital inicial. Uma parte do dinheiro recebido com a venda dessas mercadorias será utilizado na comprar de novas matérias primas e na remuneração dos trabalhadores, dando continuidade ao ciclo produtivo do sistema capitalista. O trabalhador é o produtor nessa sociedade, mas também, ao mesmo tempo, é por ela produzido. Nesse processo emerge a outra face do trabalho, a histórica.

Sendo assim, o trabalho não produz apenas as mercadorias, ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria. (MARX, 2004, op. cit) Esse processo

causa no operário²⁶ um estranhamento frente ao produto que ele criou, o qual aparece para o produtor, como algo estranho, alheio, a ele, que não lhe pertence. Portanto, de propriedade do outro, nesse caso, do capitalista. Entretanto, o estranhamento do trabalhador, frente ao produto por ele criado decorre do próprio estranhamento ocorrido no processo de produção. Essa é a essência do estranhamento próprio da relação entre trabalhador e trabalho. Marx (Ibid, p.82) denominou esse fato de estranhamento na essência do trabalho.

Como poderia o trabalhador defrontar-se alheio (fremd) ao produto da sua atividade se no ato mesmo da produção ele não se estranhasse a si mesmo? O produto é, sim, somente o resumo (Resumé) da atividade, da produção. Se, portanto, o produto do trabalho é a exteriorização, então a produção mesma tem de ser exteriorização ativa, a exteriorização da atividade, a atividade da exteriorização. No estranhamento do objeto do trabalho resume-se somente o estranhamento, a exteriorização na atividade do trabalho mesmo.

Por ser o trabalho, a essência do homem, o trabalho estranhado provoca o estranhamento do homem, ao seu ser genérico, ao seu próprio corpo, à sua própria essência. A conseqüência dessa relação é o estranhamento do homem pelo próprio homem. O trabalho, na sua essência proporciona a emancipação humana. Contudo, da forma como ele vem sendo historicamente construído, ao contrário, priva o homem de sua liberdade. O operário só se sente livre fora do trabalho. Esse, não é voluntário, mas forçado, obrigatório. É apenas um meio do operário suprir suas carências. Portanto, chega-se a conclusão que o homem é rebaixado à condição de animal, pois só se sente livre desempenhando funções, também desenvolvidas por esse último: comer, beber, procriar e quando muito, morar. O animal se torna homem e o homem se torna animal. (Ibid) A face histórica do trabalho arranca do homem a sua dimensão ontológica, ainda

²⁶ - Nesse trabalho usou-se a palavra operário como sinônimo de trabalhador.

que essa, insista em continuar existindo. Enquanto a dimensão ontológica do trabalho humaniza o homem, ao contrário, a sua dimensão histórica o desumaniza.

Apesar dos argumentos aqui expostos reiterando a centralidade da categoria trabalho existem autores, ou correntes teóricas, que afirmam que o mesmo, ou a luta de classes, não dão conta de explicar a complexidade da sociedade contemporânea. Episódio que se tornou recorrente principalmente após a derrocada do muro de Berlim e o conseqüente fim da crença no projeto societário socialista. As críticas à centralidade do trabalho são condenações ao próprio marxismo enquanto referencial teórico de análise. Pressupõe outras formas de opressão e emancipação, cujo epicentro, não é a exploração do trabalho pelo capital. Desta feita, relativizam a luta de classes e não propõem o rompimento das relações sociais de produção. Tais críticas se apóiam fundamentalmente na referencia teórica da pós-modernidade, que já foi sucintamente discutida no capítulo anterior.

Contudo, há autores contemporâneos, brasileiros, a exemplo de FRIGOTTO, (1996, op.cit) e ANTUNES, (1995, 1999) e, também, de outra nacionalidade, como MÉSAROS, (2002) que reafirmam a centralidade do trabalho e da luta de classes enquanto categorias capazes de aclarar a complexidade das relações sociais contemporâneas.

Antunes (1999, op.cit) com objetivo de conferir contemporaneidade ao conceito marxiano de classe trabalhadora, com base no próprio Marx, propõe a ampliação desse conceito para o de *classe-que-vive-do-trabalho*.

A classe que vive do trabalho, a classe trabalhadora, hoje inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os *trabalhadores produtivos* (no sentido dado por Marx, especialmente no capítulo VI, *Inédito*) Ela não se restringe, portanto ao *trabalho manual* direto, mas, incorpora a totalidade do *trabalho social*, a totalidade do *trabalho coletivo assalariado* (...) (p.102, itálicos do autor)

Antunes, (Ibid) continua a descrição afirmando que os trabalhadores improdutivos fazem parte da totalidade da *classe-que-vive-do-trabalho*. Conceito mais apropriado para definir a classe trabalhadora, na contemporaneidade, considerando a expansão sem precedentes do setor de serviços.

Mas a *classe-que-vive-do-trabalho* engloba também os trabalhadores *improdutivos*, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, seja para uso público ou para o capitalista²⁷, e que não se constituem como elemento diretamente produtivo, como elemento vivo do processo de valorização do capital e de criação de mais-valia. São aqueles em que, segundo Marx o trabalho é consumido, como *valor de uso* e não como trabalho que cria *valor de troca*. (ANTUNES, Ibid, p.102 itálicos do autor)

Portanto, a *classe-que-vive-do-trabalho* incorpora todos aqueles que vendem sua força de trabalho em troca de salários. O proletariado industrial, os trabalhadores do setor de serviços e os trabalhadores rurais. Ainda engloba os trabalhadores desempregados. Entretanto, a caracterização da classe trabalhadora ainda está em disputa no campo do marxismo²⁸.

2.2) A natureza das crises do capital

Marx e Engels, no manifesto do Partido Comunista, cuja primeira edição data o ano de 1848, diferem com clareza a época burguesa de todas as eras precedentes. A sociedade a cada período de crise passa por constantes ajustes, ou reformas, no plano supra-estrutural, cujo objetivo é garantir sobrevivência ao sistema capitalista. Ainda que, a

²⁷ - Aqueles que trabalham no setor de serviços, também, em muitos casos são trabalhadores produtivos, a exemplo do professor que ministra aulas na iniciativa privada, pois há a extração direta de mais-valia desse trabalhador.

²⁸ - Para maiores esclarecimentos acerca da temática e entendimento das divergências em relação ao conceito de classe trabalhadora no campo do marxismo, consultar Boito Jr (1999) Lessa (2002), dentre outros.

mesma custe o fim de qualquer possibilidade do projeto civilizatório para a humanidade. Na contemporaneidade os referidos ajustes são representados, sobretudo, pelo neoliberalismo e a reestruturação produtiva.

A crise do capital que eclodiu mundialmente, a partir dos anos de 1970 é apenas mais uma das manifestações da crise estrutural do sistema capitalista. No seu cerne encontra-se a superprodução de mercadorias e a tendência decrescente da taxa de lucro. Tal qual, Marx, já havia assinalado em distintas obras, a exemplo de o Capital (1996, op. cit) e do capítulo inédito do capital (1990, op. cit).

Marx, (Ibid) ao constatar que o processo de valorização do capital se dá mediante a extração da mais-valia do processo de trabalho fornece as primeiras pistas acerca da crise estrutural do sistema capitalista. A mais-valia ou sobretrabalho é o excedente de trabalho que vai além do salário pago ao trabalhador, o qual o capitalista se apropria. O processo de valorização do capital (C) se expressa pela soma do que esse autor (Ibid) denominou de capital constante, (c) que são, as máquinas, os insumos e as matérias primas necessárias à produção, e o capital variável, (v) que representa a parte do capital transformada em força de trabalho. Esse processo é expresso pela seguinte equação: $C = c+v$. Contudo, como observou Marx (1996, op. cit) o capital constante não cria valor, ao contrário, ele transfere valor ao produto encarecendo-o.

Como qualquer outro componente do capital constante, a maquinaria não cria valor, mas transfere seu próprio valor ao produto para cuja feitura ela serve. A medida que tem valor e transfere valor ao produto, ela se constitui num componente de valor do mesmo. Ao invés de barateá-lo, encarece-o proporcionalmente ao seu próprio valor. (...) (MARX, Ibid, p.18)

Dessa feita, constata-se que apenas o trabalho em sua forma abstrata, ou seja, o trabalho usurpado pelo capitalista é capaz de criar valor. Noutras palavras, apenas a exploração do trabalhador, por parte do capitalista é capaz de agregar valor ao produto

final. Como foi assinalado anteriormente esse excedente de trabalho, ou sobretrabalho é denominado por Marx (1990 op. cit) de mais-valia. Duas são as formas de mais-valia, descritas por esse autor, a absoluta e a relativa. A primeira refere-se ao aumento da produtividade do trabalho, conseguido mediante ao processo de prolongamento da jornada de trabalho. Por sua vez, a mais valia relativa, relaciona-se a intensificação da produção sem aumento da jornada de trabalho. Essa última é garantida graças à introdução de tecnologia ao processo produtivo, ou seja, devido ao incremento do capital constante.

Na busca incessante por obter mais lucros, o capitalista investe cada vez mais no capital constante garantindo níveis elevadíssimos de extração de mais valia-relativa. Entretanto, nesse processo o capitalista acaba por substituir o trabalhador pela máquina²⁹, com intuito de baratear os custos da produção e conseqüentemente, o produto. A intensificação da produção alcançada graças ao desenvolvimento da tecnologia produz grande massa de mercadorias. As quais serão vendidas por um preço inferior ao preço médio da mercadoria, diminuindo o lucro do capitalista no produto individual. Para manter as taxas de lucro geral o capitalista necessita vender mais produtos, conseqüentemente, necessita que os trabalhadores produzam mais, o que é garantido pela diminuição do tempo de trabalho necessário à produção.

Qualquer capitalista para não ir à ruína tende a criar condições de competitividade com os outros capitalistas, também diminuindo o preço dos produtos e aumentando a produção de mercadorias. Esse ciclo cria a superprodução de mercadorias, as quais não encontram mercado consumidor, tendo em vista que a substituição de capital variável por capital constante produz uma grande massa de

²⁹ Essa constatação pode incorrer no equívoco do trabalhador revoltar-se contra a máquina. Episódio que ocorre desde o século XVII, na Europa. O desenvolvimento tecnológico, ou a revolução industrial deviam servir ao trabalhador, aumentando-lhe o tempo livre, no entanto, sob o domínio do capitalista as máquinas são utilizadas com intuito de aumentar a produção substituindo o trabalhador.

trabalhadores desempregados. Sendo assim, instaura-se um processo de crise. A primeira tentativa de superação dessas crises é a busca de novos mercados consumidores, ou seja, a mundialização da economia. Hoje, como esse processo já está consolidado para sair da crise o capital tende a criar novos produtos.

2.3) A especificidade da crise dos anos de 1970: o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista e a falência do Estado de Bem Estar Social.

O ano de 1973 é o marco de mais uma crise cíclica do modo de regulação capitalista, cuja especificidade é a crise do petróleo. A sua maior expressão confirma o que Marx (1990, op.cit) havia observado no capítulo inédito do *Capital* e é o que se repete a cada colapso do sistema capitalista, a acentuação da tendência decrescente da taxa de lucro. Nesse particular, ocasionada pelo aumento do preço da força de trabalho, conquistado durante o período, pós-segunda guerra mundial e pela intensificação das lutas sociais dos anos de 1960. O desemprego estrutural que se iniciara nesse período, ocasionou a redução do consumo, gerando a superprodução de mercadorias. Antunes (1999, op.cit), ainda destaca as manifestações dessa crise estrutural do sistema capitalista. a) O esgotamento do padrão de acumulação Taylorista/Fordista, b) hipertrofia da esfera financeira, que adquirira certa independência frente ao capital produtivo; c) maior concentração de capitais, conquistada mediante as fusões entre empresas monopolistas e oligopolistas; d) crise do Estado de Bem Estar Social, e a conseqüente retração dos gastos públicos e sua transferência para a iniciativa privada; e) incremento acentuado das privatizações; f) tendência às desregulamentações do processo de trabalho, dos mercados e da força de trabalho.

Continuando esse autor (Ibid, *passim*), ainda evidencia que a crise do Estado de Bem Estar Social e do padrão de acumulação Taylorista/Fordista foram apenas expressões fenomênicas da crise estrutural do capital. Por outro lado, o seu enfrentamento, também se deu apenas no plano fenomênico, sem ameaçar os sustentáculos do modo de produção capitalista. Tratava-se, portanto, de recuperar os níveis de acumulação de capitais adquiridos, especialmente pós o fim da segunda guerra mundial. Para tanto, foi de fundamental importância a redefinição do papel do Estado e a reestruturação do processo produtivo.

Cabe ressaltar que o neoliberalismo e o Toyotismo surgiram em resposta ao esgotamento do binômio Taylorista/Fordista e do Estado de Bem Estar Social e esses, por sua vez emergiram na tentativa de recomposição do capital, pós-crise de 1929. Esses indícios reiteram que todas as crises estruturais do sistema capitalista vêm sendo enfrentadas apenas na sua aparência, constituindo-se, portanto, em respostas para uma crise anterior desse sistema. Portanto, para compreensão da reestruturação produtiva e do neoliberalismo como fenômenos utilizados na tentativa de gerência da crise do capital, torna-se necessário, antes, analisar o esgotamento do modo de regulação fordista da produção, assim como, do Estado de Bem Estar Social.

O ano de 1929 ficou conhecido, mundialmente, pela quebra da bolsa de valores de Nova York. Essa quebra foi a maior expressão de mais uma crise cíclica do sistema capitalista. Em consequência, nos anos subseqüentes o mundo presenciou taxas elevadíssimas de desemprego, que chegaram aos 22% na Inglaterra, 23% na Bélgica, 24% na Suécia, 27%, nos Estados Unidos, 29% na Áustria, 31% na Noroéga 32% na Dinamarca e 44% na Alemanha. (HOBSBAWM, 1995). O caos estabelecido ainda se agravava devido à parca existência de seguridade social, como auxílio desemprego, em alguns países, e a sua total inexistência em outros, a exemplo dos Estados Unidos. De

acordo com Hobsbawm (Ibid) o mundo industrializado nunca vivera situação tão drástica. O principal problema detectado nessa catástrofe econômica era o desemprego em massa, que necessitava ser sanado para que a crise pudesse ser contida. Entretanto, os anos sombrios dessa fase do capitalismo deram sinais de que estavam chegando ao fim, ainda na década de 1930. Os países desenvolvidos começaram a adotar no plano político-econômico o Estado de Bem Estar Social, cujo foco consistia em acabar com o desemprego em massa e garantir seguridade social aos trabalhadores.

Contudo, somente após o término da segunda guerra mundial, o mundo³⁰ capitalista, sobretudo, os países de capitalismo avançado, começou a desfrutar de um surpreendente ciclo de crescimento econômico. Chegou à era de ouro do capitalismo (Ibid), que fora garantida graças ao padrão de acumulação Taylorista/Fordista e o Estado de Bem Estar Social.

A data simbólica do fordismo ocorreu no ano de 1914, nos Estados Unidos, quando Henri Ford introduziu a jornada de trabalho de oito horas diárias e a remuneração de cinco dólares para os trabalhadores de uma fábrica de linha de montagens em Dearbon, Michigan. (HARVEY, op. cit). A produção fordista caracterizava-se, especialmente pela produção em massa. E anos depois veio a se unir aos princípios da racionalização do trabalho proposto por Taylor, formando assim o que ficou conhecido, mundialmente, como padrão de acumulação Taylorista/Fordista, ou binômio Taylorista/Fordista. Esse modelo de acumulação foi expandindo-se por toda a produção automobilística estadunidense.

Contudo, antes dos anos de 1930, esse modelo era praticamente inexistente no continente europeu. Foi necessária a deflagração de uma crise do capital e a

³⁰ - Cabe ressaltar que, apesar da Era de Ouro, ter ficado restrita aos países de capitalismo avançado, nos anos de 1950, os países socialistas também experimentaram taxas de crescimento, que a principio pareciam maiores do que as taxas de crescimento apresentadas pelos países capitalistas. Ver Hobsbawm (1995)

conseqüente revolução das relações de classe, que se iniciou em seguida, para o fordismo começar a ser disseminado por toda a Europa. Esse modelo de produção logrou-se hegemônico por quase todo o século XX, especialmente após o término da segunda guerra mundial.

De acordo com Antunes (1999, op.cit), esse padrão produtivo estruturou-se com base no trabalho parcelar e fragmentado. Assim sendo, a função do trabalhador foi reduzida a um conjunto de atividades repetitivas, que propiciou a conversão do trabalhador em *apêndice* da máquina- ferramenta dotando o capital de maior possibilidade de extração do sobretrabalho. O prolongamento da jornada de trabalho propiciava o aumento de extração de mais valia absoluta e a racionalização do trabalho, que intensificou o processo produtivo garantiu níveis elevados de extração de mais valia relativa.

O processo de trabalho organizado com base no binômio Taylorista/Fordista alicerçava-se na produção em massa de mercadorias, que se estruturava de forma homogeneizada e verticalizada. Quase a totalidade da produção era realizada dentro das fábricas. Além disso, era altamente controlada pelo processo de racionalização do trabalho. Enfim, estava consolidada a “*subsunção real do trabalho ao capital*”³¹.(Ibid, p.37). Entretanto, para que o modelo de produção Taylorista/Fordista pudesse chegar ao seu mais alto grau de desenvolvimento tornou-se necessário a intervenção estatal. “*Foi necessário conceber um novo modo de regulamentação para atender os requisitos da produção fordista*” (HARVEY, op. cit, p.124) Contudo, esse modelo estatal só começou a ser gestado, pós- crise de 1930.

³¹ - Cabe ressaltar que fizemos essa afirmação para ressaltar que o taylorismo, com a racionalização do trabalho, conseguiu o controle do processo produtivo. Mas isso não quer dizer que o trabalho esteja completamente subsumido ao capital, ou ainda, que seja um processo sem volta.

O compromisso do Estado, no que se refere à garantia aos direitos sociais, ficou restrito aos países de capitalismo avançado, assim como toda a era de ouro do capitalismo. A população dos sete países mais ricos do mundo em 1957, (Estados Unidos, Japão, Alemanha Ocidental, Canadá, França, Itália e Grã-Bretanha), detinha 3/4 do total de carros de passeio existentes no mundo. Essa taxa não se diferenciava, em profundidade, quando a mercadoria analisada era o telefone. (HOBBSAWM, op.cit) O Estado, se colocava como uma espécie de mediador entre a burguesia e o proletariado e passou a garantir seguridade social, saúde, educação e habitação, à classe trabalhadora, além de intervir nos acordos salariais e nos direitos trabalhistas. O pacto social, dos governos com o pleno emprego pela primeira vez na história do capitalismo possibilitou o consumo em massa de mercadorias até então consideradas de luxo. (Ibid). Daí sua importância fundamental ao modelo de regulação fordista.

Além disso, o Estado ainda controlava ciclos econômicos combinando políticas fiscais e monetárias dirigidas, principalmente, para a área de transporte e equipamentos públicos, necessários à produção e o consumo em massa. Os quais por sua vez, garantiam um emprego relativamente pleno. Os governos ainda complementavam os ganhos obtidos pelos trabalhadores, com gastos de seguridade social, saúde e alimentação (HARVEY, op.cit).

Embora os países terceiro-mundistas não tenham vivido o Estado de Bem Estar Social, como o caso do Brasil, é possível observar algumas mudanças no que se refere à relação capital- trabalho. A instituição do decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, o qual consolidou o Código de Leis Trabalhistas, no Brasil, é uma das evidências dessa afirmativa. O referido Código instituído pelo então Presidente da República, Getúlio Vargas, regulamentou a jornada de trabalho de oito horas diária, instituiu o direito a férias e décimo terceiro salário, bem como a licença saúde e ou/ maternidade.

Os anos dourados do capitalismo trouxeram a falsa idéia de que os problemas desse modo de produção haviam sido sanados. Os países desfrutavam de índices de crescimento econômico jamais visto. A burguesia, apoiada no consumo em massa batia recordes de lucro e os trabalhadores além da possibilidade de desfrutar de direitos, compravam produtos, antes restritos apenas à classe favorecida da sociedade. Hobsbaw (op.cit) sintetiza bem essa fase do capitalismo.

Todos os problemas que perseguiram o capitalismo em sua era de catástrofe pareciam dissolver-se e desaparecer. O terrível e inevitável ciclo de prosperidade e depressão, tão fatal entre as guerras, tornou-se uma sucessão de brandas flutuações, graças a- era o que pensavam os economistas keynesianos, que agora assessoraram os governos- sua inteligente administração macroeconômica. Desemprego em massa? Onde se poderia encontrá-lo no mundo desenvolvido da década de 1960, quando a Europa tinha uma média de 1,5% da sua força de trabalho sem emprego e o Japão 1,3% (Van-der Weo, 1987, p. 77)? Só na América do Norte ele ainda não fora eliminado. Pobreza? Naturalmente a maior parte da humanidade continuava pobre, mas nos velhos centros industrializados, que significado poderia ter o “De pé, o vitimas da fome!” Da “Internationale” para trabalhadores que agora esperam possuir seu carro e passar férias anuais remuneradas nas praias da Espanha? E se os tempos se tornassem difíceis para eles, não haveria um Estado previdenciário universal e generoso pronto a oferece-lhes proteção, antes nem sonhava, contra os azares da doença, da desgraça, mesmo da terrível velhice e da pobreza? (...) (p. 262, aspas do autor)

O pacto social celebrado entre capital e trabalho tendo como mediador o Estado, que ficou, nesse período, conhecido como Estado de Bem Estar Social, ou *Welfare State*, significou para os trabalhadores, ao contrário do que parecia, um retrocesso, pois, esses, em troca de alguns direitos estavam deixando de lado o seu projeto histórico de sociedade, o socialismo.

Apesar de duas décadas de próspera acumulação capitalista e a conseqüente sensação de que os períodos conturbados desse modo de produção haviam chegado ao fim, o mundo a partir dos anos de 1960 se depara com os limites do Taylorismo/Fordismo e do Estado de Bem Estar Social. De acordo com Antunes (1999,

op. cit) dois elementos principais foram responsáveis pela crise do fordismo: o esgotamento do modelo de Estado Keynesiano e a insatisfação dos trabalhadores com o controle do processo de trabalho, por parte do capital, o que culminou em uma série de revoltas operárias.

De acordo com o mesmo autor (Ibid) o final dos anos de 1960 foram marcados pelas revoltas operárias. O proletariado fabril almejava o controle do processo produtivo. Para Bihl (1998) nessa época ocorreu a revolta “*operário-massa*” contra os métodos taylorista e fordista da produção. Embora as manifestações dos trabalhadores expressassem o seu descontentamento com o controle do processo de trabalho por parte do capital, o binômio taylorista-fordista manteve-se intacto até o ano de 1973. Quando, na cena mundial aconteceu o inevitável, mesmo que parecesse impossível, outra crise cíclica do modo de regulação capitalista.

2.4) As estratégias do capital para gerir sua crise: neoliberalismo e reestruturação produtiva.

A) O neoliberalismo

A tentativa de superação do último colapso do sistema capitalista, cujos efeitos podem ser sentidos até hoje, vem demandando ajustes supra-estruturais em vários planos – o econômico, o político e o cultural trazendo sérias repercussões para o mundo do trabalho, como o desemprego estrutural e a intensificação da precarização das relações de trabalho.

No plano político-econômico visualizamos o advento do neoliberalismo como expressão da redefinição do papel do Estado. Apesar das teses neoliberais terem surgido

ainda nos anos de 1940, logo após o fim da segunda guerra mundial, essa teoria, só encontrou terreno fértil para implantação após a manifestação da crise do capital dos anos de 1970. A obra que deu origem a essas teses foi: “*O caminho da servidão*”, do austríaco, Friedrich Hayek. “*Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política*” (ANDERSON, 1995, p. 9). Contudo, essas críticas ficaram restritas ao plano teórico por mais de 20 anos, pois o mundo capitalista, durante todo esse período, experimentava taxas de crescimento econômico jamais vistas.

Os defensores das teses neoliberais afirmavam que a essência da crise do pós-guerra localizava-se no nefasto poder dos sindicatos e do movimento operário em geral. Os quais reivindicavam altos salários e exerciam fortes pressões sobre o Estado, obrigando-o a aumentar cada vez mais os gastos sociais (Ibid).

Desta feita, só havia um modo de conter a crise: acabar com o poder dos sindicatos e diminuir os gastos sociais do Estado. Nessa perspectiva, o Estado, comumente, é compreendido como mínimo, pois transfere para a iniciativa privada a prestação de serviços de saúde, educação e previdência social. Além disso, prevê a privatização de empresas estatais e o enxugamento do quadro administrativo. Entretanto, o Estado, mostra-se máximo quando o importante é garantir os interesses do capital. Sendo assim, financia com dinheiro público empresas privadas, interfere na legislação trabalhista permitindo maior precarização das relações de trabalho e aprova reformas pontuais do interesse do capital. Com base na análise classista de Galvão (op.cit), o Estado beneficia o capital: por um lado, se reduz garantindo ao setor privado a exploração de novos nichos de mercado; por outro lado, interfere nas leis trabalhistas, permitindo ao capital ampliar a taxa de extração de mais-valia.

A primeira experiência de governos neoliberais, que serviu como base para experiências posteriores, em outros países, se deu no início da década de 1970, no Chile, liderado pela ditadura de Pinochet. No que concerne aos países de capitalismo avançado, os primeiros ensaios se iniciaram com as eleições de Thatcher, na Inglaterra, em 1979, Regan, nos Estados Unidos, em 1980 e do Chanceler Kohl, na Alemanha, em 1982.

No Brasil, o advento do neoliberalismo data a eleição de Fernando Collor de Melo, em 1989, para a Presidência da República. O Estado desenvolvimentista brasileiro apresentou sinais de crise durante toda a década de 1980. Além disso, a crise da dívida externa e o desequilíbrio dos balanços de pagamentos, que se agravava pelas suspensões dos fluxos financeiros internacionais levaram à degradação das finanças públicas inibindo o investimento estatal. (Ibid) O Governo Sarney ainda tentou dar fôlego ao modelo econômico desenvolvimentista, mas o fracasso da tentativa de estabilização monetária, com os planos cruzados I e II, culminou na quebra de resistências ao neoliberalismo, o que ficou exposto com a vitória do grupo neoliberal, nas eleições presidenciais de 1989. Collor, comprometido com esse modelo de organização estatal em sua campanha eleitoral disseminou a idéia de caça aos marajás se aproveitando das distorções salariais e das diferenças nas condições de trabalho encontradas no setor público e privado, ganhando assim, apoio da população de baixa renda (Ibid, *passim*).

O Governo Collor inaugurou a onda neoliberal no Brasil, pois iniciou o processo de privatização, promoveu a reforma interministerial e colocou a disposição uma série de funcionários públicos. No entanto, a sua implantação efetiva só se deu durante os oito anos do Governo Fernando Henrique Cardoso, o qual transferira verbas da iniciativa pública para a privada. Além disso, ainda fora responsável pela

implementação das desregulamentações, privatizações, ataque aos salários e aos sindicatos e abertura econômica ao mercado mundial, (SADER, s/d) o que alterou de forma substancial a relação de forças entre capital e trabalho. Nos seis anos do governo de Luís Inácio Lula da Silva observamos o continuísmo das políticas neoliberais, pois, está presente a mesma política de transferências de verbas da iniciativa pública para a privada, as privatizações e as reformas, trabalhista, sindical, previdenciária e universitária.

Na agenda neoliberal consta uma série de requisitos a ser cumpridos pelos países comprometidos com o seu ideário, a elevação das taxas de juros, a diminuição drástica dos impostos sobre os rendimentos altos, fim do controle sobre os fluxos financeiros, criação de desemprego maciço, combate as greves, imposição de uma nova legislação anti-sindical, cortes de gastos sociais e privatizações. (ANDERSON, 1995, op.cit) Entretanto, o cumprimento dessa agenda varia de país para país e relaciona-se com as correlações de força presente no bloco do poder, bem como, com a capacidade de organização da classe trabalhadora.

É possível observar, no Brasil, desde os anos de 1990, até os dias atuais, um seguimento da cartilha neoliberal em diversos segmentos: privatização de empresas estatais, inclusive a abertura, a partir de 1995, para capitais estrangeiros, a alta nas taxas de juros, abertura comercial e financeira, hegemonia do capital financeiro, sucateamento dos serviços estatais, transferência de dinheiro público para a iniciativa privada, desregulamentações do mercado de trabalho, reformas: educacionais, trabalhista, sindical e previdenciária e supressão de direitos.

Todo esse complexo de medidas contribui para a manutenção da hegemonia burguesa. Contudo, a classe trabalhadora legitima os governos neoliberais, o que ficou claro com reeleição, em 1998, ainda em primeiro turno, de Fernando Henrique Cardoso,

para a Presidência da República. De acordo com Boito Jr, (op.cit) esse fato decorre do aumento substancial do poder de compra da classe trabalhadora com a política de financiamento em longo prazo. Além disso, boa parte dos trabalhadores brasileiros já se encontravam em condições desregulamentadas no mercado de trabalho. O governo ainda agia através de políticas focais e compensatórias, a exemplo do bolsa família. A relação do governo Lula com a classe trabalhadora não é diferente, apesar de estar pondo em prática o receituário neoliberal, Lula, foi reeleito e possui níveis altos de popularidade. Esse Presidente investe ainda mais em programas focais e compensatórios quando comparado ao seu antecessor, a exemplo, do PROJOVEM, PROEJA, Prouni, bolsa escola, bolsa família, dentre outros.

Ao fazer um balanço provisório do neoliberalismo Perry Anderson (op.cit), afirma que ideologicamente o neoliberalismo conseguiu um êxito que nem seus idealizadores pensaram que algum dia, ele fosse conseguir.

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonham, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. (Ibid, p.23)

Boito Júnior, (op.cit) ao analisar o neoliberalismo aponta uma clara distinção entre ele, também denominado pelo autor de liberalismo econômico, e o liberalismo clássico ou político, que vigorou na Europa, durante boa parte do século XVIII. O primeiro não está interessado em manter a democracia propalada pelo liberalismo político. Ao contrário, pode até mesmo prescindir dessa forma de governo, como é o caso do Chile, que em plena ditadura militar de Pinochet, implantou o governo

neoliberal. O que interessa ao liberalismo econômico é a liberdade econômica no mercado.

Essa ideologia neoliberal de exaltação do mercado se expressa através de um discurso essencialmente polêmico: ela assume, no mais das vezes, a forma de uma crítica agressiva a intervenção do Estado na economia. O discurso neoliberal procura mostrar a superioridade do mercado frente à intervenção estatal. Superioridade econômica, em primeiro lugar, já que o livre jogo da oferta e da procura e o sistema de preços a ele ligado, permitiriam uma alocação ótima dos recursos disponíveis, ao indicar as necessidades sociais e punir as empresas ineficazes. (Ibid, p.25)

De acordo com Galvão (op. cit, p.36) esse modo de regulação estatal possui dois postulados fundamentais, que são: “*a apologia ao livre mercado e as críticas à intervenção estatal*” Ambos, se materializam na desregulamentação do mercado de trabalho, supressão dos direitos sociais, privatizações das empresas estatais, aberturas comerciais e as desregulamentações financeiras. (Boito, Jr, op. cit). Esse modelo de organização estatal destina críticas contundentes ao Estado de Bem-Estar Social, nos países de capitalismo avançado e na sua região periférica, como o Brasil, ao modelo econômico do desenvolvimentismo. (GALVÃO, op. cit) Portanto, o livre mercado e o Estado mínimo, no que concerne a garantia aos direitos sociais, são os objetivos almejados pela política econômica neoliberal.

A ideologia propalada pelo neoliberalismo, também, prega a superioridade política e moral desse modo de organização estatal, pois a soberania do consumidor frente a um ambiente de concorrência permitiria o desenvolvimento moral e intelectual do cidadão. Dissemina-se a idéia de que a concorrência garantirá a liberdade do indivíduo. Portanto, os monopólios das empresas estatais estariam ferindo a soberania do consumidor, cabendo ao mercado, fornecer as opções de compra ao indivíduo.

Já a ação econômica do Estado, seja como produtor de bens e serviços, seja como regulador das relações entre os agentes econômicos, seria, ao contrário, danosa. Economicamente, ela deformaria o sistema de preços, o principal indicador das necessidades econômicas da sociedade, criaria monopólios, eliminando a soberania do consumidor e, por essa via, deixaria de sancionar a ineficiência econômica. Se o Estado, preocupado em assegurar o bem-estar, detiver o monopólio da oferta dos serviços de saúde ou de educação, a concorrência deixaria de existir e o consumidor deixaria de ser soberano. (Ibid, p.26)

Mediante ao exposto, facilmente conclui-se, assim como Galvão (Ibid), que os direitos sociais são substituídos por políticas focais e compensatórias e o que resta ao “cidadão” agora transformado em cliente é adquirir no mercado a proteção social que melhor lhe convier. Essa redução do Estado no que concerne, a garantia aos direitos sociais, beneficia o capital garantindo-lhe a exploração de novos nichos do mercado (Ibid), sobretudo no âmbito da saúde, educação e previdência social. Sendo assim, a conjuntura mencionada garante a consolidação de uma nova fração burguesa, que Boito Jr (op.cit) convencionou chamar de burguesia do setor de serviços.

O mesmo autor (Ibid), ainda sinaliza que a política neoliberal favorece todas as frações dessa classe presente no bloco do poder, além de beneficiar o imperialismo. Entretanto, esse favorecimento não se dá de forma homogênea. Boito Jr (Ibid) propõe uma metáfora utilizando três círculos concêntricos para elucidar as relações existentes entre essa forma de governo e a burguesia brasileira

a) o círculo externo e maior representando a política de desregulamentação do mercado de trabalho e supressão dos direitos sociais; b) o círculo intermediário representando a política de privatização; c) o círculo menor e central da figura representado a abertura comercial e a desregulamentação financeira. (Ibid, p.51)

O círculo externo favorece o imperialismo e todas as frações de classe burguesa, presentes no bloco do poder, pois prevê a desregulamentação do mercado de trabalho, a redução dos salários e dos gastos sociais. O círculo intermediário favorece o

imperialismo e o capital monopolista, pois a privatização de grandes empresas estatais deixam a margem do processo, o pequeno e o médio capital, proporcionando, ao imperialismo e ao capital monopolista a aquisição de grandes grupos empresariais por preços exíguos. O último círculo favorece apenas, o imperialismo e o setor bancário do capital monopolista, pois se trata do círculo de abertura comercial e desregulamentação financeira. E o aumento da concorrência pressiona a derrubada dos preços, o que prejudica a burguesia industrial brasileira, assim como, a do setor de serviços.

Todavia, a burguesia do setor de serviços é favorecida pela estratégia que ocupa na política neoliberal, pois o imperialismo e todas as demais frações burguesas presentes no bloco do poder tendem a pressionar o Estado, para que esse reduza os gastos sociais. É o que permite a consolidação dessa fração de classe. A burguesia do setor de serviços é representada, sobretudo, pelas empresas de saúde, educação e mais, recentemente, empresas de previdência privada. Esses grupos empresariais atuam no, Brasil, quase que desregulamentados, não há controle do Estado no que se refere aos serviços prestados, tão pouco, ao preço das mensalidades cobradas por esses grupos. (Ibid)

A política neoliberal independente de favorecer mais uma, ou outra fração da classe burguesa, beneficia toda a classe. Como é o caso das desregulamentações do mercado de trabalho e da diminuição dos salários. Contudo, para a classe trabalhadora só trás prejuízos, intensificando ainda mais a precarização do seu trabalho e aumentando substancialmente os níveis de desemprego estrutural.

Em suma, as medidas neoliberais são necessárias às novas condições de reprodução do capital em nível mundial. A partir da década de 1980 os representantes do capital mundial identificaram um novo tipo de internacionalização do capital, no

qual a principal característica é a rede produtiva mundial o que acarreta o crescimento do comércio interindustrial. (CHESNAIS, 1996)

b) Reestruturação produtiva

Para análise do processo de trabalho no modelo de produção Toyotista, nos apoiamos fundamentalmente, em Coriat (1994), por compreender que esse autor, em sua obra, “*Pensar pelo avesso*”, faz uma análise profunda desse método de produção, bem como, das suas implicações na organização do trabalho fabril.

No final dos anos de 1960 como visto anteriormente, o modelo de acumulação Taylorista/Fordista já dava sinais de seu esgotamento, inserido em um quadro mais complexo de profunda crise do capital. A Europa Ocidental e o Japão já haviam se recuperado da derrota sofrida na segunda guerra mundial abastecendo o mercado interno e procurando novos mercados para vender seus produtos. Além disso, os países terceiro-mundista, industrializados, à custa da intensa exploração do trabalho conseguiam exportar seus produtos por preços acessíveis, o que ameaçou a competitividade norte-americana, no cenário mundial. (HARVEY, op.cit) Portanto, tornava-se necessário recuperar os níveis de vendas, do pós-guerra. Para tanto, a reestruturação produtiva, mostrou-se a única saída.

Antunes (1999, op. cit), assim como Harvey (op.cit), também considera que, as mudanças ocorridas no mundo do trabalho são decorrentes da própria concorrência intercapitalista. Além disso, o primeiro autor acrescenta que tais mutações são oriundas também, das lutas sociais, ocorridas na década de 1960.

O modelo de produção, que mais tarde foi denominado de Toyotismo possui sua gênese histórica no Japão. Surgiu por volta dos anos de 1950, logo após, o término da segunda guerra mundial. Esse modelo de acumulação nasceu da necessidade desse país

se recuperar da derrota sofrida na segunda guerra mundial. De acordo com Ohno, *apud*, Coriat (1994, op.cit) o sistema Toyota emergiu da necessidade concreta do Japão de produzir pequenas quantidades de numerosos modelos de produto. Dada a sua origem, o sistema é diversificado e se adapta bem às condições mais difíceis. Esse autor ainda relata que os dois pilares fundamentais do Toyotismo são: a produção *just in time* e a auto-ativação da produção. A acumulação flexível, como também é conhecido esse modelo de produção, ganhou projeção universal devido ao sucesso da indústria manufatureira japonesa na concorrência internacional (ALVES, 2005)

Ao contrário do modelo de produção hegemônico até a década de 1970, o Toyotismo não prevê a fabricação em massa de um único produto. O método aludido consiste em fabricar pequenas séries de produtos, de numerosos modelos distintos. Essa máxima se apresenta como a diferença central entre esses dois padrões de produção. (CORIAT, op.cit)

A particularidade do Japão, país pequeno e muito populoso, não permitia a existência de amplas fábricas em seu território. Portanto, também não aceitava estoques grandes, o que fez com que as fábricas japonesas se estruturassem de forma que fossem mínimas. Além disso, Ohno (Ibid) constatou que atrás do estoque grande, havia excesso de pessoal e de equipamentos, os quais eram responsáveis por desperdícios na fábrica. Daí decorre outra característica desse método de produção: a redução dos custos. Dispensar tudo aquilo que não é essencial à produção.

O método Toyota almejava aumentar a produtividade do trabalho, pois essa premissa é necessária a concorrência intercapitalista. No entanto, com um número limitado de trabalhadores. Motivo pelo qual a reorganização do trabalho era de importância fundamental.

Portanto, para concretizar o objetivo exposto a fábrica da Toyota tomou uma série de medidas, dentre as quais, podemos mencionar a utilização do método *kan-Ban*, importado dos supermercados estadunidenses. Esse método incide no trabalhador buscar as peças necessárias à produção em uma seção anterior ao seu setor de trabalho. As referidas peças possuem etiquetas afixadas, que são deixadas no seu local de origem, quando as peças são retiradas. Assim sendo, as mesmas são repostas na medida em que são empregadas. Essa forma de organização do trabalho entra em confronto com os princípios da administração Taylorista, pois, o trabalhador esperava na sua sessão de trabalho, a peça necessária à produção a qual, seria fornecida, ou por uma esteira, ou por outro trabalhador, que atuava especialmente nessa função. O trabalhador especializado, do modelo de produção anterior, entra em confronto com o trabalhador flexível ou polivalente, do modelo Toyotista.

O método se traduz na execução de princípios da desespecialização não somente do trabalho operário, porém, mas globalmente ainda do trabalho geral da empresa. Reassociando no interior da oficina tarefas (de execução, de programação ou de controle de qualidade ...) antes sistematicamente separadas pelo taylorismo, o *kan-Ban* contribuiu para a instauração, no interior da oficina, da constituição (ou da reconstituição, se nos referimos às práticas pré-tayloristas de organização) de uma função geral de fabricação cuja característica central é a de reagregar tarefas que, segundo as recomendações tayloristas, são cuidadosa e sistematicamente separadas (Ibid, p. 58)

Além disso, também são características da organização do trabalho de acordo com o princípio Ohnista, os Círculos de Controle de Qualidade, (CCQ), o *Andon* (administração pelos olhos), *Poka Yoke* (garantindo a qualidade), e a linearização das fábricas. No entanto, para fins desse trabalho, nos ocuparemos apenas desse último, pois esse é a materialização da produtividade do trabalho através da flexibilidade.

A linearização da fábrica consiste em formas de organização das máquinas e de posicionamento dos trabalhadores à sua volta, que permitem, a esse, adaptar-se às

mudanças qualitativas e quantitativas das demandas da produção. Essa forma de organização do trabalho incide sobre a maior exploração do trabalhador, pois ao mesmo tempo ele opera uma série de máquinas. Além disso, eleva os níveis de desemprego estrutural, na medida em que apenas um operário executa múltiplas funções. Aí está o trabalhador flexível e polivalente, que se tornou comum ao modelo de acumulação flexível.

Além de interferir na organização do trabalho esse padrão de acumulação intensifica a exploração da força de trabalho, o desemprego estrutural, as terceirizações, subcontratações e o crescimento de uma desproletarização, (que é a passagem do setor secundário ao terciário da economia). Ainda eleva a precarização do trabalho, bem como, aumenta o trabalho feminino e infantil. O Ohnismo, também como é conhecido este método de produção parece implicar ganhos modestos de salário real, quando há e o retrocesso do poder sindical. (ANTUNES 1999, op. cit, HARVEY, op. cit).

Com o conseqüente enfraquecimento dos sindicatos e a quantidade excedente de mão de obra (aumento do exército de reserva), abre-se precedentes para a burguesia “*impor regimes e contratos de trabalhos mais flexíveis*”. (Ibid, p.143). O Toyotismo não é um novo modo de regulação do capitalismo, ele se apresenta como uma reorganização do processo de trabalho, cujo objetivo é construir uma nova hegemonia do capital na produção, para tanto, captura a subjetividade do trabalhador. De acordo com Alves (2005, op.cit) é um estágio superior da racionalização do trabalho, que não rompe com a lógica de produção do modelo taylorista/fordista. Contudo, no plano da consciência de classe, o modelo posto, mostra maiores ganhos para o capital, pois como mencionamos, captura a subjetividade do trabalhador. (Ibid)

No Brasil, a reestruturação produtiva vincula-se à terceira revolução industrial, atrelada à crise do capitalismo industrial, cuja maior expressão é a crise da dívida

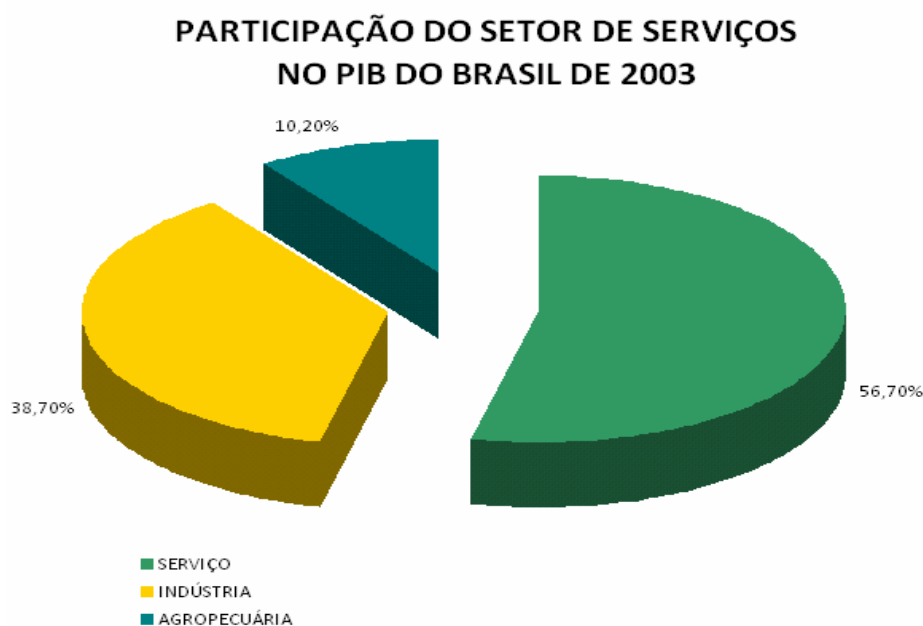
externa. A partir de 1981, em decorrência da mencionada crise, o Brasil, pressionado pelo FMI é obrigado a adotar uma política recessiva, cujo objetivo é a busca de superávits primários capazes de garantir o pagamento da dívida externa. (Ibid). A recessão de 1981-1983 promoveu uma queda no mercado interno obrigando as indústrias a voltarem sua produção para o mercado externo. A política de incentivo às importações obrigou as indústrias brasileiras, principalmente, as automobilísticas, a adotarem de forma ainda restrita, novas formas de organização de produção, cujo objetivo principal era garantir a competitividade externa e interna. (Ibid)

O processo de reestruturação produtiva, também se deu, no Brasil, em parte, pelas imposições das empresas transnacionais para que suas subsidiárias adotassem novas formas de organização do trabalho. Além disso, emergiu da necessidade de conter as revoltas operárias organizadas pelos sindicatos, sobretudo, da região do ABC paulista. (ANTUNES, 2006) Ainda hoje, a reorganização do processo produtivo, no Brasil, apresenta linhas de continuidade e descontinuidade com o padrão produtivo anterior. Apresentam-se mesclados traços do taylorismo/fordismo e da acumulação flexível no processo produtivo do país (Ibid).

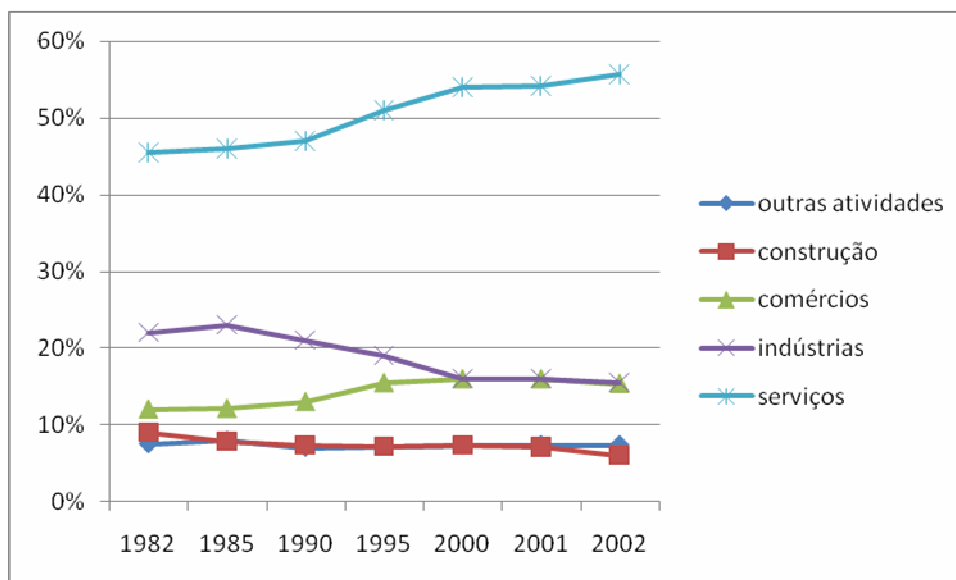
2.5) O mundo do trabalho hoje.

Nesse tópico objetivamos discutir, ainda que brevemente, que conseqüências trouxeram para a classe trabalhadora, o neoliberalismo e a reestruturação produtiva, no que se refere às condições de trabalho. Nosso objetivo é compreender que a nossa particularidade, (precarização do trabalho do professor de Educação Física) insere-se em uma totalidade de relações sociais, que repousam sobre o solo do desenvolvimento capitalista.

O neoliberalismo e a reestruturação produtiva, como ficou explícito nesse trabalho, proporcionam o crescimento do setor de serviços e conseqüentemente da fração burguesa que representa esse campo. Por um lado, o desmonte do Estado no que se refere à prestação de serviços públicos, tais quais saúde, educação e previdência social, possibilita a investida da iniciativa privada em vender esses serviços: por outro lado, a reestruturação produtiva lança uma massa de operários, ao desemprego e uma parcela dessa massa ocupará as vagas criadas pelo setor de serviços. Além disso, preconiza a maior parte da produção fora das empresas, comprando serviços de outras prestadoras. Durante décadas os trabalhadores, em nível mundial, tinham como lócus privilegiado de trabalho, o setor secundário da economia. As indústrias, por conseguinte, representavam a maior participação no Produto Interno Bruto (PIB) dos países. Contudo, sobretudo, a partir dos anos de 1980, essa realidade vem sofrendo alterações. No Brasil, os dados do Instituto Brasileira de Geografia e Estatística (IBGE) ratificam nossa afirmação.



População ocupada por setor de atividade %sobre o total



Fonte: http://www.cebri.org.br/pdf/221_pdf.pdf

Entretanto, as mudanças ocorridas no mundo do trabalho não se referem apenas as modificações ocorridas no processo produtivo e/ou no local de atuação do trabalhador. O mundo do trabalho, hoje, apresenta-se extremamente precarizado com relações de trabalho altamente flexíveis. Além disso, os índices de desemprego estrutural são altíssimos elevando, também, o exército de reserva. Isso permite o maior ataque do capital à classe trabalhadora.

De acordo Pochmam (2007) nos anos 2000 o Brasil passou pela maior crise do desemprego da sua história. A situação foi ainda mais catastrófica, do que a observada na transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, ou mesmo, na grande depressão econômica, de 1929. O país em 2002 ocupava o 4º lugar no *ranking* mundial de desemprego, perdendo, apenas, para Índia, Indonésia e Rússia. Além disso, ainda há

um grande contingente de trabalhadores que passaram da condição de assalariados (trabalhador com carteira assinada) para a condição de trabalhadores sem carteira assinada. Esse fato retrata a precariedade encontrada pela classe trabalhadora, no mercado de trabalho.

Pochmam (2006) sinaliza que a partir dos anos de 1980 ocorreu, no Brasil, um movimento de desestruturação do mercado de trabalho. Os índices de desemprego alcançaram níveis alarmantes. Em 1980, 2,8% da População Economicamente Ativa, (PEA) do país, se encontrava desempregada, e nos anos 2000, esse índice cresceu mais de 500% passando a atingir 15% da PEA. Além do mais, houve a diminuição no número de postos de trabalho criados. Outro dado relevante é o aumento da precarização dos postos criados. Nos anos 2000, 40% dos trabalhadores, brasileiros, já ocupavam postos de trabalho precários. (Ibid)

O fenômeno do desemprego se mostra, hoje, diferente do que se apresentava há alguns anos atrás, pois se manifesta heterogêneo e assola toda à classe trabalhadora. Não se restringindo a grupos específicos como o era no passado, atinge até mesmo as pessoas com alto grau de qualificação. A reforma administrativa e previdenciária, com intuito de garantir superávit primário, também contribuiu para elevar o índice de desemprego, no país, pois o sistema público reduziu quase um milhão de postos de trabalho. (POCHAMAM, 2007, op.cit)

Tabela de evolução do desemprego e das ocupações precárias, no Brasil, de 1940-2000

Itens	1940	1980	2000
População total	41.165,3	119.002,3	169.799,2
PEA	15.751,0 (100,0%)	43.235,7 (100,0%)	76.158,5 (100%)
PEA ocupada	93,7%	97,2%	85%
Empregador	2,3%	3,1%	2,4%
Conta própria	29,8%	22,1%	19,1%

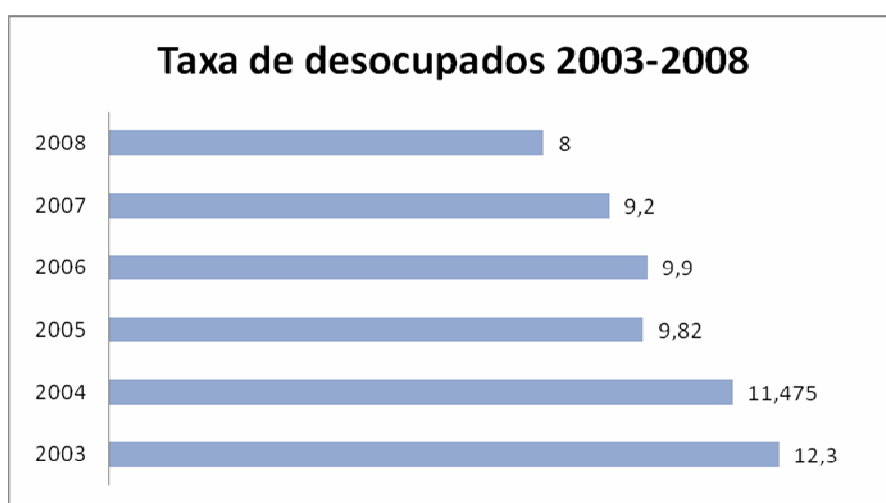
Sem remuneração	19,6%	9,2%	6,3%
Assalariado	42%	62,8%	57,2%
-Com registro	12,1%	49,2%	36,3%
-Sem registro	29,9%	13,6%	20,9%
Desempregado	6,3%	2,8%	15%
Taxa de precarização*	55,7%	34,1%	40,4%
Taxa de desassalariamento*	—	33,3%	58%

*Trabalhadores por conta própria, sem remuneração e desempregado.

*Trabalhadores que não são assalariados.

Elaboração própria. Fonte: Pochmam (Ibid) Incluí a última linha, com base no mesmo autor e suprimir duas colunas, pois consideramos que a última linha seria importante para fins desse trabalho e as duas colunas suprimidas não eram relevantes ao nosso estudo.

De acordo com os dados do IBGE como mostra o gráfico que se segue, a partir de 2003, os níveis de desemprego, no país diminuiram. No entanto, isso não alterou a condição de vida da classe trabalhadora brasileira. Além disso, mediante a explosão de mais uma crise cíclica do sistema capitalista, no final de 2008, as taxas de desemprego já estão se elevando. Frequentemente a mídia nos informa acerca do fechamento de inúmeros postos de trabalho. Desse modo, o nível de desemprego que ainda é muito alto tende a aumentar ainda mais.



Formulação própria. Fonte: IBGE.

Como evidenciado anteriormente, a taxa de desemprego nos anos 2000 é alta. Contudo, esses graus são ainda mais elevados do que parecem, pois o (IBGE), instituto utilizado como fonte para a pesquisa em questão, tenta de todas as formas tornar os dados expostos mais apresentáveis. O índice de desemprego do país é aferido de acordo com a População Economicamente Ativa (PEA) e o IBGE não seleciona como parte dessa população:

“as pessoas institucionalizadas moradoras em domicílios coletivos de estabelecimentos institucionais, tais como: os militares em casernas ou dependências de instalações militares; **os presos em penitenciárias, reformatórios, etc.; os internos em escolas, hospitais, asilos, orfanatos, etc.**; e os religiosos (relatório de pesquisa mensal de emprego, (IBGE), negritos nossos, 2007, s/p)

Os presos em penitenciárias, reformatórios, ou internos em qualquer outro local, de acordo com a metodologia utilizada pelo IBGE, não fazem parte da PEA, portanto não se encontram no grupo de desempregados. Esses indivíduos nem entram nas estatísticas do desemprego. Outro dado de suma importância utilizado para ocultar os níveis reais de desemprego é a metodologia utilizada pelo IBGE. O cálculo dos ocupados, ou empregados é feito com base nos serviços desempenhados pelo participante da pesquisa naquela semana. Sendo assim, caso o trabalhador, desempregado, tenha realizado algum serviço com duração igual ou superior à uma hora, dentro do prazo de uma semana, esse não entra para as estatísticas do desemprego. Então, se o trabalhador, na semana de referência, lavou um carro, passou roupas, realizou alguma faxina, tomou conta de uma criança, prestou alguma consultoria, deu alguma aula particular, vendeu balas no sinal, dentre outros, tendo gastado, para tanto, uma hora ou mais, não são considerados desempregados.

São classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que exerceram trabalho, remunerado ou sem remuneração, durante pelo menos uma hora completa na semana de referência, ou que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana. (Ibid,s/p)

Além dos índices elevados de desemprego, ainda há de se considerar as condições de mais alta precariedade que grande parcela da classe trabalhadora encontra no mercado de trabalho. A desregulamentação do mercado de trabalho é uma das metamorfoses ocorridas na relação trabalhista que altera a correlação de forças entre capital e trabalho, no âmbito da legislação trabalhista. Essas, no Brasil, se deram em sua maioria, a partir da década de 1990, como consequência das orientações advindas do Consenso de Washington (Antunes, 2006, op.cit).

Ainda no ano de 1990, a burguesia industrial paulista organizada no seu órgão representativo, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) realizou um seminário, cujo objetivo era discutir o livro, “*Livre para crescer: propostas para um Brasil moderno*”. A FIESP através do livro em tela argumentava, naquela ocasião, que o mercado de trabalho no Brasil apresentava-se rígido, devido ao excesso de regulamentos que o regia. Nessa perspectiva o Estado e os sindicatos eram vistos, pela FIESP, como entidades criadoras de duas classes de trabalhadores; de um lado, os trabalhadores protegidos pela legislação trabalhistas; do outro, os trabalhadores relegados à informalidade. (GALVÃO, op. cit).

Com base nesse discurso a FIESP propôs a desregulamentação do mercado de trabalho argumentado, que o excesso de leis trabalhistas impedia a criação de vagas no mercado formal. Além disso, esse órgão disseminou a falsa idéia de que uma parcela da classe trabalhadora era privilegiada, pois as leis de proteção ao trabalhador não eram concebidas como direitos conquistados, mas como privilégio, destinado a um pequeno

fragmento dessa classe, que, contudo, só “desfrutava” dessa regalia mediante ao sacrifício sofrido pelos demais trabalhadores.

A desregulamentação do mercado de trabalho não significa apenas a extinção de leis, como muitos compreendem, ainda que, isso venha a ocorrer com frequência. O conceito deve ser observado atentamente, pois possui maior amplitude e pode significar também a criação de novas leis, as quais permitem, sobretudo, contratos de trabalho mais flexíveis, como evidencia Galvão (Ibid) na passagem que se segue.

“(…) desregulamentação é uma palavra imprecisa, que não necessariamente significa a supressão de regulamentos e leis, podendo ao contrário, traduzir-se em novas leis que visam reconhecer juridicamente diferentes tipos de contrato e permitir a derrogação dos dispositivos anteriormente definidos, consagrando a perda de direitos. (...) a desregulamentação pode ser uma forma de tornar o Direito do Trabalho mais “flexível”. Esse fenômeno levou à criação do neologismo “flexibilização”, cuja função ideológica é clara: fazer com que os trabalhadores aceitem a redução de direitos, uma vez que não há restrições que impeçam os direitos inscritos na lei de serem ampliados via negociação coletiva.” (Ibid, p.346, aspas da autora)

Por outro lado, a desregulamentação do mercado de trabalho pode oferecer proveitos à classe trabalhadora, pois possibilita o aumento dos direitos dos trabalhadores via negociação ou convenção coletiva de trabalho. No entanto, em tempos neoliberais em que o embate entre capital e trabalho vem apontando o primeiro grupo como vencedor, a desregulamentação do mercado de trabalho tem trazido duras penas à classe trabalhadora, que se expressam, sobretudo, na flexibilização do mercado de trabalho.

Essa máxima é defendida pelos representantes da burguesia como alternativa para conter o desemprego. Entretanto, além de não resolver o problema em tela, intensifica sem precedentes a precarização do trabalho. De acordo com (VASAPOLLO, 2006) a flexibilização do mercado de trabalho pode ser compreendida sob vários vieses,

flexibilização salarial, ou do horário de trabalho, ou ainda, a flexibilização organizativa do processo produtivo.

Por flexibilização entende-se, por exemplo:

- Liberdade da empresa para despedir parte de seus empregados, sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem;
- Liberdade da empresa para aumentar ou reduzir o horário de trabalho, repetidamente e sem aviso prévio, quando a produção necessite;
- Faculdade da empresa de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho, seja para solucionar negociações salariais, seja para poder participar de uma concorrência internacional;
- Possibilidade de a empresa subdividir a jornada de trabalho em dia e semana de sua conveniência, mudando os horários e as características (trabalho por turno por escala, em tempo parcial, horário flexível etc)
- Possibilidade de contratar trabalhadores em regime de trabalho temporário, de fazer contratos por tempo parcial, de um técnico assumir um trabalho por tempo determinado, subcontratado, entre outras figuras emergentes do trabalho atípico, diminuindo o pessoal efetivo a índices inferiores a 20%. (Ibid, p.45-46)

Os termos desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho são comumente compreendidos como sinônimos. No entanto, como observamos anteriormente a flexibilização é apenas uma das facetas da desregulamentação do mercado de trabalho. Ainda que, atualmente, seja a principal representante dessas desregulamentações.

Não obstante, para que a desregulamentação do mercado de trabalho se concretizasse a burguesia, mormente, a industrial, inicia na década de 1990, uma campanha pela livre negociação salarial. Cabe ressaltar, que nos anos de 1980, os representantes da classe trabalhadora organizados, principalmente, pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) empunhavam como uma de suas bandeiras históricas de luta, a livre negociação. No entanto, essa central sindical, nesse período, prega a livre negociação, na forma de convenções coletivas de trabalho ou contratos coletivos de

trabalho, como **auxiliar** à legislação trabalhista. Essa entidade compreende que essa forma de negociação traria maior democracia aos acordos firmados entre capital e trabalho. Por outro lado, a burguesia entende que a livre negociação deve **substituir** a própria legislação trabalhista, o que tem permitido a flexibilização das relações de trabalho. (GALVÃO, op. cit)

As convenções coletivas de trabalho estão previstas, na CLT, em seu artigo 611 e significam acordos firmados entre o sindicato patronal de uma categoria e o sindicato de trabalhadores, da mesma categoria. Por sua vez, o acordo coletivo de trabalho pode ser realizado entre uma empresa, ou grupos de empresas e o sindicato dos trabalhadores da categoria em que a mesma está inserida. É importante salientar que durante toda a década de 1990 os acordos coletivos de trabalho estiveram no centro do debate, acerca da reforma trabalhista e sindical no Brasil.

De um lado, a CUT identificava que as negociações coletivas poderiam trazer benefícios à classe trabalhadora, pois notavam a possibilidade dos trabalhadores alcançarem direitos que não estavam previstos na CLT; por outro lado, a burguesia compreendia a negociação coletiva de trabalho como alternativa para suprimir direitos da classe trabalhadora e garantir taxas elevadas de lucro. Galvão (Ibid) sintetizou as duas proposições, distintas, em “*contratualistas*” e “*legislado-contratual*”. Na primeira proposição, cujos representantes são a burguesia e a Força Sindical, a negociação coletiva mostra-se superior lei, até mesmo infringindo-a, pois permite a retirada de direitos da classe trabalhadora. Na outra proposição representada pela CUT³², a

³² - Para fins deste trabalho não cabe análise, acerca da posição assumida pela CUT, a partir, da década de 1990. No entanto, não podemos deixar de destacar que essa central sindical já não representa mais os interesses históricos, da classe trabalhadora. Além disso, vem agindo de comum acordo com o governo Lula, na aprovação de reformas que penalizam ainda mais a classe trabalhadora. Outro ponto que deve ser destacado é a mudança na concepção de sindicalismo dessa entidade, nos anos de 1980, para 1990. De sindicato combativo a sindicato propositivo. Para compreensão da temática recomenda-se leitura de Galvão (Ibid), Alves (2005, op. cit) e Antunes (2007, op.cit)

negociação coletiva de trabalho deve ser utilizada em caráter complementar à lei. Com objetivo de fornecer aos trabalhadores direitos não previstos na CLT. Entretanto, para esse grupo os acordos coletivos de trabalho não podem em hipótese alguma retirar direitos dos trabalhadores inscritos na lei. “*Num caso, os contratos podem levar os trabalhadores a renunciar direitos garantidos em lei, no outro, o contrato constitui um acréscimo em relação à lei*”. (Ibid, p.185)

Compreendemos que as negociações coletivas de trabalho devem ser analisadas cuidadosamente, pois os interesses entre as duas classes envolvidas nesse processo são antagônicos. Sendo assim, esses acordos privilegiam a classe que em determinado momento possui mais forças no embate entre capital e trabalho. Motivo pelo qual o patronato prefere realizar negociações coletivas no nível da empresa, ou para determinada categoria de um município, de preferência nos casos em que a categoria encontra-se desmobilizada, enquanto classe. Isso facilita a imposição, pela burguesia, de condições de trabalho altamente precárias.

A primeira mudança na legislação trabalhista brasileira ocorrida na era neoliberal foi ainda no governo Collor, com a aprovação da Lei 8.030/90, a qual alterava a política salarial, que estabelecia até então a reposição automática da inflação sobre o salário. A referida lei instituía a livre negociação salarial. Contudo, o governo acima aludido poucos meses depois da criação dessa lei aprovou a Medida Provisória (M.P) 193/90 que assegurava ao trabalhador a reposição salarial de acordo com as normas instituídas para o cálculo do fator de recomposição salarial. (Ibid).

Não obstante, a livre negociação salarial foi reintroduzida no governo de Fernando Henrique Cardoso através da Medida Provisória (M.P) 1.079/95, que promoveu a desindexação salarial. (BOITO, JR, op. cit) A legislação passou a impedir que os acordos coletivos de trabalho determinem a reposição automática da inflação.

Além disso, outra medida adotada pelo mesmo governo, que interfere diretamente na legislação trabalhista, foi à aprovação da portaria 865/95. Essa portaria proíbe a ação do Ministério do Trabalho em autuar as empresas que não cumprirem as cláusulas acordadas coletivamente, o proíbe, ainda, de denunciar acordos que não respeitam a lei. (GALVÃO, op. cit). O governo FHC, em seu segundo mandato, aprovou em 1998, a Lei 9.601/98 que institui os contratos flexíveis de trabalho. Essa lei estende o contrato de trabalho por prazo determinado para qualquer âmbito ou divisão da atividade econômica. Além disso, institui o banco de horas e a contratação por tempo parcial, desde que a jornada de trabalho seja inferior a 25 horas semanais. Essa medida interfere na redução de salários e dos demais benefícios dos trabalhadores.

Cabe salientar que todas essas medidas podem ser aplicadas a qualquer categoria profissional. Contudo, os sindicatos representantes das mesmas devem estar de acordo com as medidas expostas. Isso nos faz compreender a importância dos contratos e convenções coletivas de trabalho para o patronato na atualidade, pois significam a possibilidade concreta de elevação das suas taxas de lucro, à custa da exploração da classe trabalhadora.

Outro dado relevante que deve ser considerado na análise da precarização do trabalho são as terceirizações, pois permitem a subcontratação de funcionários liberando as empresas dos encargos trabalhistas. (ALVES, op.cit.) O mesmo autor (Ibid, p. 269) ainda analisa os impactos da terceirização sobre as condições de trabalho, com base nos dados do Dieese (1993)

<i>Efeitos da terceirização sobre as condições de trabalho</i>	
Diminuição dos benefícios sociais	72,5%
Salários mais baixos	67,5%
Ausência de equipamentos de proteção /falta de segurança/ insalubridade.	2,5%
Trabalho menos qualificado	17,5%
Trabalho sem registro	7,5%
Perda de representação sindical	5,0%
Jornada mais extensa	5,0%

As evidências aqui expostas são para que possamos compreender as conseqüências da reestruturação produtiva e do neoliberalismo para a classe trabalhadora. Para a *posteriori* identificarmos de que forma as referidas mudanças afetam o trabalho do professor de Educação Física. Cujo objetivo é analisar as conseqüências, desse processo, para os trabalhadores da área.

Capítulo III

3) O TRABALHO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ACADEMIAS DE GINÁSTICA

“Melhores ou piores, é a mesma coisa. A bota que nos pisa é sempre uma bota. Já compreendereis o que quero dizer: não mudar de senhores, mas não ter nenhum.” (Bertold Brecht)

Neste capítulo nosso objetivo é aprender as condições de trabalho do professor de Educação Física nas academias de ginástica. Como visto no primeiro capítulo da presente dissertação o trabalho desse professor começou a sofrer transformações, a partir da década de 1980. Até então, esse trabalhador ocupava como *locus* privilegiado de trabalho o espaço escolar, tanto na iniciativa pública, como na privada. Sendo assim, normalmente possuía todos os direitos inscritos na (CLT). No entanto, para os trabalhadores da Educação Física que atuam nas academias de ginástica, os referidos direitos são em grande parte negligenciados. Em muitos casos, apoiado nas leis que permitem as desregulações do mercado de trabalho, que tornam as relações entre

capital e trabalho mais flexíveis. Ainda cabe ressaltar que esses trabalhadores ainda sofrem com inúmeros problemas de saúde ocasionados pelo excesso de trabalho.

3.1) As mudanças no conteúdo do trabalho do professor de Educação Física

Historicamente os professores de Educação Física trabalharam com a cultura corporal nas escolas, principalmente nas formas de jogos, lutas, esportes, ginástica e danças³³. Apesar desses professores, no âmbito das academias de ginástica, também ministrarem os mesmos conteúdos, exceto os jogos, existem diferenças substanciais, entre as aulas ocorridas em um e outro espaço, pois os objetivos, a faixa etária, espaço e os materiais destinados às mesmas são distintos³⁴. Além disso, nas academias de ginástica ainda há a possibilidade do trabalho de *personal trainee* ou de avaliador físico.

Conceituamos, nesse trabalho, algumas modalidades dos conteúdos da cultura corporal que estão presentes nas academias de ginástica. Preocupamo-nos, principalmente em definir alguns tipos de ginástica, pois esse é o conteúdo que mais é oferecido pelas academias. Contudo, tendo em vista que novas formas de ginástica são criadas a cada dia seria impossível definirmos todas, sendo assim, optamos por conceituar as formas do conteúdo em questão, que sempre são oferecidas pelas

³³ - Como visto no primeiro capítulo, o esporte e a ginástica foram conteúdos hegemônicos, na Educação Física escolar, em dados momentos históricos.

³⁴ - As aulas de Educação Física nas escolas públicas acontecem, geralmente, em espaços precários, os materiais necessários à realização das mesmas, também, se encontram nas mesmas condições. Além disso, o tempo destinado a essas o e as próprias condições concretas de existência dos alunos não permitem que os dois principais objetivos, estética e saúde, das aulas que ocorrem nas academias sejam alcançados no ambiente escolar. As escolas particulares geralmente dispõem do espaço físico e material necessário ao cumprimento desses objetivos, mas costumam fragmentar os conteúdos da cultura corporal e oferecê-los como mercadoria. Entretanto, é importante salientar que não defendemos esses objetivos para o ensino da Educação Física escolar.

academias. Além disso, estiveram quase sempre presentes dentre as modalidades ministradas pelos professores por nós entrevistados. Ainda mencionamos a natação e natação para bebês, pois dentre as formas desportivas, essas são as que se apresentam mais comuns nos espaços das academias.

Em suma, buscamos definir as distintas modalidades da cultura corporal que se tornaram mercadorias nas academias de ginástica, para que possamos pensar como a própria especificidade destas atividades interfere no trabalho do professor de Educação Física. Tanto no que se refere ao conteúdo do trabalho, como nos problemas de saúde que podem ser ocasionados pelo excesso de trabalho do professor em questão.

O Step é uma modalidade ginástica realizada em grupo, que foi criada em 1989, pela Reebok. A gênese desta atividade física está na orientação fisioterápica dada à estadunidense Gim Miler. Ela foi aconselhada a subir e descer de um banco de madeira, diversas vezes, com a finalidade de fortalecer o quadríceps femoral, como forma de tratamento de uma lesão de joelho. Contudo, Miler começou a realizar também exercícios de braços, ritmados ao som musical. Poucos anos depois a Reebok transformou essa atividade em modalidade ginástica praticada nas academias de ginástica.

O instrumento utilizado para a realização das aulas é um tablado de madeira, que se aproxima do comprimento e altura de um degrau de escada convencional, no entanto com largura superior. As aulas de step são divididas em três graus de dificuldade: fácil, médio e difícil. Esses graus variam de acordo com a intensidade musical- variação das batidas da música- e combinação dos movimentos de braços e pernas. Além disso, como em toda modalidade ginástica a altura da música é elevada, o que pode ocasionar problemas nas cordas vocais dos professores, pois eles

concomitante a música fornecem as orientações aos alunos e contam os passos dos exercícios realizados.

Outro ponto que mais nos chama a atenção é o elevado índice de lesões no joelho que essa atividade física pode causar. Além do impacto nas articulações do tornozelo e da coluna vertebral causando até mesmo hérnias de disco graves.

O jump é uma modalidade ginástica realizada sobre uma pequena cama elástica conhecida como mini-tramp, ou mini-trampolim. As aulas, assim como na modalidade precedente, são realizadas em grupo. O professor elabora as coreografias para cada música e nas aulas as repassa aos alunos. O jump é uma modalidade que requer elevado desgaste físico, o que não permite aos professores ministrar um número satisfatório de aulas³⁵, ou que o façam, por um elevado período de tempo. Essa forma de ginástica proporciona menor impacto aos joelhos e coluna vertebral, do que o ocasionado pelo step, no entanto, o impacto ainda é elevado. Além disso, essa prática, devido à sua própria especificidade impossibilita a utilização de microfones por parte dos professores. Esse episódio, freqüentemente, causa danos vocais a esses trabalhadores, pois o som utilizado nas aulas é elevado, sendo assim, os professores são obrigados a elevar a voz para que essa sobressaia ao som.

O Spinning é uma modalidade ginástica realizada em grupo, que foi criada em 1995, pelo estadunidense Johnny G. Para a realização das aulas é necessário uma bicicleta ergométrica específica para a modalidade. Os exercícios simulam vários percursos, subidas em montanhas, descidas, e pedaladas no plano, depende da capacidade criadora do professor. Assim como no step e jump, o som em grande parte da aula, que tem duração de 40 a 60 minutos, é bastante elevado trazendo aos professores os mesmos danos à saúde, causados pelas modalidades precedentes. Essa

³⁵ -Estamos considerando por número satisfatório de aulas, o número necessário para garantir o sustento deste professor.

modalidade ginástica ocupa o rol das atividades físicas que requerer maior desgaste físico dos praticantes, estima-se que em cada aula o indivíduo gaste cerca de 500 calorias.

Além disso, ainda há sobrecarga nos membros inferiores, principalmente nas articulações do joelho. Portanto, é aconselhável que nenhum praticante da modalidade realize mais de uma aula em um único dia. Contudo, para os professores de spinning³⁶, nem sempre isso é possível, pois a remuneração recebida pelos mesmos, como é sabido é muito baixa. Cabe ressaltar que nas aulas dessa modalidade, assim como nas de jump e de step, os professores responsáveis por ministrar a aula realizam quase sempre todos os exercícios, só não o fazem, caso possuam uma turma que pratica a atividade há muito tempo, mesmo assim, ainda há sempre a possibilidade da entrada de um aluno novato o que incorre, no professor ter que voltar a realizar a aula toda. O fato relatado ocasiona, pois, sobrecarga de atividade física nos professores dessas modalidades. Sendo assim, há um aumento significativo no número de lesões sofridas por esses.

De acordo com Schiehl (2007) diversos estudos têm apontado que 43 % dos praticantes e 76 % dos professores de aeróbica de alto impacto sofrem lesões, pois principalmente, o impacto da aterrissagem é muito elevado, causando graves riscos aos membros inferiores. Cabe ressaltar que as três modalidades que mencionamos anteriormente são consideradas atividade aeróbica de alto impacto.

Frida, uma das professoras por nós entrevistada disse que chegou a ministrar aulas dessas modalidades, antes de se formar e logo após sua formatura, mas devido ao desgaste proporcionado por essas atividades não suportou por muito tempo. *“Cheguei a dá logo no começo quando eu ainda tava na faculdade, logo depois que eu sai da*

³⁶ - Denominamos de professores de spinning os graduados em educação física que ministram essa modalidade ginástica. Compreendemos que os mesmos são professores de educação física, mas optamos por não denominá-los, assim, pois nem todos professores de educação física são professores de spinning.

faculdade, mas a sobrecarga de uma aula de step de jump de tai boó é muito maior, eu ficava exausta, a gente não agüentava o pique não”.

A hidroginástica é um tipo de ginástica que ocorre dentro da água. Nessa os professores se mantêm do lado de fora da piscina e ministram os exercícios a serem repetidos pelos alunos. Esses professores sofrem problemas relacionados às variações de temperatura, pois em alguns casos há a necessidade de entrada na água. Contudo, em seguida os mesmos saem e não possuem condições de se recuperarem da variação de temperatura. Além disso, os professores ministram as aulas, ou com roupas de banho, ou com roupas consideradas leves, pois por alguma eventualidade (segurança dos alunos) são obrigados a entrar na água rapidamente. Esse fato ocorre inclusive no inverno, sendo assim, os professores são obrigados a trabalhar com roupas inapropriadas à temperatura. Isso os causa diversos problemas relacionados à sinusite, faringite e amigdalite.

Ainda cabe ressaltar a possibilidade de esses professores serem remunerados de acordo com a quantidade de alunos existente nas turmas. Sendo assim, na época do inverno, esses trabalhadores enfrentam o problema de redução da sua remuneração, pois as turmas tendem a diminuir. Outro dado relevante é a exposição prolongada ao cloro o que pode ocasionar reações alérgicas, tanto na via cutânea, como na via nasal desses professores.

A natação e natação para bebês são modalidades esportivas que não requerem elevado desgaste físico dos professores, pois esses não realizam todas as atividades passadas para os alunos. No entanto, eles enfrentam os mesmos problemas encarados pelos professores de hidroginástica.

Na musculação apesar dos professores não enfrentarem os problemas elencados anteriormente, nessa modalidade, os professores recebem as menores remunerações. Há casos em que é oferecida a quantia de R\$ 1,50 hora/aula para os mesmos.

Personal Training, profissão tão em voga na atualidade. O trabalhador da Educação Física atua como professor particular é o típico exemplo do trabalhador liberal, empreendedor, esse não possui nenhuma garantia trabalhista. Além disso, quando atua dentro da academia ainda é obrigado a destinar uma parte da sua remuneração para essa³⁷.

No trabalho do professor de Educação Física podemos observar, também, em algumas academias a “*subsunção real*” (Marx, 1990, op.cit) do trabalho ao capital. Diversas academias do Brasil adotam programas denominados de Body Tech. Esses programas se referem a pacotes de aulas, que são compradas pelos proprietários das academias. Os professores que trabalham com esses pacotes devem receber licença da marca *Body Tech.*, várias fitas com aulas preparadas fazem parte dos pacotes, cabe ao professor assisti-las e repassar os exercícios aos alunos da forma como são indicados pelo programa. Dessa feita, os professores não planejam as aulas, apenas executam os exercícios pensados por outros professores.

3.2 O sistema CONFED/CREF a ACAD e o SINDACAD: a organização empresarial no âmbito do fitness.

A partir dos anos de 1990, a burguesia do setor do *fitness* começa a se organizar enquanto classe. Essa organização culminou na criação dos organismos que

³⁷ -Todos esses conceitos foram apreendidos por nós durante o período da graduação, nas próprias aulas, ou em mini-cursos. Os problemas de saúde por nós mencionados tem sido observados desde o mesmo período e em grande parte constatados por esta pesquisa.

convencionamos chamar de organismos representantes da burguesia do âmbito do *fitness*, os quais intensificam a apropriação da cultura corporal, por parte da classe dominante e defendem os interesses de classe dessa parcela da sociedade. Na contemporaneidade, a burguesia se apropria da cultura corporal e a “devolve”, a uma pequena parcela da classe trabalhadora e a outros representantes da própria burguesia, entretanto, transformada em mercadoria.³⁸ Os organismos identificados nesse trabalho, como os representantes da burguesia do âmbito do *fitness* são: o sistema CONFEF/CREF a ACAD e o SINDACAD.

Todavia, no Brasil, existem outras organizações que representam os proprietários das academias de ginástica: o Sindicato dos Estabelecimentos de Esportes Aquáticos e Terrestres do Estado de São Paulo – SEEAATESP, Sindicato dos Estabelecimentos de Natação, Ginástica, Recreação e Cultura Física de Minas Gerais – SENAGIC, Sindicato Patronal das Academias de Ginástica do Estado da Paraíba - SADEPE-PB, Sindicato dos Estabelecimentos de Esportes do Estado de Mato Grosso, Organização do Sindicato das Academias e Demais Empresas de Prática Esportiva do Estado do Rio Grande do Sul - SADEMP, oriundo da Associação das Academias do Rio Grande do Sul -ACAD-RS, Sindicato das Academias e Demais Empresas de Prática Esportiva do Estado de Santa Catarina - SADEPE-SC, Sindicato das Academias de Ginástica e Desporto do Estado do Ceará - SENAGI-CE. (ATLAS DO ESPORTE NO BRASIL, op. cit) No entanto, para fins desse trabalho nos ocuparemos apenas do sistema CONFEF/CREF, da ACAD e do SINDACAD.

Embora a regulamentação da profissão da Educação Física não tenha proporcionado o reordenamento do trabalho desse professor, que ocorrera por motivos

³⁸ - Neste ponto, cabe ressaltar que apenas uma pequena parcela da classe trabalhadora possui condições de adquirir a mercadoria cultura corporal, tendo em vista o aviltamento dos salários e o elevado índice de desemprego estrutural.

já discutidos no primeiro capítulo dessa dissertação, o sistema CONFEF/CREF mantém profundas relações com as mudanças no seu trabalho, que devem ser analisada sob dois postulados fundamentais: a) a regulamentação da profissão, imbricada em um processo de reestruturação produtiva e neoliberalismo, na tentativa de gerencia da crise do capital, significa uma saída corporativista para a crise do trabalho abstrato e uma conseqüente reserva de vagas para os trabalhadores da Educação Física. No entanto, em um mercado de trabalho altamente precário, desregulamentado, com relações de trabalho flexíveis, b) o próprio conselho gerencia este campo de atuação profissional e intensifica ainda mais a precarização do trabalho do professor em questão³⁹.

A profissão da Educação Física foi regulamentada pela lei 96.96/98, de 1º de setembro de 1998, sancionada pelo então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. A referida lei criou também o sistema CONFEF/CREF. De acordo com o artigo 3º do código em questão é função exclusiva do profissional de Educação Física:

(...) coordenar, planejar, programar, supervisionar, dinamizar, dirigir, organizar, avaliar e executar trabalhos, programas, planos e projetos, bem como prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria, realizar treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares e elaborar informes técnicos, científicos e pedagógicos, todos nas áreas de atividades físicas e do desporto. (96.96/98, p.1)

Entretanto, a lei em tela não trás especificado a compreensão do que é atividade física, sendo assim, a definição do campo de atuação profissional da área é inócua. Essa falta de clareza na lei permite a ingerência do sistema CONFEF/CREF, sobre o trabalho de qualquer manifestação corporal, a exemplo do yoga, da dança, da capoeira, das artes marciais, das lutas, dentre outras. Os trabalhadores dessas manifestações em alguns casos possuem até formação em nível superior, em outros, ainda que não possuam esse

³⁹ - A primeira constatação Nozaki (ibid) já havia feito na sua tese de doutoramento. A segunda, é uma idéia que defendermos nesse capítulo.

grau de formação apresentam os conhecimentos necessários para trabalhar com a manifestação específica, como é o caso, por exemplo, do yoga que possui cursos específicos para a formação de seus trabalhadores.

Todos esses profissionais são considerados leigos pelo sistema CONFED/CREF. Assim sendo, o Conselho compreende que essas manifestações devem ser ministradas pelos profissionais de Educação Física, devidamente registrados no CREF de sua região. Além disso, o sistema CONFED/CREF não considera que essas práticas surgiram antes mesmo do nascimento da própria Educação Física e, também são em alguns casos, práticas milenares, como o yoga.

Os defensores da regulamentação da profissão se apoiaram no argumento de que a mesma serve como forma de resguardo aos trabalhadores da Educação Física, em tempos de neoliberalismo e relações de trabalho desregulamentadas. (NOZAKI, op.cit) Sendo assim, a saída encontrada pelos apologetas da regulamentação, para a crise do trabalho abstrato, que assola o campo da Educação Física brasileira é o ajuste ao sistema capitalista (Ibid). Esse, por sua vez, tenta ganhar sobrevivência à custa da classe trabalhadora, sobretudo, mediante ao aumento da precarização do seu trabalho.

Outro ponto que merece destaque na análise das relações entre conselhos profissionais e o trabalho do profissional que teve sua profissão regulamentada é a CLT, que regulamenta as leis trabalhistas no Brasil. Esse código estipula que os trabalhadores cujas profissões são regulamentadas podem ser funcionários contratados por empresas, como profissionais autônomos, liberais ou prestadores de serviço, sabemos que esses elementos são facetas das relações de trabalho altamente precarizadas.

Sob esse aspecto constatamos que as regulamentações das profissões são uma falácia, que na verdade significam a desregulamentação do trabalho, bem como a reserva de vagas em um mercado de trabalho altamente precarizado.

Além disso, a regulamentação da profissão da Educação Física, assim como as demais regulamentações de profissões fragmenta e inibi a luta de classes presente no seio da sociedade capitalista, pois a sua lógica consiste em resguardar um campo de atuação profissional para determinada parcela da classe trabalhadora.

Assim sendo, o “inimigo a ser atacado” se torna o trabalhador, principalmente, os considerados leigos e não mais os detentores dos meios de produção, no caso da Educação Física os empresário que transformaram a cultura corporal em mercadoria.

Ainda é importante salientar, que outrora, o leigo considerado pelo grupo pró-regulamentação o principal inimigo a ser combatido pelo sistema CONFED/CREF, hoje, fornece a esse Conselho alta lucratividade, pois a lei 96.96/98 em seu artigo 2º, que versa acerca da inscrição nos quadros do conselho, em seu parágrafo 3º estabelece que aqueles que: “(...), *até a data do início da vigência desta Lei, tenham comprovadamente exercido atividades próprias dos Profissionais de Educação Física, nos termos a serem estabelecidos pelo Conselho Federal de Educação Física, serão registrados no conselho*”. (CONFED, 1998, negritos nossos) Entretanto, como visto, cabe ao conselho definir como se dará o exercício profissional dos não graduados em Educação Física, que, no entanto, para o CONFED/CREF realizaram atividade própria dos profissionais de Educação Física.

Sendo assim, o CONFED, em 29 de março de 1999, baixou a resolução 013/99 que estabeleceu às normas para o credenciamento dos profissionais não graduados em Educação Física. A 013/99 considera que para que, os trabalhadores que atuam exercendo funções específicas dos profissionais de Educação Física, possam se registrar e conseqüentemente continuar trabalhando devem provar que exerceram a profissão durante três anos anteriores a data da criação da lei. Caso consigam provar ganharão um registro provisório para a continuidade da atuação exclusivamente na mesma atividade.

O registro definitivo será concedido após um ano, desde que esses profissionais tenham freqüentado um curso, promovido pelo próprio CREF, que contenham questões pedagógicas, ético-profissionais e científicas. Esses cursos de acordo com essa resolução ainda não eram denominados de provisionados (RESOLUÇÃO, 013/99, op. cit)

Contudo, a resolução em questão foi revogada por outra, a 045/02 que em linhas gerais não se difere da precedente, estabelecendo as mesmas normas para a aquisição do registro profissional. Todavia, os cursos oferecidos pelos CREF passaram a se chamar provisionados. Além disso, os profissionais teriam a sua carteira do CREF na cor vermelha e tarjadas, com a palavra provisionados. (RESOLUÇÃO, 045/02,) Cabe ressaltar que os cursos de provisionados são ministrados pelo próprio Conselho e requerem pagamento de cerca de R\$ 2.000 por parte do aluno. Porém, apesar da profissão da Educação Física já ser regulamentada há dez anos, o CONFEF não definiu um prazo para o fim dos cursos de provisionados. Sendo assim, se constituem em um negócio altamente rentável para o Conselho

As regulamentações de profissões favorecem a continuidade do sistema capitalista, na medida em que mascaram o conflito de classes inerente a esse modo de organização social.

De acordo com o princípio dos conselhos profissionais, não é necessário que o trabalhador possua os conhecimentos necessários para intervenção em uma determinada área profissional, o mais importante é que esse trabalhador seja registrado. Desse modo, a legalidade apresenta-se superior à legitimidade. Evidências de tal afirmativa podem ser encontradas na própria fala do Presidente do CONFEF, Jorge Steinhilber, o qual, dentre outros, o que mais se empenhou na luta pela regulamentação da profissão. Disse ele que: as atividades recreativas, ou em clubes, academias de ginástica, *resorts*, hotéis e

condomínios, dentre outras, *era “terra de ninguém, espaço vazio. Sendo espaço vazio qualquer um pode ocupá-lo. Portanto, devemos nós ocupá-lo antes que outros o façam”* (STEINHILBER, 1996, p.51). O Conselheiro ainda afirma que a Educação Física pode ser uma profissão que ocupe todos os espaços, nas academias, nos clubes, nos condomínios e etc. Sendo necessário apenas o instrumento jurídico. Ou seja, basta regulamentar a profissão (ibid).

Entretanto, é importante salientar que na década de 1940 já havia a discussão referente à regulamentação da profissão da Educação Física. Contudo, a mesma não fora possível, pois o trabalhador da área atuava quase que exclusivamente no ambiente escolar e o mesmo é regulamentado (NOZAKI, op.cit).⁴⁰ Assim sendo, a regulamentação da profissão só foi possível mediante as mudanças ocorridas no trabalho do professor Educação Física, no que se refere ao campo de atuação profissional.

Além disso, outra importante contribuição à regulamentação foi o processo de crise da educação e a particular desvalorização da Educação Física no espaço escolar, pois os trabalhadores da área, já não se sentiam mais, como o fora no passado professores. Sendo assim, eles próprios começaram a clamar pela regulamentação da profissão. Neste particular merece destaque a construção do consenso em torno da regulamentação. O referido consenso se deu a partir da constituição da subjetividade do trabalhador da área, pois o grupo pró-regulamentação aproveitou o momento de desvalorização do magistério para incutir nos trabalhadores da Educação Física à idéia de profissional em detrimento da de professor. Entretanto, assim como Grawryszewski, (2008) defendemos a idéia de que essa profissão não existe, pois o elemento pedagógico

⁴⁰ - As associações de professores de Educação Física (APEF) criadas na década de 1940, tiveram papel fundamental na regulamentação da profissão. Para maiores esclarecimentos recomendamos o estudo de Nozaki (op. cit)

está presente no trabalho do professor de Educação Física independente da sua área de atuação, sejam em clubes, escolas, academias, ou qualquer outro espaço.

O outrora professor de Educação Física, hoje, se reconhece como profissional liberal que vai vender os seus serviços no mercado do *fitness*. Entretanto, esse mercado, acompanhando a tendência do setor de serviços mostra-se desregulamentado e o que prevalece nas relações trabalhistas são as negociações entre as partes. De um lado, o capital; do outro, o trabalho. Contudo, como sabemos na atual fase de desenvolvimento capitalista marcada pela crise do desemprego e o elevado exército de reserva, na correlação de forças entre capital e trabalho, o primeiro grupo tem se destacado como vencedor.

Ainda é importante salientar o discurso do empreendedorismo disseminado pelos representantes dos empresários da Educação Física. Nas palavras do interlocutor do sistema CONFEF/CREF, Juarez Vieira do Nascimento,

O professor de educação física da rede pública ou do organismo privado, deve deixar de lado a sua cômoda posição de trabalhador assalariado e tornar-se um empreendedor da educação física, vendendo serviços e gerenciando o seu próprio desenvolvimento no mercado de trabalho. (NASCIMENTO, 2002, p.12)

A idéia do colaborador, em detrimento da de empregado, também merece destaque. Essa idéia está em voga na atual configuração no mundo do trabalho e, também, está presente no campo da Educação Física. O objetivo dos empresários do *fitness* é que os professores das academias de ginástica passem a ser mais do que trabalhadores, e sim colaboradores. Podemos confirmar tal afirmativa, ao analisarmos o discurso proferido por Edson Brum, palestrante do II Congresso da ACAD

produtividade de seus negócios: COLABORADOR. Está “out” o empregador que considera seus funcionários meros cumpridores de tarefa, que chegam no horário e não faltam. As empresas estão valorizando aqueles profissionais comprometidos, integrados, motivados através de treinamento, que identificam com os objetivos propostos e que contribuem com novas idéias, prontos a colaborar em qualquer situação, em todos os setores. (BRUM, 2005, p.26)

Cabe ressaltar que a mudança na caracterização do trabalhador da Educação Física, que de professor passa a ser profissional de Educação Física favoreceu os empresários do âmbito do *fitness*, pois até mesmo a representação de classe desses trabalhadores sofreu alterações substanciais. Nessa perspectiva, o professor da Educação Física, independente da área de atuação, dentro ou fora da escola, até então, era representado pelo sindicato dos professores e hoje, os trabalhadores que atuam fora da escola quando são representados por algum sindicato, esses possuem poder de representatividade e de negociação inferior ao apresentado pelo sindicato dos professores.

Outro dado relevante é que os professores que trabalham em academias de ginástica, quando possuem carteira assinada, são registrados como instrutores de atividade física e não professores. Isso, porque caso esses trabalhadores fossem registrados como professores, os empresários teriam que respeitar o piso salarial e outras condições de trabalho negociadas com o sindicato dos professores. Esses por sua vez representam toda a categoria e não apenas os trabalhadores da Educação Física, portanto, possuem maior representatividade e poder de negociação superior quando comparado aos sindicatos dos instrutores de atividade física, ou profissionais de Educação Física.

A ACAD foi fundada em 20 de maio de 1999, a princípio a entidade abrangia apenas a cidade do Rio de Janeiro, sendo denominada de Associação das Academias do Estado do Rio de Janeiro, ACAD- Rio. No ano de 2003 a associação tendo em vista, o

“crescimento e fortalecimento da ACAD- Rio e da necessidade da existência de uma instituição nacional consolidada, que congregue e represente nacionalmente a indústria o Fitness” (ACAD, p. 11) transformou-se em ACAD- Brasil, uma entidade de abrangência nacional. A associação em questão tem como objetivos:

- I. Desenvolver, promover e proteger a Indústria do “Fitness” em todo o território nacional, aqui incluídas as academias de atividades físico-desportivas e seus fornecedores.
- II. Congregar as academias de atividades físico-desportivas de todo o território nacional, colaborar na defesa da classe e promover debate, análise e pesquisa de temas de interesse dos membros;
- III. Empenhar-se pela melhoria da qualidade e da lucratividade dos seus membros através de ações educativas, informação, oportunidades de marketing apoio técnico, apoio jurídico e relações públicas;
- IV. Zelar pelo prestígio e ética da classe;
- V. Incentivar a difusão das atividades físico-desportivas e de seus benefícios para a saúde junto à sociedade;
- VI. Manter intercâmbio e cooperar com as demais associações e órgãos de classe, entidades congêneres, nacionais e internacionais;
- VII. Manter intercâmbio com instituições de ensino e pesquisa, nacionais e internacionais, que possam, de alguma forma, colaborar com o desenvolvimento dos seus membros;
- VIII. Interceder perante os poderes públicos, em defesa dos direitos e dos interesses legítimos dos seus membros;
- IX. Promover, realizar ou fomentar estudos e eventos, no campo de atividades dos seus membros. (Ibid, p.1-2)

A associação é formada pelos proprietários de academias, principalmente da cidade do Rio de Janeiro/RJ, onde a sede está localizada. No entanto, a referida entidade possui abrangência nacional. A ACAD é organizada por um conselho consultivo, um conselho fiscal e uma diretoria. Todos esses órgãos são formados por empresários do âmbito do *fitness*. Quatro são as formas de associados da entidade: as academias associadas, composta pelos proprietários das academias de ginástica no Brasil, as academias correspondentes, formada pelos proprietários de academias fora do país, os

colaboradores, que são o grupo dos fornecedores de produtos ou serviços utilizados pelas academias associadas e os honorários, pessoas físicas ou jurídicas que tenham prestado relevantes serviços, na área do *fitness*.

No entanto, apenas as academias associadas podem compor a diretoria da associação, ou seja, apenas os proprietários ou sócios das academias do Brasil, após seis meses de associação, podem compor a diretoria da ACAD. Além disso, somente esses podem votar nas assembleias gerais e requerer convocação extraordinária de assembleia geral.

A diretoria da entidade é composta por nove membros sendo um presidente e um vice-presidente. O mandato tem duração de três anos podendo haver uma reeleição. A ACAD tem sua diretoria renovada parcialmente a cada ano, pois três membros que tenham cumprido o mandato de três anos deixam a diretoria e entram outros três membros eleitos pelas academias associadas. O conselho consultivo é formado pelos ex-presidentes da associação e deve ser consultado quando a diretoria entender que há necessidade. O conselho fiscal é formado por três membros eleitos junto à diretoria e tem como função fiscalizar o trabalho e as ações financeiras da associação⁴¹.

A atual direção da ACAD possui representantes de academias localizadas, sobretudo, na cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, há representantes de Niterói, São Paulo e Campinas. O atual Presidente da associação é sócio ou proprietário das academias Technofit e Body Tech, sendo essa última, uma rede de academias que possui 12 instalações no Rio de Janeiro e uma em Brasília, inclusive, já teve uma filial em Juiz de Fora.

⁴¹ - Todas essas informações estão no estatuto da ACAD, disponível na página da associação. www.acadbrasil.com.br, acesso em 26/11/2008.

Outro dado relevante é que a ACAD- Brasil possui uma revista de publicação bimestral, destinada aos proprietários das academias e distribuída gratuitamente para todas as academias associadas. Nessa revista há matérias relacionadas aos temas, marketing, questão jurídica, perspectivas do mercado, gestão empresarial, dentre outros.

O SINDACAD/RJ foi criado em 2005 e é o sindicato dos proprietários das academias de ginástica da cidade do Rio de Janeiro. A ACAD nomeou uma comissão jurídica para estudos sindicais composta pelos advogados Álvaro Cravo, Ricardo Abreu e Pedro Aquino, cujo objetivo era a criação do sindicato patronal que pudesse representar os empresários das academias de ginástica. De acordo com notícia publicada na página da ACAD, na internet, a criação desse sindicato traria duas vantagens, dentre elas, a possibilidade de estabelecer uma convenção coletiva de trabalho, como podemos perceber na passagem que se segue.

A grande vantagem da criação de um sindicato específico da categoria é que a contribuição sindical obrigatória será destinada, na sua integralidade, a despesas do interesse das academias, o que não ocorre em relação aos sindicatos por similaridade, em que várias categorias estão representadas dentro de um mesmo órgão sindical. Outra vantagem da criação do SINDACAD/RJ é a possibilidade efetiva de existir uma convenção coletiva específica da categoria em nível nacional, através de parcerias com outros sindicatos patronais de academias. (ACAD, 2005)

Antes mesmo da consolidação do SINDACAD/RJ os seus idealizadores já pensavam em algumas questões que deveriam compor a convenção coletiva de trabalho da categoria. Eles propunham, para os anos de 2004 e 2005, o piso salarial de R\$ 289⁴², para os professores de Educação Física, denominados por eles de instrutores. Além disso, ainda propunham possibilidade de contratação por tempo parcial, remuneração

⁴² É importante destacar que o salário mínimo no Brasil, em 2004 era de R\$ 260 e em 2005 de R\$ 300.

por hora/ aula de R\$ 2,31 para os trabalhadores graduados em Educação Física. Aos não graduados a remuneração deveria ser de R\$ 1,32.

A seguir serão transcritas na íntegra algumas propostas dos fundadores desse sindicato patronal, antes mesmo da sua fundação.

CLÁUSULA 3ª A partir de 1º de maio de 2004, serão fixados os seguintes salários de admissão (pisos salariais) para as funções:

a) Auxiliar de Serviços Gerais, Contínuo, Atendente, Auxiliar da Administração, Assistente de Pessoal, Recepcionista, Vendedora, Servente, Agente de Apoio, Assistente Administrativo, Encarregado de Manutenção, Auxiliar de Manutenção Predial (pintor, pedreiro, eletricitista), Auxiliar de Informática, Auxiliar de Recursos Humanos e demais funções não especificadas abaixo – R\$ 273,00 (duzentos e setenta e três reais);

b) Instrutores de Atividades Físicas: Instrutor de Ginástica Localizada, de Step, de Alongamento, de RPG, de Musculação, de Hidroginástica, de Fisioterapia, de Bicicleta In Door, de Spinning, de RPM, de jump Fit, de Fitball; Instrutores Desportivos: Instrutor de Natação, de Futebol, de Basquete, etc; Instrutores de Artes Marciais: Instrutor de Karatê, de Boxe, de Jiu-Jitsu, de Capoeira, de Tae-Kwen-Do, de Kung-Fú, de Box-Tailandês, de Judô, de Luta-Greco-Romana, de Krav-Magá; Instrutores de Danças: Instrutor de Dança de Salão, de Jazz, de Ballet, de Lambaeróbica, de Forró, de Tango, de Dança Flamenca; Instrutores de Yoga: Instrutor de Power Yoga, de Ashtanga Yoga, de Hatha Yoga; Instrutores Fisioterápicos: Instrutor de Fisioterapia, de Hidroterapia, de Cinesioterapia, de Pilates; Outras Categorias: Massoterapeuta, Terapeuta Corporal, Instrutor de Tai-chi-chuan, Agente de Marketing, Mestre de Ensino, Monitor, Coordenador de Atividades Físicas, Gerente Administrativo, Gerente Financeiro, Gerente de Marketing e Gerente de Vendas fica estabelecido o piso salarial de R\$ 289,00 (duzentos e oitenta e nove reais).

CLÁUSULA 4ª

Contrato em Regime de Tempo Parcial:

Nos termos do artigo 58-A da CLT, faculta-se aos empregadores, nos casos em que a jornada semanal não exceda a 25 horas, a adoção do contrato de trabalho em regime de tempo parcial, sendo o salário proporcional à sua jornada, em relação aos empregados que cumprem, nas mesmas funções, tempo integral, recebendo no mínimo R\$ 1,32 (um real e trinta e dois centavos) por hora trabalhada como salário mínimo horário da categoria, podendo haver recebimento mensal inferior ao salário mínimo federal, em decorrência da quantidade de horas trabalhadas pelo empregado.

Parágrafo Primeiro: Quando o empregado contratado estiver inserido nas funções do item "b", possuir graduação em instituição de ensino superior, estiver devidamente registrado no seu respectivo conselho de profissão, e for

contratado sob o regime de tempo parcial, fica estabelecido o piso de hora/aula no valor de R\$ 2,31 (dois reais e trinta e um centavos). (Ibid)

O salário de R\$ 289 seria destinado aos trabalhadores que cumprissem jornada de trabalho de 44 horas semanais e a remuneração por hora/aula deveria ser paga àqueles que fossem contratados por regime de tempo parcial. Contudo, apenas em 26 de abril de 2006 foi expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, a Certidão de Registro Sindical do SINDACAD/RJ (ACAD, nº31, 2006), por motivos desconhecidos por nós e no mesmo ano foi aprovada a convenção coletiva de trabalho que passou a vigorar a partir de maio.

A mesma revista ainda ressalta que esse sindicato possui abrangência municipal e que de acordo com a proximidade da base, todos os sindicatos deveriam se organizar dessa forma. Isso nos remete a discussão das negociações coletivas de trabalho que foram propostas pela burguesia industrial durante toda a década de 1990, pois a preferência era por acordos no nível da própria empresa ou, municipal, principalmente quando as categorias se encontram mais desmobilizadas.

Os próprios idealizadores do sindicato elaboraram o seu primeiro estatuto. A matéria publicada na revista da ACAD nº 21 (2004), antes da fundação do SINDACAD/RJ, dizia que as academias ganhariam mais força com a formalização do sindicato patronal, sobretudo, no âmbito jurídico e trabalhista.

Com a formalização do Sindacad/RJ, prevista para o primeiro trimestre de 2005, as academias vão ganhar ainda mais força e representatividade, desta vez nos âmbitos jurídico e trabalhista. E mais: com a criação de um sindicato exclusivo da categoria no Rio, abre-se um precedente para que outros municípios e estados do país se organizem em prol do segmento, fazendo com que o céu seja o limite para seu crescimento. Não foi à toa que dedicamos à capa desta edição ao tema. Os detalhes do lançamento deste novo e fundamental aliado estão aqui, na íntegra. (Ibid, p. 14)

Portanto, o SINDACAD/RJ foi uma estratégia empresarial utilizada pela ACAD, cujo objetivo é a realização de convenções coletivas de trabalho, para favorecer a classe patronal, tendo em vista que apenas o sindicato patronal da categoria e o sindicato dos trabalhadores da mesma categoria podem realizar esse tipo de acordo.

Conforme visto SINDACAD E ACAD mantém íntimas relações representando o mesmo grupo de empresários da cidade do Rio de Janeiro. Indo mais além, podemos dizer que ACAD e SINDACAD fazem parte de um único organismo, que atua cada um, nas questões específicas, que competem a sua área de representação. Portanto, ficou clara a relação entre ACAD e SINDACAD/RJ, entretanto, ainda cabe destacar a relação existente entre ACAD/SINDACAD/RJ e CONFEF/CREF.

Em maio de 2003, o CREF-1 lançou uma campanha de Marketing que estimulava os médicos a prescreverem a prática de atividades físicas para os seus pacientes. A ACAD criou uma comissão de apoio para o projeto. Em junho do mesmo ano antes mesmo da posse da nova diretoria da associação, seu presidente eleito, Djam Madruga apresentou em assembléia da entidade, a parceria entre ACAD e o sistema CONFEF/CREF. Essa parceria previa que todas as academias tivessem seus profissionais registrados e que fossem também registradas, contudo, o registro para as academias é gratuito, devendo só os profissionais paga-lo. (MADRUGA, 2003).

A revista em questão, ainda apresenta uma foto da festa *Black-tie*, em comemoração ao 1º de setembro, dia do profissional de Educação Física, que aparecem o presidente do CONFEF e vários diretores da ACAD. De acordo com a matéria publicada pela revista a festa foi promovida pelo CREF-1 e reuniu vários representantes das academias e instituições ligadas à atividade física. A referida festa mostrou quem realmente tem a comemorar com o dia do profissional da Educação Física, os proprietários das academias de ginástica.

Em primeiro de setembro, o Dia do Profissional de Educação Física foi comemorado em grande estilo no Rio de Janeiro, com uma festa black-tie. O evento promovido pelo CREF 1 reuniu vários representantes de academias e instituições ligadas à Atividade Física no Clube Caiçaras, um dos mais tradicionais da cidade. Confira algumas presenças elegantes na noite que representou a importante data. (ACAD, 2003 n 16., p.35)

A revista da associação nº 17 (2003) trás matéria referente ao 4º encontro de *fitness* Brasil de abrangência internacional. Esse encontro é realizado por empresários do âmbito do *fitness* para que questões de pertinência ao setor possam ser discutidas. A ACAD participou na organização do evento. Além disso, seus diretores proferiram palestras. No interior desse encontro, também, houve um fórum de debates e representantes da ACAD e do sistema CONFEF/CREF formaram uma mesa que versava acerca da formação profissional da área e da regulamentação do estagiário. O presidente do CONFEF afirmou que prezava pela formação profissional de qualidade e que o mercado das atividades físicas estava em grande expansão, assim, completa ele, a formação está diretamente ligada ao desenvolvimento da indústria do *fitness*. (Ibid).

Em entrevista concedida à revista da associação seu então presidente Djam Madruga (2004), destaca a busca de parcerias por parte da ACAD, em especial a parceria com o sistema CONFEF/CREF. O Presidente da associação enfatiza que uma das melhores parcerias da ACAD se dá com o sistema CONFEF/CREF.

Uma das nossas melhores parcerias se dá com o sistema CONFEF/CREFs, que é de vital importância para a ACAD, pois juntos vamos conseguir desenvolver o setor do *fitness* e aumentar o número de empregos gerados. Estamos muito mais contentes com o andamento dessa parceria, a atuação do CONFEF, em especial do Presidente Jorge Steinhilber está bastante afinada com a ACAD. Um dos fatores importantes na Educação Física no Brasil foi a regulamentação da Profissão de Educação Física e grande parte desse crédito precisa ser dado ao Prof. Steinhilber. Entendemos que essa parceria vai ajudar muito tanto as academias como os Profissionais de Educação Física, até porque as academias hoje são as maiores empregadoras de Profissionais de Educação Física no Brasil. Logo, é vital que o CONFEF e a ACAD

trabalhem juntos para proteger esse setor e seus profissionais. (MADRUGA, 2004, p.15)

Além disso, na compreensão de Madruga a regulamentação da profissão foi um passo muito importante para a Educação Física brasileira, sendo assim, a ACAD vem fazendo campanhas para que os trabalhadores das academias sejam registrados e para que só sejam contratados profissionais que possuam registro no conselho. O CREF-1/RJ ES com apoio do CONFEF realizou uma parceria com as academias do Rio de Janeiro para que essas sejam isentas de pagar o registro ao Conselho, desde que todos os seus funcionários sejam registrados. Ele ainda afirma que gostaria que isso fosse válido para todo o Brasil (Ibid). Destacam-se, também, em diversas revistas da ACAD as vantagens apresentadas para as academias associadas a essa entidade e dentre elas está a não obrigatoriedade de registro em qualquer CREF de acordo com parceria desenvolvida entre ACAD e CONFEF.

O Presidente da ACAD, ainda destaca a aproximação dessa associação com o CREF-1:

Também gostaria de destacar nossa aproximação com o CREF-1, do Rio de Janeiro, na pessoa de seu Presidente, Ernani Contursi, com o qual dispomos de uma verdadeira parceria operacional. Mantemos um encontro mensal de trabalho, num exercício que pode ser aplicado em todo o Sistema. Indicamos um dos conselheiros na atual gestão, o nosso ex-presidente Pedro Aquino, que é Profissional de Educação Física e advogado com grande experiência em gestão de academias no Brasil. (Ibid, p.16)

Esse conselheiro do CREF-1 indicado pela ACAD, continua na diretoria desse CREF, também, é do conselho consultivo da ACAD e um dos três advogados que fundaram o SINDACAD/RJ. Essas informações foram publicadas, também, na revista nº 11 do CONFEF, em 2004.

No primeiro congresso da ACAD ocorrido em março de 2004, o presidente do CREF-1, na ocasião, esteve presente, parabenizou a associação e disse que o evento era muito importante para as academias só tendo a somar para o setor (CONTURSI, 2004)

Além disso, CONFEF/CREF, ACAD e outras associações patronais, FREBACAD e UNEN, têm defendido desde 2003, o enquadramento das academias de ginástica na área da saúde. Isso traria grandes benefícios aos proprietários das academias no que se refere à carga tributária, pois os impostos pagos por elas diminuiriam consideravelmente. (ACAD, nº18, 2004; CONFEF, nº16, 2005). Mediante ao exposto percebemos que o sistema CONFEF/CREF mantém relações com outra entidade patronal. Além disso, o presidente dessa federação, em 2005, também era conselheiro federal, no mesmo ano.

Outra mostra da parceria entre ACAD e CONFEF/CREF foi o empenho que ambas as entidades tiveram na criação de uma Frente Parlamentar em Defesa da Atividade Física (FPDAF). Essa frente foi criada em 23 de julho do ano de 2003. O objetivo da ACAD e do CONFEF/CREF com a criação da (FPDAF) é garantir isenção fiscal às academias. Para tanto, utilizam o argumento de que elas servem como centros de saúde preventiva, sendo assim, desoneram o Estado com gastos relacionados ao tratamento de doenças que poderiam ser evitadas com a prática de atividade física.

O Presidente da frente empresário e Deputado eleito pelo Partido da Frente Liberal (PFL), hoje, Democratas (DEMO) Cláudio Cajado, afirma que a criação da frente é primordial para o incremento do setor do *fitness*.

Em entrevista à ACAD, acerca da criação da FPDAF o presidente do CONFEF, Jorge Steinhilber declara que o CONFEF, a ACAD e a FPDAF devem agir em ação conjunta na “*busca de incentivos fiscais e, principalmente, a ampliação de incentivo à*

prática de atividades físicas que resultará no desenvolvimento da indústria do fitness”

(STEINHILBER, 2003.p.25) Steinhilber, afirma ainda que:

A sociedade será a grande beneficiária da implantação das atividades física, resultando na ampliação geral para o mercado do *fitness*. À medida que cresce a prática, aumenta a procura pelos locais; conseqüentemente, há necessidade de ampliação de oferta, resultando em busca de roupas adequadas e calçados, além de outros agregados, aquisição de maquinários, razão do surgimento de academias, e clínicas para atender a demanda. Um verdadeiro círculo vicioso crescente. (Ibid.: p.25).

Cláudio Cajado, também em entrevista a ACAD por ocasião da criação da FPDAF, considera que “as academias de ginástica promovem saúde”, assim sendo, na compreensão dele, o setor privado contribui com o setor público, diminuindo os gastos do Governo Federal com a saúde, podendo-se pensar na criação de um projeto no qual as academias tenha seus impostos reduzidos. (CAJADO, 2003). O Deputado ainda compreende que o crescimento do acesso da população à prática de atividade física deve ser garantido através de “*parceria público privado, como por exemplo, a ocupação dos horários vagos nas academias para que a população de baixa renda possa usufruir dos benefícios das mesmas, em troca de incentivos fiscais*” (Ibid.; p.26).

Ricardo Abreu ao assumir a presidência da ACAD em setembro de 2005, no seu primeiro discurso relatou que a sua gestão seria marcada por parcerias para que a entidade pudesse ter maior representatividade em âmbito nacional, dentre elas está a parceria com o sistema CONFEF/CREF, que de acordo com o presidente da associação é uma instituição reconhecidamente forte na indústria do *fitness* (ABREU, 2005)

Em sua edição de nº 32 (2006) a revista da associação publicou uma matéria relacionada à parceria estabelecida entre ACADMINAS e ACAD-Brasil para que todos os benefícios das academias associadas à ACAD-Brasil fossem desfrutados, também, pelas associadas à ACADMINAS. Nessa mesma matéria foi exposta a cerimônia de

consolidação da entidade em questão e dentre as personalidades presentes estava o CREF da respectiva região. (Ibid)

No IV Congresso da ACAD de acordo com matéria publicada na revista da associação, dentre os temas de discussão estava presente o que se relaciona a importância do profissional de Educação Física ser registrado no CREF de sua região. Além disso, estavam previstas palestras sobre “*Regularização trabalhista, Contrato de prestação de serviços, Contrato de tempo-parcial, Terceirização de serviços e Regularização do autônomo (Personal Trainer)*”. (ACAD, 2007, n 35, p. 20). Para ministrar as referidas palestras foram convidados, de acordo com a matéria, grandes especialistas, dentre eles, Manuel Tubino, conselheiro do CONFEF e Pedro Aquino, conselheiro do CREF-1. (Ibid)

CONFEF, CREF-1 e ACAD ainda organizam feiras de *fitness* que ocorrem no Rio de Janeiro, tendo em 2007, ocorrido paralelamente o V Congresso da ACAD. Além disso, esses três, em 2002 organizaram o primeiro encontro dos proprietários das academias no Brasil.

Todavia, apesar das evidências comprovarem a relação entre ACAD/SINDACAD e sistema CONFEF/CREF, principalmente CREF-1, esse último em seu jornal de (nº20) publicou matéria relacionada ao “*Trabalho Escravo nas Academias de Ginástica*”. De acordo com o atual presidente da associação, Carlos Eduardo Consenza Rodrigues (2008), o CREF-1 tem escutado várias queixas, dos trabalhadores da Educação Física, referente às condições de trabalho nas academias de ginástica, sendo eles, os grandes mentores da manifestação.

Os profissionais são os grandes mentores desta batalha. Durante todo este tempo de existência do CREF1, nós escutamos estas queixas e, na verdade, sabíamos que o que eles precisavam era de ajuda. Agora, chegou a hora. Vamos para as ruas gritar por dignidade para nossa profissão (Ibid, p.2)

Quando questionado por que o conselho resolveu se manifestar em relação ao fato, o seu presidente disse que foi porque os professores procuram insistentemente o CREF-1 para queixar-se das condições de trabalho.

Devido ao grande número de profissionais que procuram diariamente o Conselho para se queixar dos abusos praticados no mercado, em relação às condições trabalhistas impostas pelos empregadores das academias. Muitos destes já abandonaram a profissão ou consideram a Educação Física como subemprego, ou seja, não depende dela para sustentar a sua família. (Ibid, p. 2)

Desse modo, o sistema CONFEF/CREF começa a ter sua hegemonia ameaçada, tendo em vista que todos os conselhos profissionais são mantidos pelos trabalhadores da profissão que foi regulamentada. Sob esse prisma o abandono da profissão pelos trabalhadores da Educação Física, bem como as insatisfações e reclamações recorrentes abala a supremacia do conselho. Os trabalhadores que abandonaram a profissão tendem a procurar os CREF em que são registrados para pedir o cancelamento do registro. Desse modo, as manifestações em questão vêm sendo utilizadas pelo conselho na tentativa de manter a hegemonia no campo da cultura corporal.

Para tanto, o sistema CONFEF/CREF se utiliza, antes mesmo de sua consolidação, da dupla “*coerção e consenso*” (GRAMSCI, op.cit.) A própria lei 96.96/98 já é uma forma de coerção dos trabalhadores das manifestações corporais, pois para o exercício da profissão, nos campos não escolares, é obrigatório o registro no conselho profissional. Todavia, conforme visto para que a profissão pudesse ser regulamentada foi necessária a criação do consenso e os próprios trabalhadores da Educação Física passaram a reivindicar a regulamentação.

Isso posto, o Conselho se mantém hegemônico, a *priori*, coagindo os trabalhadores das manifestações corporais a se registrarem, sob o risco de perder o emprego ou, pior ainda, de responder processo judicial pelo exercício ilegal da profissão. Essa prática é bastante comum ao sistema CONFEF/CREF. Em 2008, o CREF-1 lançou uma campanha de blitz nas academias, denominada por eles, de “*OPERAÇÃO SUPINO*”. (Jornal do Cref-1 n 20, op.cit.) Os professores que trabalham nesses espaços e não possuem habilitação, leia-se registro no CREF-1, foram encaminhados para a delegacia e responderão processo pelo exercício ilegal da profissão, como mostra matéria publicada no jornal do próprio CREF-1. No dia 2/06, foram fiscalizadas nove academias na região de Niterói.

Quatro delas apresentaram irregularidades a equipe de fiscalização flagrou dois “professores” sem habilitação profissional - um na academia **Heavy, Gym** (São Francisco) e o outro na academia **Active** (Fonseca) -, sendo os mesmos encaminhados para Delegacia, por exercício ilegal da profissão. (CREF-1, 2008)

Outros professores, também foram detidos pelo mesmo motivo, na OPERAÇÃO SUPINO. Além da publicação da matéria no jornal do CREF-1, as apreensões foram divulgadas em jornais de grande circulação nacional como O GLOBO. Esse CREF ainda possui um disk denúncias para que os casos de “exercício ilegal” da profissão sejam denunciados.

Entretanto, apenas a prática da coerção não garante mais a hegemonia do conselho, pois como o próprio confirma, os trabalhadores das academias de ginástica têm sofrido com as condições de trabalho enfrentadas nesses espaços. Sendo assim, esses trabalhadores começam a se mostrar insatisfeitos e cobrar do Conselho, do CREF-1, em especial, soluções que possam contribuir para a melhoria das condições de trabalho.

O jornal da MOVAPEF, órgão ligado ao sistema CONFEF/CREF relatou que as grandes academias da cidade do Rio de Janeiro já aceitaram o piso salarial sugerido pelo CREF-1 que é de R\$ 10,67 hora/aula. Contudo, o problema ainda reside nas pequenas academias. Conforme visto anteriormente os conselheiros do CREF-1, que são empresários do âmbito do *fitness* são proprietários de grandes academias, então o aumento do piso salarial poderia até favorecê-los, pois há a possibilidade das pequenas academias falirem e assim o CREF-1 poderia coordenar uma espécie de monopólio das academias de ginástica, na cidade do Rio de Janeiro.

Apesar dos diretores da ACAD/SINDACAD, também serem proprietários de grandes academias a base que mantém essa organização em funcionamento é composta por academias de pequeno, médio e grande porte. Portanto, para manter-se organização hegemônica, no âmbito do *fitness*, deve representar os interesses de todas as academias. Por outro lado, apesar do sistema CONFEF/CREF representar a burguesia do setor do *fitness*, quem mantém esse conselho em funcionamento são os trabalhadores da Educação Física, então é justificável o aparente antagonismo entre ACAD/SINDACAD e CONFEF/CREF. É favorável ao conselho, nesse momento, para defender seu interesse histórico se manifestar contra o piso rebaixado que os professores de Educação Física são submetidos nas academias de ginástica.

Esse episódio de aparente embate entre ACAD/SINDACAD e CONFEF/CREF expressa uma luta entre as frações da classe burguesa que operam no campo da cultura corporal com objetivo de lograr-se hegemônica.

Como era de se esperar o sistema CONFEF/CREF, em suas manifestações, não destina críticas a apropriação do trabalho pelo capital, ao contrário, em uma de suas faixas propaga a idéia da conciliação de classe, com a seguinte frase: “*Patrão que é patrão é contra a escravidão*” (Jornal do CREF-1 nº 20, op.cit, p.6)

3.3) A precarização do trabalho do professor de Educação Física: a convenção coletiva de trabalho.

Em junho de 2006 o SINDACAD/RJ e o SINDECLUBES/RJ- Sindicato dos Empregados em Clubes, Estabelecimentos de Cultura Física, Desportos e Similares do Rio de Janeiro- aprovaram uma convenção coletiva de trabalho para vigorar na cidade, nos anos de 2006 e 2007. Esse acordo se aplica apenas aos trabalhadores das academias de ginástica. A convenção em questão mostra em suas cláusulas a elevada precarização do trabalho do professor de Educação Física nesse espaço.

No que concerne à remuneração dos trabalhadores a convenção estipulou, na sua cláusula 3º um piso salarial de R\$380 para os professores das funções abaixo relacionadas, cujo contrato de trabalho é em tempo integral:

Cláusula 3º

A partir de 1º de maio de 2006, serão fixados os seguintes salários de admissão (pisos salariais) para as funções abaixo relacionadas

MENSALISTAS

“Instrutor de ginástica localizada, de step, de alongamento, de RPG, de musculação, de hidrogenástica, de fisioterapia, de bicicleta in door, de spinning, de RPM, de jump fit, de fitball; Instrutores de Artes Marciais: Instrutor de karatê, de boxe, de jiu-jitsu, de capoeira, de tae-kwen-do, de kung-fú, de boxe-tailandês, de judô, de luta greco-romana, de Krav-magé; Instrutores de dança: Instrutor de dança de salão, de jazz, de dança flamenca; Instrutor de yoga : instrtor de power yoga , de Ashtanga yoga, de hatha yoga, de iyeng yoga (...) fica estabelecido os seguintes pisos salariais **R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais)**” (DOUMENTO DA CONVENÇÃO, p. 2-3)

Ainda na mesma cláusula é estipulada a remuneração por hora/aula de R\$ 2,80 para os trabalhadores contratados como horistas.

HORISTAS

Instrutor de ginástica localizada, de step, de alongamento, de RPG, de musculação, de hidroginástica, de fisioterapia, de bicicleta *in door*, de spinning, de RPM, de jump fit, de fitball; Instrutores de Artes Marciais: Instrutor de karatê, de boxe, de jiu-jitsu, de capoeira, de tae-kwen-do, de kung-fú, de boxe-tailandês, de judô, de luta greco-romana, de Krav-magé; Instrutores de dança: Instrutor de dança de salão, de jazz, de dança flamenca; Instrutor de yoga: instrutor de power yoga, de Ashtanga yoga, de hatha yoga, de iyeng yoga (...) fica estabelecido os seguintes pisos salariais- **R\$ 2,80 (dois reais e oitenta centavos)**, já incluído repouso semanal remunerado. (Ibid, p.3)

A cláusula 4ª da Convenção Coletiva de trabalho determina a possibilidade do contrato por tempo parcial, facultando os empresários das academias de ginástica à realização do referido contrato desde que a jornada de trabalho não exceda 25 horas semanais.

CLÁUSULA 4ª: Contrato em Regime de Tempo Parcial

Nos termos do artigo 58-A da CLT, faculta-se aos empregados nos casos em que a jornada de trabalho não exceda a 25 horas, a adoção do regime de trabalho em tempo parcial, sendo o salário proporcional à sua jornada, em relação aos empregados que empreguem nas mesmas funções, tempo integral, podendo haver recebimento inferior ao piso profissional, em decorrência da quantidade de horas trabalhadas pelo empregado. (Ibid, p.4)

Ainda na mesma cláusula, no parágrafo 3º foram estipuladas as férias dos trabalhadores cujos contratos são em tempo parcial. As mesmas são proporcionais às horas trabalhadas no mês. Sendo assim, caso um professor trabalhe em mais de uma academia, e seja contrato por tempo parcial, ainda que a sua jornada de trabalho total exceda 44 horas semanais, esse trabalhador só terá direito a férias proporcionais. Não obtendo, portanto, os 30 dias de repouso que obteria caso fosse um trabalhador de tempo integral, ou ainda um professor que ministrasse aulas no ambiente escolar.

Parágrafo Terceiro: Nos termos do artigo 130-A da CLT, na modalidade do regime de tempo parcial, após cada período de doze meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias, na seguinte proporção:

Dezoito dias, para a duração do trabalho semanal superior a vinte e duas horas até vinte e cinco horas;

Dezesseis dias para a duração do trabalho semanal superior a vinte horas até vinte e duas horas;

Quatorze dias para a duração do trabalho semanal superior a quinze horas até vinte horas;

Dez para a duração do trabalho semanal superior a dez horas até quinze horas;

Oito dias para a duração do trabalho igual ao inferior a cinco horas. (Ibid, p.4)

Além disso, a mesma cláusula em seu parágrafo 6º faculta a redução da jornada de trabalho, cujos contratos são em regime de tempo parcial. Essa se dá em função da extinção de turmas em decorrência da baixa frequência dos alunos nas aulas. Esse fato pode ocorrer principalmente no inverno, quando as academias de ginástica têm as suas matrículas reduzidas.

Parágrafo Sexto: Nos termos do inciso XIII do artigo 7º da Constituição Federal, faculta-se a redução da jornada de trabalho dos empregados contratados pelo regime de tempo parcial, em razão da extinção de turma decorrente da baixa frequência da aula, assim considerada no caso se não atingir 25% (vinte e cinco por cento) de sua capacidade. (Ibid, p.4)

O parágrafo 7º, último da cláusula em questão, permite a instituição do sistema de bancos de horas para os trabalhadores em tempo parcial. Dessa forma, esses professores, ainda que trabalhem nos finais de semana não terão direito ao recebimento da hora extra, que deveria ser de 100% de acréscimo no valor recebido, caso o dia trabalhado seja domingo.

Parágrafo sétimo: Respeitados os requisitos legais do Contrato de Trabalho pelo Regime de Tempo Parcial, fica autorizada a instituição do sistema de Banco de Horas com base em 25 horas semanais. (Ibid, p.4)

A quinta cláusula dessa convenção, também, merece destaque. Ela versa acerca da duração da hora/aula e da hora extra. Esse artigo estipula que o pagamento aos trabalhadores deve ser com base em 60 minutos de aula, caso as mesmas não durem esse tempo a remuneração deve ser proporcional ao tempo trabalhado. *“Para todos os efeitos, a duração das aulas para as academias será de 60 (sessenta minutos), sendo possível o seu fracionamento, e respectivo pagamento proporcional”*. (Ibid, p. 5)

Em seu parágrafo 1º, nessa mesma cláusula está o que foi acordado em relação à hora extra, que é garantida aos trabalhadores que excederem a jornada de trabalho de 44 horas semanais. Caso os professores tenham excedido essa carga horária de segunda a sábado receberão a remuneração com acréscimo de 50% no valor da mesma. Se essa, ou essas ocorrerem nos domingos e feriados, o valor será acrescido em 100%.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Serão remunerados com o adicional de 50% (cinquenta por cento) as horas extras realizadas diariamente no período de segunda a sábado, que ultrapassarem 44 horas semanais. Aos domingos e feriados as horas extraordinárias que ultrapassarem 44 horas semanais, serão remuneradas com acréscimo de 100% (cem por cento) (Ibid, p.6)

Todavia, a cláusula seguinte estipula o sistema de banco de horas, também para os trabalhadores que são contratados em regime de tempo integral, por conseguinte, o trabalhador não receberá as horas extras, pois o que foi trabalhado a mais em uma semana pode ser recompensado com folga ou diminuição da carga horária em outro dia, no prazo de um ano.

CLÁUSULA 6º- Banco de Horas

Fica estabelecido o banco de horas, pelo qual as academias ficam desobrigadas de pagar o acréscimo de salário se, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro, no prazo de 1 (um) ano. (Ibid, p.6)

A cláusula seguinte enfatiza sobre o descanso semanal remunerado já estar contemplado no terceiro artigo dessa convenção, na qual estão definidos os pisos salariais. “*Os valores correspondentes aos salários de admissão citados na cláusula 3ª “c” e “d”, já estão incluídos 1/6 (um sexto) do repouso semanal remunerado.*” (Ibid, p. 6)

A cláusula 11ª versa sobre a Participação nos Lucros e Resultados da Empresa (PLR), facultando aos empregadores a garantia dessa remuneração. Contudo, a mesma, caso seja garantida deverá obedecer aos critérios de produtividade.

Cláusula 11ª- Participação nos Lucros e Resultados:

Fica facultado aos empregados a implantação da participação nos lucros e resultados das empresas, prevista na Lei 10.101/00

Parágrafo Primeiro: deverá ser observado o critério de participação nos lucros pela produtividade. (Ibid, p. 7)

Ainda é importante destacar que mesmo que os empregadores optem por adotar em sua empresa a PLR ela pode ser extinta a qualquer momento. Além disso, não incide sobre nenhum encargo trabalhista.

Parágrafo Quarto: A participação de que trata esta cláusula não constitui base de incidência de qualquer encargo trabalhista, não se lhe aplicando o princípio da habitualidade, nos termos da lei. (Ibid, p. 7)

O artigo subsequente retrata uma das maiores expressões das relações de trabalho altamente precarizadas. O mesmo faculta os proprietários das academias de ginástica a contratarem trabalhadores sem que haja qualquer vínculo empregatício, sendo eles, contratados apenas como trabalhadores autônomos e parceiros nas atividades.

Cláusula 12ª – Autônomos e Parceiros na atividade

Faculta-se aos empregadores a contratação de mestres/instrutores/monitores autônomos, nos termos da Lei quando não houver os requisitos da relação de emprego.

Parágrafo Primeiro: Os profissionais que tenham turma formada com recursos próprios, vinculados à sua imagem, sem controle de ponto, sem desconto nas faltas, sem substituição promovida pela empresa e que recebam percentual sobre o pagamento de cada aluno, não estão enquadrados na Cláusula 3ª desta Convenção Coletiva, pois não são considerados empregados.

Parágrafo Segundo: Não se enquadram no parágrafo anterior os profissionais que exerçam atividade fim da empresa, compreendidas como aquelas expressamente elencadas no objeto do contrato social dos estabelecimentos. (Ibid, p.7-8)

O 1º de setembro, dia da regulamentação da profissão da Educação Física, nas academias de ginástica é feriado, devendo os trabalhadores dessas receberem em dobro pelas aulas ministradas nesse dia. *“CLÁUSULA 13ª – Dia do Empregado em academias: fica instituído o dia 1º de setembro, como data consagrada ao empregado em academias, sendo a remuneração paga em dobro nesse dia.”* (Ibid, p.8)

A cláusula subsequente, também, demonstra outra forma de precarização do trabalho, que é a contratação a prazo determinado permitida a partir do Governo FHC, pela Lei 9601/98.

CLÁUSULA 14ª – Contrato à Prazo Determinado

Faculta-se aos empregadores a contratação de empregados por prazo determinado, de que trata a Lei 9601/98, independentemente das condições estabelecidas no § 2º do art.443 da CLT, em qualquer atividade, nas hipóteses de admissões que representem acréscimo no número de empregados, sendo estabelecido para limites de contratação os percentuais previstos no artigo 3º da Lei 9601/98. (Ibid, p.8)

O artigo 15º da Convenção em questão prevê o desconto de um dia de salário, no mês de novembro, para convocação de assembléia geral extraordinária do SINDESLUB/RJ

A cláusula 17ª fornece outra mostra da relação entre ACAD e SINDACAD/RJ, a mesma versa acerca da contribuição patronal para a Convenção Coletiva de Trabalho. As academias devem dispor do valor referente a 5% do total sobre a folha de pagamento bruta, bem como a remuneração de autônomos e pró-labore trinta dias após ser assinada a Convenção Coletiva, sendo fixado o valor mínimo de R\$ 200,00. Contudo, para as academias associadas à ACAD a contribuição deve ser de 2,5% e o valor mínimo fixado de R\$100,00.

Essa Convenção Coletiva de Trabalho foi assinada pelo presidente e advogado dos dois sindicatos e registrada em cinco de julho, de 2006 na delegacia regional do trabalho do Rio de Janeiro.

De posse desse documento contamos uma das maiores expressões da precarização do trabalho do professor de Educação Física nas academias de ginástica. Além disso, ele nos permitiu apreender a problemática das Convenções Coletivas de trabalho e dos Contratos Coletivos de trabalho, em tempos de neoliberalismo, como já assinalávamos no capítulo precedente. Além disso, percebemos a clara retirada de direitos dos trabalhadores da Educação Física, entretanto, reconhecido por lei. Esse documento expressa, também, a flexibilização das relações de trabalho tão propalada em tempos de neoliberalismo e reestruturação produtiva.

3.4) A precarização do trabalho do professor de Educação Física à luz da pesquisa de campo.

Conforme explicitamos na introdução desse trabalho para análise das condições de trabalho do professor de Educação Física nas academias de ginástica, além de documentos e revistas utilizamos como fonte entrevistas semi-estruturadas com os professores da área.

Os nossos interlocutores são dois do sexo masculino e oito do sexo feminino, são todos formados em licenciatura em Educação Física, sendo que sete deles se formaram na Universidade Federal de Juiz de Fora, dois na Universidade Federal de Viçosa e um, que se formou na semana posterior à concessão da entrevista, na Universidade Metodista do Grambery. A nossa interlocutora que possui maior tempo de formação é licenciada há oito anos, também é a professora que trabalha a mais tempo em academia, treze anos.

De posse das entrevistas o primeiro ponto que nos chamou atenção e expressa a elevada precariedade do trabalho do professor de Educação Física refere-se ao grande universo de academias de ginástica que os nossos interlocutores trabalham e/ ou trabalharam. No total de dez entrevistados constatamos que os mesmos haviam trabalhado e/ou trabalham em vinte e três academias distintas. Além disso, houve casos em que mais de um professor trabalha e/ou trabalhou em uma mesma academia, o que eleva ainda mais esse universo.

Vítor, professor formado há apenas dois anos já trabalhou em seis academias distintas.

O referido fato demonstra o elevado índice de instabilidade no trabalho que os professores em tela enfrentam nas academias de ginástica. Essa instabilidade é típica da atual etapa de acumulação capitalista, como Senette (2000) assinalou. Conforme constatamos no capítulo precedente a reestruturação produtiva acompanhada da

flexibilização dos contratos de trabalho proporcionou uma nova configuração no mundo do trabalho, dentre elas, o fim da estabilidade no emprego, em contraposição a estabilidade ainda que parcial garantida pelo padrão de acumulação taylorista/fordista.

Alguns professores trabalham apenas um ou dois meses em uma mesma academia. Quando questionados acerca do motivo que os levou a permutarem de academias de ginástica, ou ainda abandonar esse local de trabalho, todos os entrevistados disseram que mudam de academias ou abandonam esse espaço devido às baixas remunerações recebidas. Hoje, seis professores continuam nesses espaços, três trabalham em escolas e/ou *personal trainee* e uma encontra-se desempregada, sendo assim, trabalha como manicure “fazendo unha” de casa em casa, ou em sua própria residência.

No que se refere aos professores que não ministram mais aulas em academias, quando questionados a respeito do motivo pelo qual não trabalham nesse local são unânimes em afirmar que as condições de trabalho por eles enfrentadas foram altamente precárias, portanto, na primeira oportunidade que tiveram trocaram a academia por outro local de trabalho. Carla afirmou que não trabalha mais nesse local devido à baixa remuneração recebida pela hora/aula, ela ainda comparou o trabalho que desenvolvia ao trabalho escravo. “*Por que à hora/aula é baixa, muito baixa aí não compensa, trabalhar em academia é trabalho escravo*”.

No que se refere à descrição do dia de trabalho, os professores que participaram da nossa pesquisa, cujo trabalho nas academias se apresenta/apresentou como a forma de manutenção da existência, se queixaram da jornada extenuante de trabalho e do desgaste físico promovido pela própria especificidade do trabalho nas academias de ginástica.

Rosa disse que chegou a ministrar dez aulas de variadas modalidades, step, jump, musculação, avaliação física, spinning e local, no mesmo dia, o que proporciona elevadíssimo desgaste físico. Além disso, como a própria interlocutora confirma não há como trabalhar durante anos ministrando aulas de jump, step ou spinning, pois o corpo do trabalhador só agüenta o excesso de sobrecarga causado pela prática dessas modalidades durante breve período de tempo. Carla, também se queixou da jornada de trabalho, relatando que o seu dia era muito cansativo, disse ela que saía de uma aula e já dava outra, dava três aulas de jump, depois uma de spinning, logo após, outra de local, concluiu dizendo que ficava “*doidinha*”. Laura, a professora que trabalha a mais tempo em academias disse que atualmente o seu dia de trabalho começa às 6:30 horas retorna após o almoço, às 14:00 horas, e trabalha até às 22:00 horas. Anita contou que a sua jornada de trabalho é tão extenuante que ela ministra dezessete aulas de spinning por semana o que é totalmente desaconselhável para qualquer pessoa, ela, relatou ainda que tem passado freqüentemente por crises de *stress* e o som alto a incomoda tanto que fora do horário de trabalho não escuta mais música.

A academia em que trabalha funciona aos finais de semana, então, é realizado rodízio com os professores, sendo assim, há semanas em que Anita não possui folga. Ela tem carga horária semanal de cinquenta e três horas. Helena, contou que quando trabalhava em duas academias, fato que ocorreu até o princípio do ano passado, havia dias na semana em que ministrava aulas durante treze horas, acrescentou dizendo que foram dois anos “*castigados*”.

Os horários despendidos pelos professores para a elaboração das aulas por eles ministradas não são remunerados e, também, não entram na contabilidade da jornada de trabalho diária, portanto, a mesma sempre se apresenta superior ao que parece.

Em relação às pausas existentes durante a jornada de trabalho alguns professores disseram que fazem, outros, mesmo com jornadas tão extenuantes as fazem. No entanto, como a remuneração dos trabalhadores em quase todos os casos é por hora/aula as pausas existentes na jornada de trabalho não são remuneradas. Rosa, disse que durante os cinco anos em que trabalhou em distintas academias nunca teve pausa durante seu horário de trabalho e mesmo que houvesse não poderia se alimentar nesse intervalo, pois nas academias em que trabalhou não havia local onde os professores pudessem se alimentar. *“Não, não tem pausa para lanche, e se alguém quiser comer tem que ser dentro do banheiro, porque não tem lugar prá lanchar, não”*.

Esse episódio se repetiu diversas vezes, raras exceções, em alguns casos, durante o trabalho com musculação os professores revezam e saem rapidamente para lanche. Carla, disse que a única pausa que existia durante sua jornada de trabalho era o tempo que gastava para deslocar-se de uma academia para outra. Quando indagada acerca do horário destinado ao lanche, ela disse que não tinha e o que comia durante todo o tempo em que trabalhava eram barrinhas de cereais. Laura disse que as pausas que faz foram estipuladas por ela mesma após ter assumido a coordenação da academia.

No que se refere às condições higiênicas das academias trabalhadas, dimensões dos diversos locais e lugar destinado a cada professor; ventilação, temperatura; condições em que se encontram os sanitários; limpeza em geral; altura do som e etc, constatamos que geralmente as academias apresentam boas instalações e espaços agradáveis e bem higienizado. Isso não poderia ser diferente, posto que as aulas que ocorrem nas academias de ginástica são ao mesmo tempo produzidas pelos professores e consumidas pelos alunos, então trabalhadores e consumidores freqüentam o mesmo espaço. O relato de Lenine ilustra nossa afirmação, que, também, serve para as demais academias citadas nas entrevistas.

Olha, Tati, a academia R é considerada uma das melhores de Juiz de Fora, então tipo assim ali quem malha é o pessoal normalmente que tem uma condição financeira melhor, então assim [...] muito bem ventilado, bastante janelas, limpeza um rapaz limpando o tempo todo, tudo bem limpinho arrumadinho, né, o som, não vou falar que era alto, mas também não era baixo, fica um som o tempo todo no ambiente, né, mas o quê? Temperatura igual eu falei era bem ventilado, então não prejudicava a questão da temperatura, de muito calor.

No que concerne ao trabalho com carteira assinada apenas Rosa e Helena sempre trabalharam nessa condição todos os outros professores chegaram a trabalhar sem carteira assinada.

Carla, das seis academias em que trabalhou teve sua carteira assinada em apenas uma delas. Lenine estagiou durante seis meses na mesma academia em que após se formar começou a trabalhar, contudo, os proprietários dessa disseram que iriam assinar sua carteira de trabalho, mas necessitavam de um período de três meses de experiência para que pudessem conhecê-lo melhor. Esse professor trabalhou mais seis meses na mesma academia e sua carteira de trabalho não foi assinada.

Frida relatou que sua carteira de trabalho é assinada nas duas academias em que trabalha atualmente, o que não aconteceu em outras ocasiões. Ainda disse que em um dos locais em que trabalha recebe a quantia de R\$ 6,00 hora/aula, no entanto a sua carteira é assinada com o valor de R\$ 3,00 hora/aula. Na outra academia em que trabalha realizou um acordo com o proprietário, pois recebia R\$ 6,00 hora/aula, mas não possuía carteira assinada e como consequência não podia usufruir dos direitos dos trabalhadores garantidos pela legislação trabalhista. Como estava grávida necessitou de licença maternidade, então, acordou redução de 50% no valor do salário para ter carteira assinada e poder usufruir da licença que a ela deveria ser garantida.

A professora assinava férias e décimo terceiro salário sem recebê-los e em cinco anos de trabalho, nessa última academia, nunca tirou férias. Além disso, é sócia minoritária de uma academia possuindo apenas 1% da mesma. Quando questionada sobre o porquê se tornou sócia da academia, Frida, disse que foi obrigada sob o risco de perder o emprego. Além disso, ela ainda pagou pela cota. *“Bom, foi meio que na base do ou você continua trabalhando aqui como sócia ou você sai fora, né. Então, eu tive que adquirir uma cota para poder continuar trabalhando, se não eu não ia continuar trabalhando lá.”* O proprietário da academia em questão utilizou essa artimanha para se desobrigar dos encargos trabalhistas despendidos com a professora.

Quando questionada em relação à carteira assinada, Olga, respondeu que não possuiu, justificando que é apenas uma estagiária. Também, não possui nenhum contrato de trabalho que lhe proporcione alguma garantia. Disse que seu ingresso como trabalhadora da academia foi realizado mediante uma conversa com a proprietária da mesma. Explicou que foi à academia ainda nos primeiros períodos de faculdade almejando conseguir um estágio e, para tanto, foi necessário apenas o preenchimento de uma ficha. Logo após, começou a substituir o professor a quem observava episódio que se tornou recorrente. Após um curto período de tempo esse professor deixou a academia e ela começou a trabalhar em seu lugar.⁴³ A fala que se segue esclarece a contratação da professora pela academia.

⁴³ Cabe ressaltar que Olga quando concedeu a entrevista era estudante do curso de licenciatura em Educação Física da Universidade Metodista Grambery, a qual possui também o curso de bacharelado. De acordo com a atual normatização da área, o licenciado só poderia atuar no universo escolar, se a sua licenciatura fosse ampliada, que não é o caso da nossa interlocutora. O graduado e/ ou bacharel é o trabalhador que deve ministrar aulas no ambiente das academias de ginástica e por sua vez não o pode ministrá-las em escolas. Contudo como pensávamos o licenciado trabalhará em ambos os espaços, pois dependerá de quem vender a sua força de trabalho pelo valor mais baixo. O mesmo não será possível para o graduado e/ou bacharel, pois a legislação que rege a educação permite a atuação no âmbito escolar, na função de professor, somente àqueles que possuírem o diploma de licenciatura nas áreas afins.

Não, lá eu tive um contrato quando eu comecei a fazer estágio lá, eu tinha um contrato que falava que não ia ser remunerado, e tá [...] porque eu estava acompanhando outro professor aí eu ia ficar três meses se eles precisassem, aí ia estender o tempo, mas quando eu tava com um mês o professor pediu para eu substituir ele, com um mês de estágio, aí eu substitui ele umas três aulas direto, aí depois ele foi, precisou faltar de novo, eu substitui mais uma e tal, e depois ele saiu da academia, quando eu tinha dois meses de estágio, aí ele saiu, então com a saída dele ela me chamou para ficar no lugar dele, que ele me indicou e tal, só que não teve nada em questão de contrato, não mudou em nada, não teve nada assim ela só combinou comigo o valor da aula que seria R\$ 5,00 a hora a única coisa que ela combinou, mesmo assim de boca, não foi assinado nada, não teve nada e inclusive agora eu até pedi para sair de lá tô esperando só ela arrumar professor porque, como eu vou formar agora para mim não está dando mais o tanto que ela está pagando e eu dou pouca aula aí eu to, tá muito difícil.(...) Ela tinha falado uma vez que como o pessoal lá gosta de mim, ela gostou da minha forma de dá aula ela tinha falado que ia querer que eu ficasse depois, só que ela não dá , como eu te falei o salário lá não compensa, tanto lá como em outras academias, hoje em dia não está compensado não (Ibid).

Anita professora recém formada relatou que na cidade de Juiz de Fora/ MG trabalha e/ou trabalhou em apenas duas academias, no entanto, durante toda a graduação atuou como estagiária em diversas academias da cidade de Viçosa, local em que se formou. A referida trabalhadora disse que na primeira academia em que trabalhou na cidade, sua carteira não foi assinada. Na que trabalha atualmente, a mesma foi assinada há um mês.

Outro dado relevante é que todos os entrevistados possuem carteira assinada com valor inferior à remuneração recebida e isso ocorreu em todas as outras academias em que esses professores trabalharam. Apenas Frida, como ressaltamos, anteriormente, em uma das academias em que trabalha recebe a mesma quantia estipulada em sua carteira de trabalho.

Esse fato deve ser observado cuidadosamente, pois o fundo de garantia por tempo de serviço, as licenças saúde e maternidade e a aposentadoria são remuneradas de acordo com o que é registrado na carteira de trabalho, sendo assim, em todas essas ocasiões o professor tem o seu salário decrescido. Em alguns casos os trabalhadores das academias realizam acordos com os proprietários dessas, para que complementem a

licença saúde e maternidade, caso necessitem utilizá-la. No entanto, os professores não possuem clareza dessa situação e como esse é apenas um acordo verbal entre as partes, a qualquer momento pode deixar de existir.

As carteiras de trabalho em quase todos os casos são assinadas por hora/aula e com quantias muito baixas. Rosa disse que sua carteira de trabalho sempre foi assinada com valores irrisórios. Lenine relatou que apesar de ter trabalhado sem carteira assinada, quando os proprietários da academia fossem assinar sua carteira seria pela quantia de R\$ 2,31 hora/aula, pois esse é o piso salarial estipulado para os instrutores de atividades físicas. *“(...) então acabou que eu trabalhei o tempo todo sem carteira assinada, mas enfim o que acontece com a maioria dos professores é isso, assina a carteira por R\$ 2,31 que é como instrutor de atividade física (...)*. De acordo com o que o mesmo professor relatou o que existe nessa academia é o contrato de trabalho por tempo parcial.

(...) eu não sei como funciona isso, se é uma brecha da CLT, não sei a contadora na época até me explicou é... eles assinavam como 10 horas semanais só, então era de 2ª a 6ª de 6:00 hs às 8:00 hs da manhã, madrugava tudo e a partir do momento que tem essa brecha de 10 horas semanais só meio que permite, eu recebia menos que o salário mínimo, tinha uma questão dessa e além de receber menos que o salário mínimo eu teria direito se eu não me engano eu teria direito a 15 ou 18 dias de férias no ano. (Ibid)

Outro ponto de muita relevância é o fato dos trabalhadores possuírem suas carteiras assinadas como instrutores de atividade física e não como professores de Educação Física. Esse fato como sinalizamos anteriormente e pudemos comprovar com essas entrevistas intensifica a precarização do trabalho desse professor, pois as carteiras de trabalho e as remunerações são muito inferiores quando comparadas as remunerações recebidas pelos trabalhadores, cujas carteiras são assinadas como professores. Caso os professores possuíssem sua carteira de trabalho assinadas como tal

o piso salarial recebido deveria ser o estipulado pelo Sindicato dos Professores (SIMPRO), de Juiz de Fora/MG, que é em torno de R\$ 15,00 hora/aula. Quando questionada se possuía carteira assinada, Laura respondeu que na academia que trabalha na atualidade, possui, mas não foi assim em todas as academias trabalhadas por ela. Apesar de possuir carteira assinada a mesma o é com valor inferior ao recebido.

Não e nem na mesma função eles assinam como instrutor de educação física, instrutor de atividades físicas [...] aqui em Juiz de Fora eles criaram a associação das academias e todos eles assinam assim, não tem academia nenhuma em Juiz de Fora como professor de Educação Física. Ainda existe um sindicato dos instrutores de atividades físicas. E eles assinam por este sindicato. (Ibid)

As relações de trabalho são tão flexíveis nas academias de ginástica e, também, a alta rotatividade de professores que trabalham nesses espaços é tão comum que nenhuma das partes encontra problema algum em romper o contrato de trabalho. Na maioria das vezes os próprios trabalhadores da academia pedem demissão, ou nos casos em que não há nenhum contrato de trabalho, apenas comunicam que irão deixar o trabalho. Rosa resumiu claramente essa relação quando indagada acerca da questão. *“Não, sempre sai quando eu quis, a rotatividade neste ambiente é muito grande é toda hora gente saindo e entrando, academia é assim mesmo.”* O que ocorre é que na maioria das vezes os professores são prejudicados, pois os que não possuem carteira assinada não recebem auxílio desemprego e nem fundo de garantia por tempo de serviço e mesmo, os que possuem, como as carteiras de trabalho são assinadas com valores inferiores aos recebidos, o fundo de garantia e o salário desemprego são inferiores ao valor compatível com a real remuneração dos trabalhadores.

Carla relatou que foi demitida de apenas uma das seis academias em que trabalhou, pois a mesma foi vendida, nesse processo, ela realizou um acordo com seu

empregador e disse que como não possuía carteira assinada acabou deixando de lado vários direitos. “(...), *tanto é que quando eu sai de lá que o Léo fechou a academia ele mandou todo mundo embora, aí o dono da, U que pegou, ele foi e fez um acerto comigo por fora eu tinha direito a muito mais coisa só que eu não esquentei a cabeça, porque...(...*)

No que se refere ao transporte utilizado no deslocamento para o local de trabalho, quatro professores trabalham e ou trabalharam em academias próximas a sua residência, portanto, não necessitavam de condução para chegar ao local de trabalho. Rosa, Carla e Frida nunca foram ressarcidas do dinheiro despendido no transporte para o trabalho. Vítor e Laura recebem o dinheiro gasto com a condução e Olga o recebia apenas parcialmente.

Quase todos os professores que trabalham nas academias não possuem descanso semanal remunerado, pois os mesmos na maioria das vezes recebem por hora/aula, sendo assim, ganham apenas o dia em que trabalham. Alguns professores costumam ter desconto salarial caso um feriado caia no dia em que ministram aulas nas academias como nos narrou Olga e Laura. Há semanas em que Anita não possui descanso semanal, pois trabalha dois fins de semana por mês, porque à academia funciona sábado e domingo, então, os professores dessa realizam rodízio para mantê-la em funcionamento.

A licença saúde e ou maternidade são comumente ignoradas pelos proprietários das academias, ademais, mesmo que esses espaços garantam licença saúde, em um prazo superior a 15 dias ou licença maternidade, as mesmas serão remuneradas de acordo com o salário que consta na carteira de trabalho, a não ser que haja um acordo entre os trabalhadores e os proprietários das academias para que esses últimos completem a remuneração garantida pelo INSS.

Laura e Frida⁴⁴ afirmam ter esse direito. Contudo, há casos em que ele é sonegado, Olga ao ter pneumonia ficou uma semana afastada do trabalho e não teve sua remuneração garantida. Além disso, sofreu assédio moral por parte da proprietária da academia que lhe perguntou se não poderia mesmo voltar ao trabalho, pois as alunas já estavam reclamando a sua ausência.

(...) Quando eu passei mal, que eu tive pneumonia eu fiquei uma semana sem ir, aí ela falou que as alunas estavam reclamando, as alunas no caso não estavam reclamando, quem estava reclamando era ela. [...] Querendo que eu voltasse a ir. (...) Nem isso, nem feriado, nem se eu tivesse passado mal e faltado igual essa vez, não nunca recebi. É como se eu fosse uma autônoma eu vou lá dou minha aula, eu assino e tenho o dinheiro. Não vou, não dei aula (...). (OLGA, op. cit)

Carla quando questionada em relação à temática nos respondeu que não possuía nenhum direito, pois não tinha nenhum contrato de trabalho e sempre que faltava não recebia, pois as academias remuneravam outro professor para ministrar as aulas no seu lugar.

Não, ué, não. Não tinha contrato a única que eu acho que eu ganhava mais coisa por eu ta ali mais tempo e ter começado... é a [academia]T, mas mesmo assim eu gostei muito de trabalhar lá, todos os cursos que eu fazia igual eu ia pro Rio eles que pagavam, igual ao curso de pilates que eu fiz eles que pagaram por isso que assim eu não esquentava muito a minha cabeça, entende? Mas era a única que tinha mais. Eu faltava, eu não recebia, mas aí alguém eles contratavam alguém e alguém ia pra mim. Mas tinha academia, também, que eu que tinha que arranjar alguém pra ir pro meu lugar.

As férias remuneradas muitas vezes não são fornecidas aos trabalhadores. Vitor disse que possui férias remuneradas, mas que nunca as tirou. Frida em uma das academias em que trabalha possui férias remuneradas, na outra, em cinco anos de trabalho este seria o primeiro ano que ela tiraria férias, além disso, é a responsável por

⁴⁴ - Cabe salientar que Frida em uma das academias que trabalha realizou um acordo com o proprietário dessa para obter licença maternidade.

arranjar outra pessoa que possa cobrir seu período de descanso. Olga não possuiu férias durante o período em que trabalhou. Lenine relatou que a academia em que trabalhou os empregados possuíam férias remunerados, no entanto, as mesmas eram proporcionais, pois as carteiras de trabalho como relatamos anteriormente são assinadas em regime de tempo parcial. Carla no que se refere às férias remuneradas disse: “*Um, coitada!*” completou relatando que em apenas uma academia que trabalhou possuiu férias remuneradas, mesmo assim, eram de apenas quinze dias, nunca de trinta dias. Além disso, devido à alta rotatividade que ocorre no âmbito das academias de ginástica muitas vezes um trabalhador não completa um ano de trabalho em uma mesma empresa, sendo assim, não possui direito a férias.

A saúde do trabalhador da Educação Física é freqüentemente afetada em decorrência do seu trabalho. Laura, a professora que possui maior tempo de formada, oito anos, e há treze trabalha em academia possui diversos problemas de saúde ocasionados pelo seu trabalho, lesão nos dois joelhos, e no ombro direito, afenda nas duas cordas vocais e um pólipó na corda vocal direita. Ela ainda relatou que uma colega de trabalho necessitou operar o joelho devido à sobrecarga ocasionada pelas aulas que ministrava.

Rosa, também, possui problemas de joelho devido ao excesso de aulas de step. Relatou, também que o som alto sempre a incomodava muito. Frida, do mesmo modo, teve problemas relacionados à voz e sofreu de crises freqüentes de sinusite, ocasionadas pelo trabalho com natação adulto, infantil e hidrogenástica. Anita vem sofrendo crises de stress, cansaço extremo e em seu depoimento revelou que não tem suportado escutar música e permanecer em qualquer local que contenha barulho. Olga, ainda nem se formou e já apresenta calos nas cordas vocais, chegou a ficar totalmente afônica. Carla afirma não ter certeza, mas acredita que sim, pois desenvolveu nódulos nas duas cordas

vocais após o trabalho na academia, além disso, possui problema no menisco o que se agravou com as aulas ministradas.

Eu acho que sim, porque hoje em dia eu tenho dois nódulos nas cordas vocais e eu não sei se desenvolveu, mas eu acho que deve ter sido da época da academia, porque eu gritava muito e o som muito alto e eu gritava prá dá aula, eu acho que decorreu daí, não sei. Joelho eu já tinha problema antes eu tenho um problema no menisco só que eu já tinha antes e com eu fazendo muita aula, por isso que eu não podia fazer muita aula se eu fizesse muita aula aí acabava como o meu joelho. (Ibid)

Helena relatou que possui problemas genéticos relacionados a varizes, mas a situação se agrava devido á própria especificidade do trabalho do professor de Educação Física, ela ainda queixou-se de dores na coluna.

Cabe ressaltar que nenhuma academia se responsabiliza pelo custo do tratamento de saúde desses trabalhadores, em todos os casos os próprios professores devem arcar com esse ônus. Quando questionada acerca desse acontecimento, Laura respondeu que o gasto investido no tratamento das doenças causadas pelo trabalho sempre foi por conta própria. Todas as outras professoras que tiveram o mesmo problema responderam a mesma coisa. Laura reitera dizendo que sempre que a temperatura varia fica sem voz, já fez tratamento com fonoaudiólogo, mas o abandonou devido ao custo elevado das sessões. *“Na época que eu fico afônica geralmente quando muda a estação que a umidade do ar diminui aí eu me afasto, tomo medicamento estava fazendo trabalho com fonoaudiólogo, só que o coisinha cara R\$ 40,00 a sessão. Aí eu já interrompi.”*

No que se refere ao seguro por acidente de trabalho quase todas as academias não o possuem. Laura disse que em três academias que trabalha/trabalhou o seguro existia. Helena, também narrou que na academia em que trabalha atualmente possui seguro, mas não tem conhecimento de como o mesmo funciona. Todos os outros

trabalhadores afirmam não existir seguro algum, contra acidente de trabalho. Além disso, não tem conhecimento do que ocorreria caso passassem por essa situação.

Quando indagados acerca da relação que apresentam com o seu trabalho, quase a totalidade dos professores respondeu que adoram o que fazem, no entanto, são desvalorizados e mal remunerados. Laura relatou que: “*Bem eu gosto muito do que eu faço. Então, eu sei que lógico a gente não é remunerado do jeito que merecia, mas muito do que eu faço é por paixão mesmo, eu gosto bastante*”. Olga em sua fala contou que gosta muito do que faz e isso é o que a manteve na academia.

Eu gosto, eu adoro dá aula lá, tanto que eu gosto que eu fico lá mesmo assim, passando por cima do que eu ganho .. e tal porque as vezes a dona da academia cobra demais não auxilia a gente, se a gente liga, para pedir alguma coisa para incrementar a aula mesmo, sabe ela não resolve e tal, então justamente eu passo por cima disso, porque eu gosto de dá aula lá, mas a minha... eu não quero ficar, eu prefiro escola do que academia, mas eu gosto, eu gosto de dá aula, eu gosto de coisa assim barulhenta igual são as minhas aulas. Eu só não gosto de musculação essas coisas, mas as modalidades que eu dou lá eu adoro. (OLGA, op.cit)

Carla relatou que gostava muito de trabalhar na área do *fitnees*, mas devido às condições de trabalho que encontrou, hoje, ministra aulas apenas no espaço escolar e trabalha como *personal trainee*.

Ah! Eu sempre gostei, falar que eu não gostava era mentira só que eu só sai dessa área, porque eu achei que eu era muito explorada, eu sempre gostei de dá aula é uma coisa que eu gosto. O problema mesmo é as condições de trabalho, de emprego que você não tem condições nenhuma, você não tem carteira assinada, você não tem férias, não tem nada, igual você estava perguntando. É assim se você for ver é realmente um trabalho escravo a hora/aula é muito baixa. A musculação é mais baixa eu recebia quando eu trabalhava R\$ 10,00 hora/aula hoje em dia, pagam até R\$ 6,00 eu conheço uma academia só que eu não vou citar o nome que pra estagiário paga R\$ 0,50 por hora pro estagiário, isso é um absurdo né? É melhor não dá nada

Rosa e Lenine foram os únicos professores que revelaram não ter gostado do trabalho nas academias de ginástica. Ambos, hoje, ministram aulas no âmbito escolar.

De acordo com Rosa ela só trabalhou temporariamente em academia enquanto não arrumava um emprego melhor.

Eu trabalhei em academia temporariamente, enquanto eu não arrumava outra coisa. O trabalho na academia é assim quando você está rendendo produzindo para academia você é excelente professor. Você começou a questionar atrapalhar alguma coisa você já não serve mais. E tem essa rotatividade assim também, você não consegue trabalhar, por exemplo, eu comecei a dá aula de step e jump eu não consegui permanecer muito tempo, né porque, gasta tempo para elaborar aula a execução da aula é cansativa e a remuneração é péssima, então assim você se sente mal valorizada, assim seu trabalho por melhor que seja é sempre trocado por de um estagiário que é mais barato, né, então assim eu não tinha muita identidade com o meu trabalho, também não, porque não era o que eu queria era temporário mesmo. Na academia é assim: costume dizer, você tem que ser BBB: Boa, Bonita e Barata se não, não serve para a academia. (ROSA, op. cit).

Quando questionados se são registrados em alguma instituição ou órgão, apenas dois professores que participaram da nossa pesquisa não possuem registro no CREF.

Olga, ainda nem havia se formado, portanto, não poderia ser registrada. Anita que possui apenas um ano de formada disse que passados três meses de sua formatura foi se registrar, mas já deveria pagar multa, então preferiu deixar para o ano subsequente.

O CREF, ainda não, porque eu estou achando um absurdo o valor do CREF R\$ 500 para quem é recém formado? Nem sempre a pessoa já arrumou um emprego para, né no meu caso foi R\$ 500 porque passou três meses da minha formatura, então eu pagar hoje R\$500 ou daqui um ano eu prefiro adiar isso para eu ter uma renda e depois eu poder pagar isso tudo.

Todos os outros professores afirmam ser registrados no CREF. Contudo, porque foram obrigados pelas academias em que trabalham e ou trabalharam, essa era condição para que os mesmos pudessem continuar trabalhando. *“No CREF, fui obrigada pela academia a me filiar no CREF, porque na época eu trabalhava na academia e não ia poder continuar trabalhando se eu não tivesse me filiado.”* (ROSA) Lenine, também

relatou não ter tido escolha; ou se registrava; ou não poderia assumir as aulas que a academia estava oferecendo.

Sou registrado no Conselho Federal de Educação Física, [risos], por obrigação deles, quando eu fui assumir o cara da academia falou se você quiser assumir, você quiser assumir, você tem que fazer o conselho é hoje, e eu como tava pra formar precisava de emprego aí falei, vou fazer, né (...)

Helena, também, relatou que foi obrigada a se registrar no CREF, além disso, pagou R\$ 900 pelo registro, pois haviam decorrido dois anos de sua formatura. A professora mostra-se indignada com o conselho como podemos perceber em sua fala.

Sô naquela porcaria do CREF lá porque é obrigatório. Me registrei no ano passado, mas tive que pagar R\$ 900, mas assim paguei chorando, tirei da minha poupança pra pagar essa porcaria. As duas academias pediram, porque daí eles fazem fiscalização direto e se não tiver todos os profissionais filiados a academia leva multa, aí eles me encheram o saco pra fazer e eu tive que fazer.

Ainda no que se refere ao sistema CONFEF/CREF os professores se mostram insatisfeitos e vêem o conselho como um órgão que não se preocupa com o trabalho do professor em questão e está apenas interessado nas anuidades pagas pelos professores. Lenine compreende que o CONFEF/CREF atua sobre o trabalho do professor em tela, mas não sabe de que forma, então a relação que *a priori* ele consegue apreender é apenas no que se refere às anuidades pagas.

A interferência direta é só que eles tiram um dinheiro meu por ano, né, no meu trabalho né eles tiram uma grana aí de anuidade é e eu vejo pressão em outros trabalhadores, chegou uma época lá uma das fiscais, chegaram aí quando eu era estagiário ainda e obrigaram um professor a pagar todas as anuidades que estavam atrasadas e tudo, obrigaram não, falaram com a academia que ele tinha que se regularizar e a academia começou a fazer pressão no profissional, no professor lá e assim causa aquele clima de ameaça né, tudo agora comigo realmente é um conselho que só pega o meu dinheiro e pô eu acho que é isso, na minha vivência ali, lógico que eu sei que tem muito mais coisa por trás disso, mas o que eu vi ali concreto que acontecia comigo era isso.

Helena e Carla, também não conseguem visualizar relação nenhuma entre o trabalho do professor de Educação Física e o respectivo conselho profissional. Ambas disseram que esse conselho não vem cumprindo o seu papel no que refere à fiscalização das condições de trabalho do professor nas academias de ginástica. De acordo com Helena essa relação não existe.

Não vejo nenhuma eu recebo alguns formulários via e-mail, via correio falando da evolução que a educação física tá tendo, eu não vejo nada concreto, meus colegas também, o mínimo que eu acho que eles poderiam, teriam que fazer é defender a gente a classe com o pagamento aí, o que mais tem aí é academia pagando R\$ 2,00 a hora eles deveriam fiscalizar esse tipo de coisa, mas não fica vendo se tá assinadinho lá a carteira do CREF se não... o resto a gente não vê nada palpável.

Carla foi enfática ao destinar críticas ao Conselho profissional da Educação Física, e também, não vê relação nenhuma entre a temática levantada.

Nenhuma o Conselho de educação física é uma porcaria não faz nada. A única coisa que ele faz é cobrar no final do ano a mensalidade, entendeu? Que por sinal é muito cara, muito cara e não interfere em nada e nem mesmo em academia tanto é que tem uma montueira de estagiário, gente trabalhando em condições subumanas por causa disso o Conselho não é atuante. Quando eu me filiei lá no CREF eu tive que pagar retroativo eu paguei acho que foi R\$ 1.000, R\$1.100 pra poder me filiar, eu tenho o recibo até hoje, foi R\$1.100, um absurdo, porque eu entrei esse ano no conselho, esse ano de 2008. Paguei 2005, 2006 e 2007. Eu podia não ter trabalhado nesse tempo, mas mesmo assim eles exigiram que eu pague, que é um absurdo.

Portanto, percebemos que ao serem questionados acerca da relação que o sistema CONFED/CREF mantém com o seu trabalho, os professores possuem uma apreensão fenomênica, pois compreendem que o conselho é apenas relapso nessa relação. Não identificam que o CONFED/CREF representa a burguesia do setor do *fitness*, sendo assim, atuam diretamente sobre o seu trabalho impondo condições trabalhistas extremamente precarizadas. Nesse sentido é como se o sistema

CONFEF/CREF se colocasse como uma entidade a par dos trabalhadores e proprietários das academias, ou um órgão que sirva como mediador entre as classes.

Ainda torna-se importante salientar que nenhum desses trabalhadores são filiados a nenhum sindicato que representa os professores que trabalham nas academias de ginástica. Apenas Rosa é filiada ao sindicato de professores da cidade, mas por trabalhar, atualmente, na rede Municipal de ensino da cidade.

Todos os professores que foram nossos interlocutores nessa pesquisa trabalharam nas academias quando ainda eram estudantes de Educação Física. Sob a roupagem de estagiários ministravam aulas nesses espaços, se constituindo, portanto, em mão de obra barata aos proprietários das academias. Além disso, esses proprietários não possuem encargos trabalhistas com os estagiários.

Apesar de a nossa pesquisa ser qualitativa sintetizamos na tabela que se segue as condições de trabalho dos professores que foram interlocutores do nosso estudo.

Professores que trabalham e/ ou trabalharam*em academias de ginástica.	100%
Trabalhadores sem carteira assinada.	80%
Dos trabalhadores que possuem carteira assinada, os que a possuem com valor inferior ao recebido.	100%
Queixas em relação à baixa remuneração	100%
Instabilidade no emprego	100%
Sem direito a férias	70%
Remuneração por hora/aula	100%
Problemas de saúde em decorrência do trabalho**.	66%
Registrados no CREF***.	77%
Dos professores registrados, os que foram obrigados pelo patrão.	100%

Registrados em sindicatos	0%
Insatisfeitos com o sistema CONFEF/CREF.	100%

* - Professores que trabalham e/ou trabalharam em academias. Isso não quer dizer que esses trabalhadores ainda estão nessa condição, ou que em todas as academias que tenham trabalhado a situação foi idêntica. Contudo, de posse das entrevistas podemos afirmar que as condições de trabalho encontradas nas academias de ginástica se assemelham para todas as academias.

** - O cálculo foi realizado com base em nove entrevistados, pois um dos trabalhadores atuou apenas na área da musculação. A especificidade dessa modalidade em si não causa problemas de saúde.

*** - Como uma das nossas interlocutoras, na conclusão da entrevista, ainda não era formada não podia ter o registro em nenhum órgão ou entidade, portanto, não entrou nesse cálculo.

Esses dados comprovam a nossa suposição de que o reordenamento no trabalho do professor de Educação Física, inserido em um quadro complexo de reestruturação produtiva e neoliberalismo trouxe duras penas aos trabalhadores da área.

4- CONCLUSÃO

O presente estudo inseriu-se em um esforço de compreender as conseqüências da atual configuração do mundo do trabalho para os trabalhadores da Educação Física. Especificamente buscamos apreender as condições de trabalho do professor de Educação Física nas academias de ginástica. Inserida em um quadro mais complexo de reestruturação produtiva e neoliberalismo, componentes da recomposição do capital, após a manifestação da sua crise estrutural, ocorrida na década de 1970.

Além disso, objetivamos identificar as relações entre o sistema CONFEF/CREF e a ACAD/SINDACAD/RJ, organismos que convencionamos chamar de representantes da burguesia do âmbito do *fitness* e as suas implicações para os trabalhadores da Educação Física. Compreendemos que essa prática pedagógica representa uma particularidade inserida em uma totalidade. Portanto, as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, sobretudo, mediante a eminência do neoliberalismo e da reestruturação produtiva, trás conseqüências para a área da Educação Física.

Compreendemos o trabalho enquanto categoria fundante da existência humana, portanto a essência do homem e também o único meio de sua emancipação. Contudo, da forma como ele vem sendo historicamente construído, sobre o solo do desenvolvimento capitalista, ao contrário do que deveria, o trabalho torna-se prisão, sofrimento e o homem é rebaixado a condição de animal, pois só se sente homem fora do trabalho realizando funções que também os animais realizam.

Para responder a inquietação que motivou nossa pesquisa foi necessário realizar uma retrospectiva histórica e buscar compreender a relação entre a burguesia e a Educação Física desde a sua consolidação enquanto classe hegemônica. Constatamos que a Educação Física foi à primeira forma que o capital se apropriou da cultura corporal, que foi historicamente construída no processo de trabalho.

A burguesia se apropriou da cultura corporal desde a sua consolidação enquanto classe hegemônica na forma da Educação Física, que cumpriu objetivos distintos de acordo com as diferentes fases de expansão capitalista. No Brasil, as preocupações com o corpo se iniciaram ainda no período colonial, no entanto, se restringiam apenas as famílias da elite agrária, sendo assim, servia como um distintivo de classe na sociedade brasileira. Com a predominância do trabalho assalariado sobre o trabalho escravo a Educação Física passou a ser destinada, também, a classe trabalhadora. O Conteúdo predominante dessa prática pedagógica era a ginástica.

Após o fim da segunda guerra mundial o esporte começou a disputar a supremacia com a ginástica como conteúdo da Educação Física. O auge da esportivização da Educação Física se deu nos anos de 1970. Esse conteúdo era importante, sobretudo, para inculcar valores como o nacionalismo, e a meritocracia importantes para aquele ciclo de desenvolvimento capitalista.

Nos anos de 1970, se manifesta mais uma crise cíclica do modo de produção capitalista e emergem, na tentativa de sua superação, o neoliberalismo e a acumulação flexível, que trazem duras penas à classe trabalhadora.

Nesse contexto o campo da educação vem passando por transformações com vistas à adequação dos trabalhadores as novas demandas requeridas pelo projeto de formação humana do capital, na sua atual fase de seu desenvolvimento. Três são os postulados fundamentais, a formação para as competências, para o empreendedorismo e

para a empregabilidade. Nesse cenário, a Educação Física, que historicamente se ocupou da formação física do corpo trabalhador parece perder sua função, tendo em vista que a nova formação é balizada por disciplinas que atuam no campo cognitivo e interacional. Ainda que a Educação Física contribua de forma mediata para o atual projeto de formação humana do capital essa prática pedagógica tornou-se disciplina secundária no currículo escolar.

Contudo, isso não significa que a cultura corporal tornou-se menos importante para a classe dominante. A burguesia continua se apropriando dessa manifestação cultural, agora, sob a forma de mercadoria vendida principalmente pelas academias de ginástica, que a partir dos anos de 1980 ganharam grande notoriedade no Brasil. Impulsionadas pela política de desobrigação do Estado no que se refere à garantia dos direitos sociais, dentre eles, a saúde, que sob uma perspectiva liberal passou a ser encarada como atributo individual e cada um é responsável por garantir a sua. Além disso, na contemporaneidade, sob o ideário da pós-modernidade, o sujeito mantém relação narcísica com o seu corpo e muitos são obcecados por alcançarem padrões corporais, propalados pela mídia impressa e televisiva, praticamente inatingíveis.

Dessa forma, as academias de ginástica ganham grande destaque. Isso trás diversas modificações no trabalho do professor de Educação Física, regulamentação da profissão, mudanças na formação profissional, modificações no conteúdo do trabalho, no local de atuação profissional e aumento da precarização do seu trabalho.

Após o reordenamento no trabalho do professor de Educação Física, imbricado em um processo de consolidação de uma fração de classe hegemônica, a burguesia do setor de serviços, pode ser observada, também, a organização de classe da burguesia do âmbito do *fitness*. Apesar de haverem outras organizações que representam essa fração de classe identificamos nesse trabalho três organismos principais, o sistema

CONFEF/CREF a ACAD e o SINDACAD/RJ, que operam cada um em seu âmbito de atuação e precarizam intensamente o trabalho do professor de Educação Física.

O outrora professor de Educação Física, após a regulamentação da profissão, passa a ser reconhecido como profissional de Educação Física, dessa forma, perde a sua representatividade de classe, que até então se dava através do sindicato dos professores. Isso permite que a burguesia do setor imponha condições de trabalho cada vez mais precárias a esse trabalhador. Além disso, a reestruturação produtiva e o neoliberalismo trouxeram uma nova configuração para o mundo do trabalho permitindo contratos de trabalho mais flexíveis e relações trabalhistas altamente desregulamentadas.

Nesse contexto, as convenções coletivas de trabalho se tornam importantes aliados da classe dominante e interferem na própria legislação trabalhista retirando direitos dos trabalhadores. Esse fato pôde ser observado na convenção coletiva de trabalho analisada nesse estudo. Grande parte dos trabalhadores trabalham e ou trabalharam sem carteira assinada, ou ainda, com valores inferiores ao valor recebido. Além disso, de acordo com a própria especificidade do trabalho do professor em estudo, o excesso de aulas, ironicamente, afeta a saúde dos trabalhadores da área, causando-lhes problemas nas cordas vocais, nos joelhos, dentre outros.

Concluimos que estudos cuja temática é o trabalho do professor de Educação Física são imprescindíveis para iluminar as condições concretas desses trabalhadores. Além disso, devem cumprir o papel de fornecer os subsídios teóricos, que possam contribuir com a organização de classe desses trabalhadores para que possam enfrentar as condições de trabalho que lhes são impostas. Por fim, conclui-se que apenas o fim da sociedade capitalista e o nascimento do socialismo permitirão ao trabalhador retornar à sua condição humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Ricardo. Contrato por tempo parcial: aplicação e vantagens. **ACAD**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 6, mar/abr. 2004⁴⁵.

ACAD. Convenção Coletiva de Trabalho. **ACAD**, Rio de Janeiro. S/d.

ACAD. Estatuto da ACAD. **ACAD**, Rio de Janeiro. 2003. Disponível em <http://www.acadbrasil.com.br/institucional/estatuto.htm>.

ACAD. A Convenção Coletiva do Sindicato das Academias do Rio de Janeiro. **ACAD. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: http://www.acadbrasil.com.br/artigos/artigos_assunt_jur_02.htm**.

ACAD. Eles usam *black-tie*. **ACAD**. Rio de Janeiro, n 16, p.36, set. 2003.

ACAD. Marcha pelo simples contamos com você nesta empreitada. **ACAD**. Rio de Janeiro, n 18, p. 22, mar. 2004.

ACAD Sucesso! Presenças ilustres e aprovação do público fazem do 1º ACAD congresso e exposição um divisor de águas na discussão sobre a capacitação no setor do *fitness*. **ACAD**. Rio de Janeiro, n 20, p. 8, jun. 2004.

ACAD. SINDACAD: representatividade e fortalecimento para o setor. **ACAD**. Rio de Janeiro, n 20, p. 14-15, jun. 2004.

ACAD. Rio de Janeiro, n27 set/out. 2005.

ACAD. Rio de Janeiro, n 31, p. 6, mai/junho. 2006.

ACAD. ACAD Brasil e ACADMINAS: união pelo crescimento do setor. **ACAD**, Rio de Janeiro, n 32, p. 17, jul/ago. 2006.

⁴⁵ - Todas as referências bibliográfica das revistas da ACAD foram retiradas do sit da associação. www.acadbrasil.com.br. Desde o ano de 2005, desse modo, não possuímos a data de acesso. As revistas ficavam disponíveis para consulta até meados de 2008, quando foram retiradas do sit.

ACAD. Congresso ACAD Brasil inaugura o centro de convenções Rio cidade nova. **ACAD**, Rio de Janeiro, n 35,p. 22, jan/fev. 2007.

ALVES, Giovanni. **O Novo e Precário Mundo do Trabalho Restruturação Produtiva e Crise do Sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ALVES, Giovanni. A tessitura da redundância: elementos teórico-metodológicos para uma investigação sobre a experiência da precarização do trabalho no Brasil. 31 Reunião Anual da ANPOCS, Caxambu, 22 a 26 out – 2007.

ANDERSON, Perry. Balanço Neoliberal. In: Sader, Emir e GENTILI, Pablo (orgs). **Pós-Neoliberalismo - As Políticas Sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.p. 9-23.

ANDERSON, Perry. **As Origens da Pós-Modernidade**. Ed. Edições 70 limitada, 1998.

ANDRADE, Maria Aparecida Bergo. **O descaso com a educação física e o reordenamento no mundo do trabalho**. Monografia de Especialização. Juiz de Fora: UFJF, 2001.

ANGELO, Eduardo Bom. **Inserção do Brasil no setor de serviços da economia mundial**. s/d. Disponível em: http://www.cebri.org.br/pdf/221_pdf.pdf. Acesso em 26 de novembro de 2008.S/d.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensino sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1995.

ANTUNES, Ricardo **Os sentidos do trabalho. Ensino sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria A. Moraes (org). **O avesso do trabalho**. SãoPaulo: ExpressãoPopular, 2004.

ANTUNES, Ricardo. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 15-25.

BERCITO, Sônia de Deus Rodrigues. Educação Física e Construção Nacional (1932-1945). In: FERREIRA NETO, Amarílio (Org.). **Pesquisa Histórica na Educação Física Brasileira**. Vitória: UFES. Centro de Educação Física e Desportos, 1996.p.145-160.

BERGALLO, Carlos Heitor. A Indústria em Números. **ACAD**, Rio de Janeiro, n 18, p.16, mar. 2004.

BERTEVELO, Gilberto. Reconhecimento das academias na área da saúde. **REVISTA EF**, Rio de Janeiro, ano 5, n 16, p.23-24 jun 2005.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário europeu em crise. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 1998.

BOITO Júnior, Armando. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452-De 1º de Maio de 1943. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Art 5º. Brasília.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º e dá outras providencias. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 de agosto de 1971.

BRASIL. **Parecer nº 776, de 3 de dezembro de 1997**. Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Conselho Nacional de Educação, Brasília, 1997.

BRASIL. Lei nº 9.601, de 21 de janeiro de 1998. Dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 jan.1998.

BRASIL. Lei no 9.696, de 1º de setembro de 1998. Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 set.1998

BRASIL. **Resolução 013/99, de 29 de outubro de 1999.** Dispõe sobre o registro de não-graduados em Educação Física no CONFEF. Rio de Janeiro, out. 1999c. Disponível em <<http://www.confef.org.br>>, Acesso em 02/de dez de 2008.

BRASIL. **Resolução 045/02, de 18 de fevereiro de 2002.** Dispõe sobre o registro de não-graduados em Educação Física no sistema CONFEF/CREFs. Rio de Janeiro, Fev.2002 a. Disponível em <<http://www.confef.org.br>>, Acesso em 02 de dez de 2008

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 7, de 31 de Março de 2004.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação, Brasília, 2004b.

BRACHT, Valter. A criança que pratica esporte respeita as regras do jogo... capitalista. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v.7, n.2, p.62-8, 1986.

BRACHT, Valter. **Educação Física e aprendizagem social.** Porto Alegre: Magister, 1992.

BRACHT, Valter, A constituição das teorias pedagógicas da educação física. **Caderno Cedex**, n.48, p. 69-88, 1999.

BRIGHTON Group. O processo de trabalho capitalista In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Trabalho, educação e prática social:** por uma teoria da formação humana. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

BRUM, Edson, Em Primeiro Lugar. In: Revista da **ACAD**, Rio de Janeiro nº 25, p.14, mai/jun, 2005.

CAJADO, Cláudio e STEINHILBER, Jorge. Incondicional: Parlamentares se unem em torno do fomento à prática de atividades físicas. In: Revista da **ACAD**, Rio de Janeiro: n 16, p.24- 26 set, 2003.

CAPARROZ, Francisco Eduardo. **Entre a Educação Física na escola e a Educação Física da escola:** a Educação Física como componente curricular. Vitória: UFES, 1997.

Carta do Setor de Atividades Físicas aos Legisladores, In: www.fdatividadefisica.com.br.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta.** Campinas: Papirus, 1988.

CREF-1. Movimento contra o trabalho escravo nas academias. Movimento contra o trabalho escravo nas academias: lideranças se unem na luta por melhores condições de trabalho para os profissionais. **CREF-1** n 20, p. 6-7, 2º sem. 2008 Disponível em: http://www.cref1.org.br/img/jornal_cref/Jornal%2020.pdf. Acesso em 25 de outubro de 2008.

CREF-1. Operação supino. Movimento contra o trabalho escravo nas academias: lideranças se unem na luta por melhores condições de trabalho para os profissionais **CREF-1** n 20, p. 3, 2º sem. 2008 Disponível em: http://www.cref1.org.br/img/jornal_cref/Jornal%2020.pdf. Acesso em 25 de outubro de 2008.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital, São Paulo, Editora Xamã, 1996.**

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de Educação Física.** São Paulo: Cortez, 1992.

CORIAT, Benjamin. **Pensar pelo avesso.** Rio de Janeiro: Revan, 1994.

COSTA, Lamartine Pereira (org.). **Atlas do esporte no Brasil.** Rio de Janeiro: Shape, 2005.

CONTURSI, Ernani Bevilaqua. Grandes nomes valorizam a abertura dos trabalhos. **ACAD.** Rio de Janeiro, n20, p.20-21, jun. 2005.

CUSSET, François. O gerenciamento capitalista do corpo: o capitalismo avançado transformou a saúde individual em capital. Somos intimados a gerir esse patrimônio, a buscar sua ininterrupta otimização. Economistas, diretores de recursos humanos, terapeutas de programas de televisão, todos nos ensinam como cuidar de um corpo que já não nos pertence. In: *“Le Monde Diplomatique Brasil”*, (2008) p. 33-34.

DIAS, Graziany Penna. **Parâmetros Curriculares Nacionais e Novas Competências: possíveis mediações quanto ao papel da educação física na escola.** Monografia de Especialização. Juiz de Fora: UFJF, 2003.

ENGELS, Friederich e MARX Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

ENGELS, Friederich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: Ricardo Antunes (Org), **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels** São Paulo: Expressão Popular, p.13-34, 2004.

ENGELS, Friederich e MARX Karl **A Ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

ENGELS, Friedrich, MARX, Karl **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

FISCHER, Ernerst. **A Necessidade da Arte**. Rio, Zahar, 1981.

FITNESS BRASIL Gestores da ACAD participam ativamente do evento. **ACAD**. Rio de Janeiro, n 17, p.16-17, dez. 2003.

FRANCO, Maria Ciavatta. Formação profissional para o trabalho incerto: Um estudo comparativo Brasil, México e Itália. In. FRIOGOTTO, Gaudêncio. **Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de Final de Século: Vozes**, 2000. p. 99-137.

FRANCO, Maria. Ciavatta O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações. In: FRIOGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (orgs.). **Teoria e educação no labirinto do capital**. 2a ed., Petrópolis: Vozes, 2001. p.130-155.

FREIRE, João Batista. **Educação de corpo inteiro: teoria e prática da Educação Física**. São Paulo: Scipione, 1989.

FRIOGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola Improdutiva**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

FRIOGOTTO Gaudêncio. **Educação e crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1996.

FRIOGOTTO Gaudêncio. **O Enfoque da Dialética Materialista Histórica na Pesquisa Educacional**. In: FAZENDA, Ivani (org). Metodologia da pesquisa educacional. 6°. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis, v.19, n.1, p.71-87, jan./jun. 2001.

FRIOGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria, RAMOS, Marise. **A política de educação profissional no governo Lula: Um percurso histórico contravertido**. Disponível em: <http://www.cedes.incamp.br> 2005. Acesso em 24 de janeiro de 2008.

FRUGOLI, Rosa. Academia de ginástica: contemporaneidade, expressões corporais e sentidos. In: **A questão social no novo milênio**. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de ciências sociais, Coimbra, 2004. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/RosaFrugoli.pdf>. Acesso em 12 de fevereiro de 2008.

GAMBOA, Silvio Ancízar Sanchez. A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto. In: FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 2º ed. São Paulo: Cortez, 1991.

GALVÃO, Andréia. **Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil**. Campinas, Renavan, 2007.

GAYA, Adroaldo. Mas afinal, o que é Educação Física? **Movimento**. Porto Alegre, ano 1, n.1, p.29-34, set, 1994.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GENTILI, Pablo. Educar para o desemprego: A desintegração para promessa integradora. In. FRIOGOTTO, Gaudêncio. **Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de Final de Século**.: Vozes, 2000. p.76-99.

GIGANTE, **Fitness Business**, São Paulo, nº 21, p. 34-36, set. 2005.

GOELLNER. Silvana Vilodre. Jean-Jacques Rousseau e a educação do corpo. **Lecturas: Educación Física y Deportes**. Año 2, Nº 8. Buenos Aires. Diciembre, 1997
GAWRYSZEWSKI, Bruno. **CONFEEF**: organizador da mercantilização do campo da Educação Física. Dissertação (Mestrado em educação). Faculdade de educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Editora Loyola, 1992.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**. O breve século XX. –São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE. Pesquisa mensal do emprego. Série relatórios metodológicos. Rio de Janeiro, 2007 2ª Ed, v.23. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/srmpme_2ed.pdf. Acesso em 24 de novembro de 2008.

JAMESON, Frederic. **A cultura do dinheiro-globalização e estratégia política**. Petrópolis-RJ, Vozes, 2001. p.17-41.

JAMESON, Frederic. **Pós-Modernismo: A Lógica Cultura do Capitalismo Tardio**. São Paulo, 2002

JEBER, Leonardo José. **A Educação Física no Ensino Fundamental**: o lugar ocupado na hierarquia dos saberes escolares. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

LESSA Sérgio. **Trabalho imaterial, classe expandida e revolução passiva**. Publicado em crítica marxista vol, 15 p.107-126. São Paulo, 2002.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUNZ, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. Ijuí: Unijuí, 1994.

LIPOVETSKY, Gilles. **A Felicidade Paradoxal**: Ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo, trad; Maria Lúcia Machado, São Paulo: Companhia das letras, 2007.

LÖWY, Michael. **As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento – 5ª ed. – São Paulo: Cortez, 1994.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para a ontologia do ser social o trabalho**. Trad: prof, Ivo Tonet (UFAL). Roma: Riuniti, 1981.

MADRUGA, Djan. Nova diretoria é empossada em assembléia. **ACAD**. Rio de Janeiro, n 16, p.12-13, set. 2003.

MADRUGA, Djan. (entrevista) CONFED e ACAD unindo forças em favor da Educação Física. **ACAD**. Rio de Janeiro, n 20, p.14-17, mar. 2004.

MADRUGA, Djan. (entrevista) CONFED e ACAD unindo forças em favor da Educação Física. **REVISTA EF**. Rio de Janeiro, n 20, p.14-17, mar. 2004.

MADRUGA, Djan. Um ano de realizações. **ACAD**. Rio de Janeiro, n.21, p. 4, set-out/2004.

MARX, Karl. **Capítulo Inédito do Capital**. Publicações Escorpião, 1990.

MARX, Karl. **O Capital**: Para a Crítica da Economia Política. São Paulo: 2º Ed, 1995.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 1, v.1, 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 1, v.2, 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

MARX, Karl **Manuscrítos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MATSUDO, Victor. Entrevista Dr. Victor Matsudo (Agita São Paulo). **E.F – Educação Física**. Rio de Janeiro, ano 1, edição especial, p.31, ago., 2002.

MEDINA, João Paulo Subirá. **A educação física cuida do corpo... e “mente”**. Campinas: Papirus, 1983.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Trad. Sérgio Lessa e Paulo Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, István. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 27-44.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. Da Independência à Vitória da Ordem. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História Geral do Brasil**: ed.10. Rio de Janeiro, Campus, 1990. p.129-143.

MOVAPEF. **Movimento pela valorização do professor de educação física**: prestação de contas, 2008.

NASCIMENTO, Juarez Vieira do. O Fórum e as Diretrizes Curriculares. EF- Educação Física. Rio de Janeiro, ano 1, edição especial, p.11-14, ago.,2002.

NOZAKI, Hajime. **Educação Física e Reordenamento no Mundo do Trabalho**: Mediações da regulamentação da profissão. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

NOZAKI, Hajime Takeuchi e QUELHAS, Álvaro Azeredo de.. **Políticas neoliberais e as modificações na formação do professor de educação física: em defesa da politecnia**. In: SEMINÁRIO DA REDESTRADO, 2006, 6., Rio de Janeiro. Anais do VI Seminário da Rede Latino-americana de Estudos sobre Trabalho Docente - Rede ESTRADO. Rio de Janeiro : REDESTRADO. v. 1. p. 1-13.

OLIVEIRA, Vitor Marinho de. **O que é Educação Física**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

OLIVEIRA, Vitor Marinho de. **Educação física humanista**.São Paulo: Editora ao livro técnico. 1985.

PENNA, Adriana. **Sistema CONFEF/CREFs**: a expressão do projeto dominante de formação humana na educação física. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

POCHMAM Márcio. Economia brasileira hoje: seus principais problemas. In: LIMA, Júlio César França e NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Orgs). **Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006, p.109-131.

POCHMAM Márcio. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 59-73.

QUELHAS Álvaro Azeredo de. Do currículo mínimo às Diretrizes Curriculares Nacionais: 30 anos de licenciatura em educação física na UFJF In: CUNHAJÚNIOR, Carlos Fernando Ferreira da, MARTIN, Edna Ribeiro Hernandez, ZACARIAS, Lídia dos Santos (org.). **Educação Física: narrativas e memórias em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: UFJF, 2003. p. 49-70.

RODRIGUES, José. **O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria**. Campinas, SP: Autores Associados. 1998.

RODRIGUES, Eduardo Consenza. Pergunta ao Presidente. **CREF-1** n 20, p. 6-7, 2º sem. 2008. Disponível em http://www.cref1.org.br/img/jornal_cref/Jornal%2020.pdf. Acesso em 25 de outubro de 2008.

SADER, Emir. Depois do neoliberalismo. In: **Correio da cidadania**, s/d.

SANTOS, Marcelo da Silva. **Reordenamento do mundo do trabalho e pedagogia das competências: implicações para a educação física escolar**. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**. Campinas: Autores Associados, 1991.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SCHIEHLL, Paulo Eduardo. **Classificação dos Exercícios do M Fit a partir de Parâmetros relativos ao impacto**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. Conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. (4ª ed.). Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, Ana Márcia. **Corpo, Ciência e Mercado: reflexões acerca da gestação de um arquétipo de felicidade**. Florianópolis: Autores associados, 2001.

SOARES, Carmem Lúcia **Educação física: raízes européias e Brasil**. Campinas: Autores Associados, 1994.

STEINHILBER, Jorge. **Profissional de educação física existe**. Rio de Janeiro: Sprint, 1996.

TANI, Go, et. al. **Educação Física escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista**. São Paulo: EDUSP, 1988.

VASOPOLLO, Luciano. Trabalho atípico e a precariedade elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós- fordista. In: ANTUNES, Ricardo (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2007, p.44-57.

ANEXO I

Roteiro de entrevista

ROTEIRO DE ENTREVISTA

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO:

Nome:

- 1) Data de nascimento:
- 2) Sexo:
- 3) Quantos anos você tem de formado?

CONDIÇÕES OBJETIVAS DE TRABALHO:

- 4) Você trabalha em que academia? Ou não trabalha mais nesse local?
- 5) Se a resposta for negativa porque não trabalha mais em academias?
- 6) Descreva o seu dia de trabalho
- 7) Em quantos locais você trabalha?
- 8) Quantos anos você trabalha no mesmo local (is)?
- 9) Indique as horas de trabalho por dia e os dias de trabalho na semana
- 10) Quais são as pausas que existem durante a jornada de trabalho?
- 11) Descreva as condições higiênicas da academia trabalhada: Dimensões dos diversos locais e lugar destinado a cada professor; ventilação, temperatura; condições em que se encontram os sanitários; limpeza em geral; altura do som e etc.
- 12) Quantas modalidades diferentes você ministra em uma mesma academia?
- 13) Você é um profissional autônomo possui carteira assinada ou é sócio (a) da academia?
- 14) Em que circunstâncias se tornou sócio (a)?
- 15) Se for sócio ou sócia qual a percentagem de cotas que você possui na academia?
- 16) Quais as condições estipuladas para dispensa ou para o abandono do trabalho?
- 17) Em caso de infração de contrato, por parte do patrão, em que penalidade incorre ele?
- 18) Em caso de infração do contrato de trabalho por sua parte que infração você incorre?
- 19) Você necessita de alguma condução para chegar ao seu local de trabalho?

20) Os trabalhadores da academia comem a intervalos determinados ou irregularmente?

CONDIÇÕES DE TRABALHO NO QUE SE REFERE ÀS LEIS TRABALHISTAS:

21) Caso possua carteira assinada, a mesma é assinada com valor correspondente ao valor recebido ou um valor inferior?

22) Sua remuneração é por aula dada ou pelo mês trabalhado?

23) Você possui férias remuneradas ou não? E descanso semanal remunerado?

24) Que tempo investe você para transladar-se à academia e voltar para sua casa?

25) Em caso afirmativo a academia arca ou ajuda com o ônus decorrente do transporte?

26) Em caso de acidente de trabalho, está o patrão legalmente obrigado a indenizar o professor ou a sua família?

27) Isso já ocorreu alguma vez? Como o patrão procedeu

28) Em caso de doença e/ou licença maternidade sua remuneração é garantida? A academia se responsabiliza por arrumar outro professor para substituí-lo (a) no período do seu afastamento?

PROBLEMAS DE SAÚDE OCACIONADOS EM DECORRÊNCIA DO TRABALHO

29) Você já teve e/ ou tem algum problema de saúde decorrente do seu trabalho?

30) Em caso afirmativo a academia arcou com o ônus financeiro decorrente do problema ou não?

31) Já necessitou e/ou necessita utilizar algum tipo de substância química para conseguir trabalhar?

RELAÇÃO DO TRABALHADOR COM O SEU TRABALHO.

32) Qual é a sua relação com o seu próprio trabalho?

33) Como você se sente realizando este tipo de trabalho?

34) Você é registrado em algum órgão ou entidade? Qual a interferência desse no seu trabalho?

ANEXO II

Transcrição das entrevistas

TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

- 1) Nome: Vitor
- 2) Data de nascimento: 28/03/1981
- 3) Tempo de Formado: 2 anos.
- 4) [academia] A. [Você já trabalhou em outra academia, qual?] Sim. B, C, D, E, F.
- 5) Questão de concentrar tudo em um só lugar, questão de horário, questão de valor, (pausa) salário, e em alguns casos a política de (pausa) estrutura administração... não me satisfazia. [As maiores academias que você citou, a E a C.e a D, essas academias tem algum motivo especial para você ter deixado de trabalhar nelas?] Não, a D e a E fecharam, outras eu sai por conta da remuneração.
- 6) 2°, 4° e 6° eu dou aula direto, de manhã, com intervalo de 10 minutos entre 2 aulas. Na 3° e 5° a mesma coisa de manhã. E à noite quatro aulas, são duas aulas, intervalo de 10 minutos e as outras duas aulas.
- 7) Agora só na [academia] A
- 8) 2anos.
- 9) [respondido na pergunta nº 6]
- 10) Quatro aulas, 2°, 4° e 6° e 8 aulas 3° e 5°
- 11) Todas as condições são boas e me satisfazem.
- 12) Só natação.
- 13) Carteira assinada. Não, [é sócio] (pausa) ainda não. Risos
- 14) [O interlocutor não é sócio da academia em que trabalha.]
- 15) [Idem.]

16), 17) e 18).(Grande pausa) Ah! O contrato meu de trabalho é um contrato da CLT normal, para sair tem um prazo de 30 dias, tem que pagar aviso prévio. Da mesma forma é o dono, o empregador. Então, o que rege o meu contrato é a CLT.

19) Sim, vou de carro.

20) É garantido.

21) Não, um valor a baixo.

22) Por aula.

23) Sim, (risos), ainda não tirei não, mas tem. Sábado e domingo, não é remunerado, por não ter aula né, na verdade eu ganho pela aula, durante a semana então, mas eu não dou aula sábado e domingo.

24) Uns 15 minutos.

25) É garantido.

26) Não, não tenho conhecimento disso.

27) Não.

28) Por atestado, sim. Algumas vezes sim, outras, eu tenho que indicar.

29) Não.

30) Não teve problemas de saúde em decorrência do trabalho.

31 e 32) Não, eu gosto, estou satisfeito (pausa) só que é uma coisa que eu não tenho condições de crescer. Para eu crescer tem que ser fora daqui. É a única coisa que não me faz ficar 100% satisfeito com o meu trabalho.

34) Não sou registrado justamente por não haver interferência pública na profissão do professor de Educação Física Apesar de não ser registrado, não vejo relação alguma no empenho das melhoras de condições de trabalho e também na qualificação profissional.

Observação: A entrevista foi realizada na própria academia, durante uma aula. No final da aula o professor deixou os alunos brincando na piscina e concedeu a entrevista, no espaço destinado aos professores e alunos menores de 8 anos. A entrevista ocupou, também, o tempo do intervalo. A primeira pergunta realizada pelo entrevistado foi se a entrevista demoraria mais de 10 minutos. Eu não conhecia a academia, mas a mesma é grande, possui inúmeras modalidades, e uma ótima aparelhagem.

Nome: Olga

- 1) Feminino
- 2) 25/02/1986
- 3) [se forma] agora em julho.
- 4) [academia] G.
- 5) [Não trabalhou em outra academia, apenas na filial dessa mesma. Sendo assim, a pergunta não se aplica]
- 6) Olha eu vou mais na parte da tarde né! Á tardinha, ai eu vou dou minha aula de step, depois eu dou uma de abdominal e depois o jump e volto para casa à noite.

7) ...[Trabalha apenas nessa academia]

8) ...Tem um ano e sete meses.

9) ... Quando era nas duas, era 2° e 4° na Av. Brasil e 3° e 5° aqui. Só que aí agora é só 3° e 5°.

10) ... Não,[tem pausa] as três seguidas.

11)... Sei. É... são três andares de academia sendo que dois deles, não um deles é de só de aparelho de musculação o outro é sala de spinning , no segundo andar tem sala de spinning e um salão onde os alunos fazem alongamento, abdominal quando faz individual e o terceiro andar é o salão de ginástica e lá é bem grande, assim estrutura muito boa, limpeza também é boa, nunca vi, assim sujeira, essas coisas temperatura da piscina eu não sei quanto que é ao certo porque eu nunca dei aula lá, se eu não me engano 19 graus, e, ventilação precária (risos) e qual que era o último? [O som, altura do som.] Eles falam negócio de 80 decibéis, mas a gente mesmo que é professor não sabe nem quanto que é isso. Então a gente coloca o que a gente acha que não está nem muito alto e nem muito baixo. [E o som ele incomoda ou não?] Não, não me incomoda, até porque por as minhas aulas serem agitadas, tirando o abdominal que é mais tranquilo as outras aulas são tudo agitada, então o som para mim é um aliado, né na hora de dá aula. [Ele prejudica você dá aula em relação à voz?] Não, ele não me prejudicava até certo ponto. Porque no começo quando eu tava colocando ele um pouco mais alto, que tava acontecendo, e eu tava gritando muito, aí eu tive problema na corda vocal, tive... tava começando a formar uma calosidade, aí a fonoaudióloga me receitou algumas coisas para eu melhorar a voz, que era comer maçã todos os dias tomar muita água, não gritar. Ela pediu para eu pedir a dona da academia para colocar microfone. Só que isso é impossível, né!! Primeiro porque ela não dá muito estímulo para a gente trabalhar e segundo porque (pequena pausa) para ela sairia mais caro, então ela não ia colocar o microfone e até para mim mesmo na hora de dá aula, a de M pelo menos que eu fico pulando o microfone sai do lugar aí então não tem jeito, aí..., mas só deu diminuir essas coisas, que eram (pequena pausa), tomar mais água, já adiantou bem e eu deixei o som mais baixo para não precisar,

12) Step, jump e abdominal.

13) Não, lá eu tive um contrato quando eu comecei a fazer estágio lá, eu tinha um contrato que falava que não ia ser remunerado, e tal... porque eu estava acompanhando outro professor aí eu ficar três meses se eles precisassem, aí ia estender o tempo, mas quando eu tava com um mês o professor pediu para eu substituir ele, com um mês de estágio, aí eu substitui ele umas três aulas direto, aí depois ele foi, precisou faltar de novo, eu substitui mais uma e tal, e depois ele saiu da academia, quando eu tinha dois meses de estágio, aí ele saiu, então com a saída dele ela me chamou para ficar no lugar dele, que ele me indicou e tal, só que não teve nada em questão de contrato, não mudou em nada, não teve nada assim ele só combinou comigo o valor da aula que seria R\$ 5,00 a hora a única coisa que ela combinou, mesmo assim de boca, não foi assinado nada, não teve nada e inclusive agora eu até pedi para sair de lá to esperando só ela arrumar professor porque, como eu vou formar agora para mim não está dando mais o tanto que ela está pagando e eu dou pouca aula aí eu to... ta muito difícil. Ela tinha falado uma vez que como o pessoal lá gosta de mim, ela gostou da minha forma de dá aula ela tinha falado que ia querer que eu ficasse depois, só que ela não dá, como eu te falei o salário lá não compensa, tento lá como em outras academias, hoje em dia não está compensado não Então por isso que eu não vou ficar, inclusive quando eu falei agora que ia sair ele me ofereceu, na outra, na avenida Brasil, ela me ofereceu para eu pegar o dia inteiro para dá aula e para mim não dá, porque o preço que ela paga.

14)[Não é sócia]

15)[Idem]

16,17 e 18) ...Eu não sei, no máximo ela vai falar comigo mais no verbal mesmo, ela vai falar bastante na minha cabeça, mas acontecer alguma coisa no máximo ela vai falar pra eu não ir mais e arrumar outra pessoa, mas com o tanto que ela paga é meio difícil dela conseguir outra pessoa e o máximo que pode acontecer é isso. Apesar de que quando eu passei mal, que eu tive pneumonia eu fiquei uma semana sem ir aí ela falou que as

alunas estavam reclamando, as alunas no caso não estavam reclamando, quem estava reclamando era ela. Querendo que eu voltasse a ir

19) Não.

20) Não.

21) ... [Não possui carteira assinada]

22) Remuneração por aula dada.

23) Não. Se eu quisesse tirar férias, ou alguma coisa do tipo é eu tinha que arrumar alguém pra me substituir pra eu poder [Mas aí no caso, você que deve pagar outra pessoa para te substituir?] Eu que pagaria a pessoa, a não ser que fosse alguém, algum dos funcionários da academia daqui ou da Av. Brasil, ou do São Pedro que aí ele anotava direto na folha, fora isso eu que pagaria. Descanso semanal, não.

24) [Mora próximo a academia]

25) Remunerava,[quando trabalhou na filial da academia em que trabalha] mas aí era o seguinte: eu daqui para a Av Brasil eu gasto duas passagens, eu gasto 4 de ida e volta, né, ela me dava duas.

26). Não.

27) Não, graças a Deus, não.

28) Nem isso, nem feriado, nem se eu tivesse passado mal e faltado igual essa vez [da pneumonia], não nunca recebi. É como se eu fosse uma autônoma eu vou lá dou minha aula, eu assino e tenho o dinheiro. Não vou, não dei aula. [Mas aí essa uma semana que você teve pneumonia que você ficou sem trabalhar ela te remunerou ou não?] Nem isso, nem feriado, nem se eu tivesse passado mal e faltado igual essa vez, não nunca recebi. É como se eu fosse uma autônoma eu vou lá dou minha aula, eu assino e tenho o dinheiro.

Não vou, não dei aula ... Há não ser que eu vou e as alunas não forem aí eu recebo a aula porque que estou lá, fora isso não. [Ah, Ta! Então na verdade você não tem licença saúde né?] Não!!!! (ênfase) [Não aconteceu com você, mas no caso, também não deve ter nem licença maternidade?] Não!!! Há não ser que trabalha lá que é professor formado. [E são muitos estagiários?] Tem uns três professores que vão lá e ficam algum período, mas o resto é tudo estagiário, musculação então, só tem um professor, as outras duas de ginástica, o resto é tudo estagiário, tanto aqui quanto na da Av. Brasil.

29) ...Não tirando essa alteração na voz não tive nada não, porque quando deu esse negócio na voz, teve um dia que ela parou de vez, que eu fiquei sem falar, mas fora isso não. [A academia ela arcou com o ônus?]

30).....Não.

31)Não

32e 33) Eu gosto, eu adoro dá aula lá, tanto que eu gosto que eu fico lá mesmo assim, passando por cima do que eu ganho .. e tal porque as vezes a dona da academia cobra demais não auxilia a gente, se a gente liga, para pedir alguma coisa para incrementar a aula mesmo, sabe ela não resolve e tal, então justamente eu passo por cima disso porque eu gosto de dá aula lá, mas a minha... eu não quero ficar, eu prefiro escola do que academia, mas eu gosto, eu gosto de dá aula, eu gosto de coisa assim barulhenta igual são as minhas aulas.Eu só não gosto de musculação essas coisas, mas as modalidades que eu dou lá eu adoro.

A partir daqui transcrevo outras perguntas formuladas por mim e respondidas pela entrevistada.

Você está formando em licenciatura? Na academia te questionaram em relação a isso?

Não.

Você apresentou algum papel para começar a ministrar aulas nessa academia?

Cheguei e pedi estágio, aí eles me deram um formulário para preencher aí nesse formulário tava perguntado em que período eu estava e...

Qual período que foi que você começou a fazer estágio?

No terceiro. Ai eles estavam perguntando as matérias que eu já tinha tido, coisas assim, tinha umas matéria lá para eu marcar um x em qual eu á tinha passado.

Obs: Entrevista realizada na casa da entrevistada. Após o término da entrevista ainda ficamos conversando por mais um tempo e ela, que também é manicure disse que em academia não trabalha mais, que prefere fazer unha o resto da vida. Chegou a brincar dizendo que se tornará uma manicure de luxo, pois terá curso superior.

Não ficou claro durante a entrevista, mas a remuneração da entrevistada era de R\$ 5,00 a hora e não a hora/aula, sendo assim nas aulas de abdominal, por exemplo, que são de 30 minutos, a professora recebia apenas R\$ 2,50 . Ela ainda relatou que após o mês de trabalho recebia a quantia de R\$ 50,00. Caso algum feriado caísse no seu dia de trabalho a quantia diminuía ainda mais. Citou algumas outras academias da cidade, que ela conhece e disse que a as condições de trabalho se assemelham. Disse que a gota d'água para pedir o desligamento da academia, foi um problema com o som, no qual as alunas foram até a recepção da academia reclamar da falta de som em bom funcionamento. Ao saber do fato, a proprietária da academia chamou a atenção dela, dizendo que ela deveria ter contido as alunas e que necessitava de professores que vestiam a camisa da empresa. A entrevistada ainda é acadêmica, da faculdade Grambery.

Nome: Frida

- 1) Data de nascimento: 8/2/1975.
- 2) Sexo: Feminino
- 3) Eu formei no final de 2002, têm seis anos de formada, né.

- 4) H, ali no cascatinha e aqui na L.
- 5) [Já trabalhou em outra academia?]Trabalhar mesmo eu já trabalhei na [academia] J, já trabalhei na L academia. Eu acho que trabalhar... ah! E já trabalhei na M. [Porque você já fez muito estágio?] Sim, porém eu já fiz vários estágios em várias academias de nataçãõ, de nataçãõ quase todas elas eu passei por elas, assim coisa de 15 dias, 20 dias para substituiçãõ de professores, entãõ vocẽ acaba meio que fazendo um estágio com o pessoal que trabalha lá, né aprendendo alguma coisa. [Vocẽ substituiu muito?] Bastante!
- 6) Bom, é, eu começo mais ou menos às 7:00 horas da manhã nas academias trabalhando e paro mais ou menos 12:00 horas, e volto à trabalhar depois do almoço de 14:00 até umas 16:00, 16:00 eu paro e já fico por conta de casa.
- 7) [nessas duas academias]
- 8) É, em dois lugares eu continuo no mesmo lugar desde praticamente há cinco anos.
- 9) [Horários descritos na resposta nº 6]
- 10) [Idem]
- 11) Olha só, lá no cascatinha a gente acabou de sair de um lugar e a gente ta mudando para outro, entãõ é assim a gente está meio que em obras, né? Entãõ assim, eu trabalho só com a parte de musculaçãõ, entãõ por enquanto a gente não tem um espaço só para os professores, né, o som fica dividido entre, som do pessoal da esteira, som do pessoal da academia, mas é... dá para trabalhar tranqüilo. Agora aqui na [academia] I eu é legal, porque assim vocẽ já tem um local de lanche, uma cozinha para os professores, sempre tem alguma coisa para os professores comerem, né precisar de alguma coisa. A temperatura da água a gente sempre trabalha entre 30°, 31°, nunca menos do que isso é um lugar coberto, entãõ é nesse aspecto é legal, porque a gente sempre manteve quer dizer nunca teve problemas em relaçãõ a isso. Agora em relaçãõ à som a gente às vezes

passa umas certas raivas por causa de som mesmo, né a distribuição de som é bom, mas vira e mexe a gente sempre está com problema no som , então a gente sempre tem que trocar e acaba dando um pouco de problema na hora de dá aula mesmo , né. É. E em relação à altura do som e a sua voz à altura do som e a sua voz assim. Bom a gente, aqui na I, eu acho que o problema é um pouco maior porque dependendo da aula da turma, quando a turma é muito cheia o pessoal pede um som mais alto então o estresse que eu tenho realmente em forçar a voz para poder éee, mudar os exercícios, chamar a atenção dos alunos é muito maior porque eu trabalho todos os dias, então tem uma turma que é bem menorzinha tem três, quatro alunos é mais tranqüilo, agora a outra turma é bem puxado em relação a isso.

12) Eu trabalho com musculação, é e... hidroginástica, natação adulto e natação infantil e bebê.

13) Eu tenho carteira assinada nos dois lugares. Eu sou sócia lá da L academia, onde eu trabalhava, mas eu sai de lá já tem um tempo, mas eu ainda não rompi a sociedade, lá na academia ainda não, eu continuo sendo sócia , mas eu não to tendo vínculo de trabalho nenhum lá. [durante o período que ainda era estudante]. Não porque eu trabalhava mais em relação à substituição, então era o período que a professora estava de férias eu tava substituindo, agora, por exemplo, na J e na M, lá em Benfica, onde eu trabalhei mesmo, assim , sem vínculo empregatício eu trabalhei durante um ano, um ano e meio, mas se vínculo empregatício, lá eu sai por questões de depois de estágio na academia , eu tive que fazer estágio para a faculdade e a academia não era conveniada à Universidade. Eu trabalhava nelas, mas aí sem vínculo empregatício, trabalhava como professora, né, não era bem estagiária e eu precisava fazer estágio e as academias não eram vinculadas à Universidade aonde eu tive que correr atrás de outras academias para poder fazer o estágio.

14) Bom (pequena pausa) foi meio que na base do ou você continua trabalhando aqui como sócia ou você sai fora, né. Então eu tive que adquirir uma cota para poder continuar trabalhando se não eu não ia continuar trabalhando lá. [Você pagou por essa cota?] Paguei. [Qual é a percentagem?]

15) É de um à cem, a porcentagem era um por cento só.

16, 17 e 18) Não nas academias que eu trabalho atualmente eu tenho carteira assinada, então...Então, por exemplo, se eu precisar por eventualidade o médico me dá uma licença, ou um atestado eu posso apresentar e vim á sair, não tem problema. [Caso você quebre o contrato, o que acontece?] Pois é aí é que ta, por enquanto eu não sei muito bem o que vai acontecer não, mas assim já teve outros professores que saíram e eu acho que eles entraram num certo acordo com o diretor da clínica para poder serem mandados embora sem receber aqueles 40 % do fundo de garantia, alguma coisa assim.

19) Na [academia] I, não, mas na H eu gastaria pelo menos dois vales para ir e voltar.

20) Geralmente é... lá no cascatinha não tem esse problema não eu posso lanchar se eu tiver um intervalinho de um teste de carga para o outro eu consigo fazer um lanche que não tem problema. Aqui na I os dias que eu dou aula de nataçãõ para criança eu fico mais presa dentro da água fica complicado sair para lanchar, mas no período da tarde é tranqüilo, porque é uma hora e meia só de trabalho, então é rapidinho.

21) Olha só, Lá [academia] H a minha carteira é assinada com valor menor do meu salário, eu recebo por fora um extra. Agora aqui na I eu recebo aquilo que ta assinado na carteira. Mas eu te garanto que é um valor pequeno.

22) Pelo mês trabalhado.

23) (Risos) Olha, lá no cascatinha eu recebo minhas férias remuneradas, eu não tive problema nenhum agora na I eu vim entrar neste contrato de carteira assinada legal mesmo no certo mesmo do jeito que a lei trabalhista é fala ...só esse ano, então esse ano que eu vou passar a ter a 1º férias remunerada aqui na I. Até porque naquela época, no ano passado eu ganhava mais por fora, também. Com isso eu assinava férias décimo-terceiro e a academia não se responsabilizava por essas coisas.

[descanso semanal] Que eu saiba não.

- 24) Dois minutos to lá. [na outra academia] Há eu demoro uns 25 minutos. Por aí porque eu saio daqui e ainda vou até a Independência para pegar um ônibus, né.
- 25) Não.
- 26) Eu acredito que sim, mas isso nunca aconteceu comigo.
- 27) [Foi respondido na pergunta anterior.]
- 28) É garantida. Sou eu que tenho que correr atrás disso.
- 29) Já tive, no começo, quando eu trabalhei na [Academia] I eu comecei a trabalhar, eu comecei a ter muitas crises de sinusite e nada foi resolvido.
- 30) Não. Até porque naquela época, no ano passado eu ganhava mais, por fora também. Com isso eu assinava férias décimo terceiro e a academia não se responsabilizava por essas coisas. [Ah, ta. Então você acabava assinando férias e décimo terceiro sem receber, né?] Sem receber, para receber mais pela aula.
- 31) Não, não.
- 32 e 33) Eu vou te falar sinceramente, eu gosto muito, muito, mas eu acho que é ... pelo menos aqui na I me sinto um pouco desvalorizada em relação ao trabalho que a gente faz, entendeu? Ao trabalho que a gente faz ao valor que a agente recebe, né então é um pouco meio que a gente faz, faz, faz e as pessoas parecem que não reconhecem muito o que a gente faz, pelo local de trabalho.
- 34) Olha eu sou registrada no CREF desde que me formei. Foi um pouco dos dois quis me registrar e também foi exigido o meu registro nos locais que trabalhava, pois foi me passado que o CREF estava multando as academias onde os funcionários da área de Educação Física não fossem registrados no CREF. Caso não fizesse o registro perderia o emprego. Agora em relação à entidade com meu trabalho, desculpe a grosseria, o CREF é uma porcaria, afinal das contas pago CREF e até hoje não tenho carteirinha, eles são muito bons para multar e cobrar dinheiro, mas não fazem nada em relação a exploração que ocorre com o profissional da área de Educação Física nas academias.

Em outras entidades se você precisar de um advogado para resolver algum problema você ainda consegue é o caso das entidades de advogados e médicos.

A partir daqui transcrevo outras perguntas formuladas por mim e respondidas pela entrevistada.

Você já deu aula de step?

Cheguei a dá logo no começo quando eu ainda tava na faculdade, logo depois que eu sai da faculdade, mas a sobrecarga de uma aula de step de M de tai boo é muito maior, eu ficava exausta, a gente não agüentava o pique não.

Obs: Entrevista concedida na casa da interlocutora. Após o término da entrevista, a mesma disse que, na academia I, recebe R\$ 6,00 hora/aula, no entanto sua carteira de trabalho é assinada por R\$ 3,00. Na H, a princípio, a entrevistada recebia R\$ 6,00 hora/aula, mas não possuía nenhum direito trabalhista, inclusive a sua carteira não era assinada. Como engravidou e necessitou tirar licença maternidade, fez um acordo com a academia. Teve a redução de 50% na sua remuneração e a sua carteira foi assinada, garantindo-lhe os direitos trabalhistas. O mesmo valor recebido pela professora é assinado na sua carteira.

A interlocutora possui pós-graduação na área de treinamento desportivo.

Nome: Rosa

- 2) Data de nascimento: 1978
- 3) Sexo: Feminino
- 4) Me formei em 2002... 6 anos
- 5) Não trabalho mais neste local. [Quais academias você já trabalhou?] N, O, P. O custo benefício não compensava. Eu saia. Por isso mesmo, o custo benefício não

compensava, aparecia uma oportunidade melhor eu trocava. No início eu pegava qualquer coisa não podia escolher, mas depois que eu pude escolher eu trocava pela academia que estava compensando mais.

6) I!!! cheguei à dá 10 aulas no mesmo dia. Não era [todo dia] era alternado, não dava para agüentar todo dia.

7) Hoje eu trabalho em escola.

8) A academia que eu mais trabalhei foi na, N 4 anos. [E nas outras academias?] 2 anos na O [E nas outras?] Pouco tempo, aparecia uma melhor eu trocava.

9) [A entrevistada não trabalha mais neste local e disse que chegou a dar 10 aulas no mesmo dia, mas não em todos os dia na semana, pois de acordo com ela, não era possível conseguir ministrar este número de aulas todos os dias na semana.]

10) Dependia das aulas que eu dava, as vezes trabalhava de 7 às 13:00 horas tinha uma hora de almoço, voltava á noite.

11) As salas de ginástica são muito pequenas um calor danado, tem ventilador, mas em lugar quente o ar também é quente, não tem lugar destinado á cada professor, o som é horrível, sempre muito alto, isso incomoda muito, pois a gente tem que gritar para conseguir dá aula. Isso prejudica muito a voz. Além da péssima qualidade dos aparelhos, a gente tem que ficar fazendo cd,s toda hora para poder dá aula. É aquela barulhada na academia, música alta, professor gritando, aluno falando, não tem um minuto de paz, de sossego, dentro da academia. Nas salas de ginástica, não tem uma cadeira para o professor sentar, se ele de 10 aulas direto, ele tem que ficar 10 horas sem sentar, em pé. Na musculação o espaço é maior, mais ventilado e tem uma mesa para o professor, mesmo assim, não é um espaço bom.

12) Já cheguei a trabalhar com step, jump, musculação, personal, avaliação física, local, abdominal, spinning. Isso.

- 13) Nas academias que eu trabalhei, eu tive carteira assinada, com um valor irrisório, mas era carteira assinada. Não cheguei a ser sócia, não.
- 14) [Não foi sócia de nenhuma academia]
- 15) [Idem]
- 16) Não, sempre sai quando eu quis a rotatividade, neste ambiente é muito grande é toda hora gente saindo e entrando, academia é assim mesmo.
- 17 e 18) Não foi como eu disse a rotatividade é muito grande. Eu sempre sai, porque eu quis, na última academia o patrão acabou me mandando embora, mas foi porque eu quis, nós fomos lá, no sindicato patronal fizemos o acordo e eu fui dispensada.
- 19) Sempre necessitei, em todas as academias.
- 20) Não, não tem pausa para lanche, e se alguém quiser comer tem que ser dentro do banheiro, porque não tem lugar para lanche, não.
- 21) Sempre possuí carteira assinada, mas com valor inferior, sempre.
- 22) Por aula dada.
- 23) Férias remuneradas sim, mas descanso semanal, não era por aula dada, né.
- 24) Eu demorava, porque tinha que pegar ônibus, eu perdia muito tempo foi por isso que eu comprei a moto, para ter mais facilidade de deslocamento. Se não eu não conseguia pegar bastante academia, por causa do tempo.
- 25) Não, nunca arcou, eu sempre paguei.

26) Não.

27) Eu já sofri um acidente de trabalho. Cai do step fui socorrida na hora, mas depois que melhorei um pouco fui para o hospital sozinha, pois não tinha ninguém na academia que pudesse ir comigo. Eu não recebi nenhuma indenização. Não foi coisa muita séria não. Tirei licença e foi remunerada.

28) Em caso de saúde ou maternidade sim. A academia se responsabiliza para arrumar outra pessoa sim, mas é sempre aquela chateação, porque está faltando? tem necessidade mesmo? É sempre aquela coisa. É uma pressão.

29) Tenho problemas no joelho em decorrência do trabalho, muitas aulas de step, jump.

30) Não, de jeito nenhum.

31) Não isso não.

32 e 33) Eu trabalhei em academia temporariamente, enquanto eu não arrumava outra coisa. O trabalho na academia é assim quando você está rendendo produzindo para academia você é excelente professor, você começou a questionar atrapalhar alguma coisa você já não serve mais. E tem essa rotatividade assim também, você não consegue trabalhar, por exemplo, eu comecei a dar aula de step e M eu não consegui permanecer muito tempo, né porque, gasta tempo para elaborar aula a execução da aula é cansativa e a remuneração é péssima, então assim você se sente mal valorizada, assim seu trabalho por melhor que seja é sempre trocado por de um estagiário que é mais barato, né, então assim eu não tinha muita identidade com o meu trabalho, também não, porque não era o que eu queria era temporário mesmo.

Na academia é assim: costume dizer, você tem que ser BBB Boa, Bonita e Barata se não, não serve para a academia.

34) No CREF, fui obrigada pela academia a me filiar no CREF, porque na época eu trabalhava na academia e não ia poder continuar trabalhando se eu não tivesse me

filiado. Na época eu já era contra, não queria me filiar, mas era uma condição imposta pelo meu patrão na época eu não vejo benefício nenhum, assim para mim não há vantagem nenhuma é só exploração né, de forma financeira. Na época nem existia fiscal, hoje em dia o fiscal costuma a ir na academia, mas só para vê se está pagando. Ele não que vê condições de trabalho, se a carteira esta assinada aí quando você questiona ele em relação a isto ele fala que é função do sindicato. Então eu não vejo nenhuma função neste órgão, regulador.

A partir daqui transcrevo outras perguntas formuladas por mim e respondidas pela entrevistada.

Você chegou a trabalhar quando era estudante, ou não?

Cheguei, cheguei a trabalhar durante dois anos antes de formar.

Nome: Laura

- 1) Data de nascimento: 14/11/1976
- 2) Sexo: Feminino
- 3) 8.
- 4) Atualmente é na [academia] J [Apenas na J?]. Agora é só. (Risos) academia P, academia Q, Academia N, academia R, D e E.(pausa, risos) que eu me lembre agora, só.
- 5) Primeiro, por propostas melhores e atualmente porque a proposta recebi a proposta de coordenadoria aqui na academia J.
- 6) [Que saber de horário, ou funções?] [Isso] Geralmente começa às 6:30hs , aí atualmente eu tenho horário de almoço, retorno às 14:00 hs e vou até às 22:00 hs.

- 7) Cinco.
- 8) Contando com a época de estágio são 13 anos. [Então antes de você formar você já fazia estágio aqui?] Antes de formar eu trabalhava.
- 9) [respondido na pergunta de nº 6]
- 10) Pausas... atualmente de 10hs às 11hs e de 12hs às 14:00 hs.
- 11) Aqui até que é legal a maioria do tempo eu fico na musculação, a musculação aqui é ampla, ventilada a sala de ginástica também é ampla ventilada, do spinning que pela atividade eu acho ela com pouca ventilação. Na [academia] Q tinha ventilação pequena, na sala de ginástica, mas na musculação era bem ampla, na [academia] P eles fizeram estrutura de gesso, na ginástica e apesar de ser enorme a sala ela fica bem aquecida durante o verão e as outras eram normais. Mas Juiz de Fora é tranquilo né. (temperatura)
- 12) Spining, ginástica localizada, fit ball, jump, musculação e personal. Seis. Mais a coordenação, sete.
- 13) Posso carteira assinada. Sócia não. [Nas outras academias você também sempre possuiu carteira assinada.] Não. Só destas outras, umas cinco.
- 14) [Não é sócia.]
- 15) [Idem]
- 16, 17 e 18) Não (risos) eu seria demitida como em outras empresas, a não ser assim se fosse licença maternidade, licença médica aí a gente entra pelo INPS. Recebe um salário mínimo. Não há problemas maiores é só demissão mesmo.
- 19) Necessito.

20) Sim a cada 4 horas, institui agora depois que eu coordenadora, aí a cada 4 horas de trabalho, são de 15 à 20 minutos de intervalo para lanche.

21) Não e nem na mesma função eles assinam como instrutor de educação física, instrutor de atividades físicas. Aqui em Juiz de Fora eles criaram a associação das academias e todos eles assinam assim, não tem academia nenhuma em Juiz de Fora como professor de Educação Física. Ainda existe um sindicato dos instrutores de atividades físicas. E eles assinam por este sindicato. Provavelmente é por causa do piso salarial.

22) Depende da atividade a musculação é pelo mês trabalhado é um pacote e o spinning é por hora lecionada. [Se cair num feriado você recebe, ou não?] O Spinning, não, só a musculação, só o pacote.

23) Sim. [Descanso semanal] No pacote é né. Divide pelo meio, agora no spinning não, depende da atividade. Férias sim.

24) De carro. Porque eu venho de carro eu revento o vale transporte em combustível.

25) Arca. [nas outras] só a D e a E que garantiam. Era quantos vales transportes você necessitava para chegar. [E o dinheiro do vale cobre o combustível?] Cobre, porque daria R\$ 3,00 eu devo gastar menos de um litro para ir e voltar.

26) Está a gente tem seguro desde quando faz estágio aqui na academia J, desde quando estagiário tem um seguro. Acho que é R\$ 10.000 alguma coisa assim é ele paga alguma instituição para a indenização. [E nas outras academias você sabe?]

Na D e na E sim, nas outras não sei te informar. (Risos)

27) Sim, com uma professora antes de mim ela teve que fazer uma cirurgia do joelho, teve que ficar três meses afastada. Ela entrou pelo INPS mais o seguro da academia.

28) Até 15 dias de atestado médico a gente recebe como se estivesse trabalhando e licença maternidade, não sei ninguém ainda passou, mas provavelmente sim. [Esses 15 dias você recebe pela academia, né?] [Pela academia. Aí se passou de 15 entra pelo INPS.] [Aí recebe pelo INPS é um salário mínimo?] [É um salário mínimo.]

29) Em caso de doença sim.

30) I!!! (risos) Lesão nos dois joelhos, no ombro direito. (Risos) tenho afenda e um pólipso na corda vocal esquerda. Afenda nas duas e um pólipso na esquerda. Na época que eu fico afônica geralmente quando muda a estação que a umidade do ar diminui aí eu me afasto, tomo medicamento estava fazendo trabalho com fonoaudiólogo, só que o coisinha cara R\$ 40,00 a sessão. Aí eu já interrompi. [Sobre o uso de microfones]. Já tentamos, mas o equipamento é complicado, na aula de jump não há como pular, na hora de deslocar, na aula de local, então atualmente. [tratamento] Isso foi por minha conta.

31) Não. (risos)

32 e 33) Bem eu gosto muito do que eu faço. Então, eu sei que lógico a gente não é remunerado do jeito que merecia, mas muito do que eu faço é por paixão mesmo, eu gosto bastante.

34) CREF. É obrigatório. [Relação com o trabalho] Essa relação não existe né. Eles não fiscalizam, né porque o mínimo que eles deveriam estar fazendo era verificar se os professores são formados e qualificados para atividade. Eu em oito anos nunca vi acontecer.

Nome: Anita

1) Data de nascimento: 09/02/1985.

2) Sexo: feminino

- 3) 1 ano.
- 4) Na S academia, em Juiz de Fora. [Já trabalhou em alguma outra academia?] Já, Já na [academia O], no bairro Jardim Glória.
- 5) Peguei muitas aulas aqui e lá a remuneração era baixa.
- 6) È bem puxado, Tatiana, trabalho em média 10 horas por dia, no total da semana dão 53 horas.
- 7) [Trabalha apenas na academia S]
- 8) A academia inaugurou em fevereiro [2008] eu estou desde quando a academia abriu. [entrevista realizada em agosto]
- 9) [respondido na pergunta de nº6]
- 10) Eu tenho os horários de almoço que variam de 2 horas à 2 e ½ e entre uma aula e outra eu tenho ½ hora. Entre uma aula de spinning e para começar a musculação. Eu tenho 30 minutos, 30 minutos de manhã e 30 à tarde.
- 11) Olha a gente tenta deixar sempre o som ambiente, nunca muito alto só na parte da noite, porque o público pede, ta a gente aqui tem um refeitório dos professores, tem o banheiro só para os professores, então aqui assim não é abafado é claro é bem tranquilo o ambiente aqui para trabalhar eles pensaram bem na parte do bem estar dos profissionais, como retorno também né a parte mais de investimento em recursos humanos, para eles eu acho que reflete. Na aula de spinning eu já tive algum problema de som em outra academia. Aqui não porque eu tenho red fone. Então em relação a minha voz eu poupo, mas em relação á altura do som não, porque principalmente nas aulas durante à noite que já é um pessoal mais jovem que gosta de música alta e como o som é um fator motivacional, então influencia também isso a altura de repente fica, passa do

limite, né a gente fez até audiometria agora à pouco tempo, mas deu tudo certo e de 3 em 3 meses a gente vai fazer. [a audiometria é garantida pela academia.

12) Sou instrutora de musculação, Personal Training, e professora de Bike in Door. Olha Bike in door são 17 por semana e musculação 20 por semana e o restante eu completo como personal. Na academia 37 e o resto eu completo com personal, também na academia.

13) Carteira assinada. [sócia] Não. [Na outra academia a sua carteira de trabalho foi assinada?] Não.

14) [Não é sócia.]

15) [Idem]

16, 17 e 18) Se eu pedir dispensa eu tenho que pagar a hora aula pelo professor que vai me substituir. Mesma coisa se eu abandonar, você diz assim se eu faltar por algum motivo de saúde, você fala? [Não, se você abandonar o serviço mesmo. Por exemplo, você está aqui hoje dando aula e amanhã, você não vem mais, troca por outra academia, não quer mais trabalhar aqui.] Eu acho que eu tenho que dá um aviso prévio para ele se eu não der eu acho que tenho que pagar um salário mínimo, né mesma coisa que acontece, eu tenho fundo de garantia com eles, tudo certinho, eu também tenho que trabalhar sob aviso prévio se eu não trabalhar eu tenho que pagar um salário mínimo.

19) Não, eu moro na frente de onde eu trabalho. [Na outra academia você necessitava?] Sim. Eles me davam vale transporte só que preferia ir de bicicleta para economizar, porque a hora aula lá não compensava, tinha dia que eu ia de bicicleta e tinha dia que eu pegava ônibus.

20) Não, cada um faz o seu horário de lanche aqui.

21) Não, o valor é bem inferior ao que eu ganho. [Você sabe se é como professor de Educação Física ou instrutor de atividade física.] Professora.

22) Por aula dada.

23) Sim. [E é com o mesmo valor?] È as férias serão o seguinte: o que está na carteira é só simbólico, as férias e o décimo terceiro se referem ao que a gente recebe durante ao mês mesmo. [descanso semanal] Descanso semanal, como assim? [Sábado e domingo? Você recebe pelo sábado e domingo?] Não, porque alguns sábados e domingos a gente trabalha também, porque a academia abre de segunda a segunda, então a gente faz um rodízio com os instrutores, então esse mês, por exemplo, eu vou trabalhar dois finais de semana aí recebo a hora extra, o domingo certinho e no sábado normal. [E a hora extra no domingo é o dobro.] Não 1 e ½

24) [Mora em frente à academia.]

25) [respondido na pergunta de nº 19]

26) Provavelmente, porque aqui a parte burocrática da academia tem advogado, contador, administrador, então eu creio que sim, acidente de trabalho.

27) Não.

28) Sim. Mesmo valor que recebo. Eu arrumo a pessoa e a academia pega. [Por exemplo, a academia paga 15 dias licença e aí depois você tem entrar pelo INPS, aí a academia te paga por fora? Para poder chegar ao seu salário? [Você sabe informar isso?] Isso eu não sei.

29).... Só em relação à stress, já tive já, inclusive eu estou em uma fase stressante é bem puxado.

30) Não, mas eu só procuro descansar igual assim o período que eu posso não escutar música eu não escuto música. Igual agora, por exemplo, eu estou só com a televisão

ligada eu até pergunto aos alunos, da parte da tarde se tem algum problema o som ficar desligado, se não tem eu procuro não escutar música. Entendeu eu tenho que descansar o horário que eu tenho para dormir é reservado para mim desligo o celular, desligo tudo.

31) Não. Já tomei uma vez, mas não fez diferença, até porque eu tomo muito café, então assim eu acho que me ajuda. Eu nunca usei nenhum energético dermapro nada não.

32 e 33) Olha eu gosto muito do meu trabalho é uma coisa assim bem gratificante para mim, mas eu acho que a atividade física ainda tem que ter mais atenção a remuneração ainda é muito baixa. Agora que parece que o pessoal está tomando consciência da necessidade da atividade física, então a relação é ótima pena que o reconhecimento não é tão bom, principalmente para o professor de Educação Física. Da academia né.

34) O CREF, ainda não, porque eu estou achando um absurdo o valor do CREF R\$ 500 para quem é recém formado? Nem sempre a pessoa já arrumou um emprego para, né no meu caso foi R\$ 500 porque passou 3 meses da minha formatura, então eu pagar hoje R\$500 ou daqui um ano eu prefiro adiar isso para eu ter uma renda e depois eu poder pagar isso tudo. Atrasou 3 meses e quando passa 3 meses do tempo de formatura aí você paga esse acréscimo aí. Até o terceiro mês você paga R\$ 290 e poucos e aí passa os 3 meses você paga R\$ 495 . [Seu patrão ele pediu o seu registro?] Ainda não, até porque somos poucos que temos o registro aqui, porque todo mundo tem 1 e ½ 2 de formado.

Nome: Lenine.

- 1) Data de nascimento:26/12/1984
- 2) Sexo: Masculino
- 3) 1 ano e oito meses
- 4) Não trabalho mais, mas eu trabalhava na R academia

5) Passei no concurso para duas prefeituras de cidades próximas. Academia era só passageiro.

6) É eu pegava duas horas só por dia. Chegava geralmente já tinha avaliação marcada aí eu ficava meia hora a toa ia para a sala de avaliação, fazia avaliação, acompanhava aluno com a ficha nova ou então, não tinha avaliação marcada eu ficava na sala dando ajuda para os alunos que precisavam, é quando precisavam de alguma força em algum exercício, correção de exercício, acompanhamento, aferir frequência, um trabalho mais manual mesmo. Era isso mesmo que você perguntou.

7) De academia só na [academia] R. Eu trabalho em escolas, atualmente, em duas escolas. Na prefeitura municipal de São João Nepomuceno e na prefeitura Municipal de Chácara, na verdade são seis escolas, mas em dois municípios. Iii, é atualmente é isso, eu tava com personal até o mês passado, mas eu também larguei personal agora to só com escola.

8) Trabalhei um ano, sendo seis meses de estagiário e mais seis meses de professor. [Seu estágio era remunerado?] Meu estágio era, mas era pouca coisa era mais uma ajuda de custo, eu trabalhava. Eu trabalhava, acho que de 6 às 10, 2ª e 4ª e recebia coisa de R\$ 70.

9) [Respondido na pergunta de nº 6]

10) Eu podia fazer a minha pausa não era nada oficial não, mas normalmente, quando eu tava trabalhando, pedia para o estagiário ficar de olho ali na sala quando eu ia dentro do refeitório comer alguma coisa. Quando eu era estagiário era o contrário eu pedia o professor, o professor me liberava eu lanchava um negócio rapidinho e voltava, mas não era nada oficial não, a gente fazia meio que por fora mesmo.

11) Olha, Tati, a academia R é considerada uma das melhores de Juiz de Fora, então tipo assim ali quem malha é o pessoal normalmente que tem uma condição financeira melhor, então assim (...) muito bem ventilado, bastante janelas, limpeza um

rapaz limpando o tempo todo, tudo bem limpinho arrumadinho, né, o som, não vou falar que era alto, mas também não era baixo, fica um som o tempo todo no ambiente, né, mas o quê? Temperatura igual eu falei era bem ventilado, então não prejudicava a questão da temperatura, de muito calor.

12) Lá era só a sala de musculação, musculação e avaliação, né. [A academia é só avaliação e musculação?] Não lá tem spinning, aulas de ginástica, dança, essas coisas, mas a minha área era só na parte da musculação e avaliação.

13) É isso é complicado porque assim que eu formei eles vieram com a prerrogativa... não a gente vai te efetivar e tudo, o que, que a gente vai fazer... eu fiquei seis meses de estágio, aí assim que eu formei eles falaram assim a gente vai te efetivar sim, mas a gente vai fazer três meses é um acordo de pagar R\$ 5,00 hora/aula de pagamento, não assina carteira nem nada vão ser três meses de observação, mesmo depois do estágio, vão ser três meses de observação, ao assim pra ver seu desempenho e tudo, para depois desses três meses a gente assinar a sua carteira aí eu ficaria mais três meses de carteira assinada, coisa que acabou que não aconteceu, porque teve um monte de desencontro eu já tava para sair também, nem corri atrás disso, então acabou que eu trabalhei o tempo todo sem carteira assinada, mas enfim o que acontece com a maioria dos professores é isso, assina a carteira por R\$ 2,31 que é como instrutor de atividade física, é como era a pergunta? [A pergunta foi refeita.] É isso. E também trabalhei como autônomo, como, personal. [E como era o seu trabalho como personal? Você foi personal dentro da academia?] Sim dentro da academia. Em princípio eu recebia direto do aluno, era em torno de R\$ 25,00 R\$ 30,00 hora/aula, eu recebia direto deles, aí a partir de um tempo eles começou, veio da própria direção partir do próprio coordenador, da dona falar o seguinte: A partir de agora todo novo aluno que vocês tiverem 10% da hora/aula vai ser nosso tem repassar para a gente, mas aí depois disso eu não tive mais aluno novo, até surgiu a oportunidade, mas eu que não quis mais pegar, já tava querendo largar já é..., mas hoje em dia tá assim lá todo o personal que você tem depois dessa data que fixou 10% é da academia.

14) [Não é sócio.]

15) [Idem]

16,17 e 18) Não, eu abandonei já não tava agüentando mais. Não teve problema eu só falei que ia largar, porque tinha passado em concurso e não tinha como continuar, aí o coordenador da época chegou a fazer proposta de mudança de horário pra vê se eu continuava tudo só que aí eu falei que não tinha como, porque eu realmente já tava querendo ir embora e foi isso que aconteceu.

19) Não era do lado da minha casa.

20) Não é quando dá.

21) Não inferior é até engraçado assinariam nesse valor de instrutor de atividade física, que era R\$2,31 quando na verdade a minha hora/aula que eu recebia por fora era de R\$ 8,00 hora/aula prometeram que assim que eu fizesse especialização ia para R\$ 8,80 mais 10% . Porém, eu não sei como funciona isso se é uma brecha da CLT, não sei a contadora na época até me explicou é... eles assinavam como 10 horas semanais só, então era de 2ª a 6ª de 6 as 8 da manhã, madrugava tudo e a partir do momento que tem essa brecha de 10 horas semanais só meio que permite, eu recebia menos que o salário mínimo, tinha uma questão dessa e além de receber menos que o salário mínimo eu teria direito se eu não me engano eu teria direito a 15 ou 18 dias de férias no ano.

22) Aula dada, aula dada.

23) Sim, no caso eu ia ter férias remuneradas. Sábado e domingo que você fala?.[É.] Não de forma nenhuma, não era não.

24) [Mora ao lado da academia.]

25) Eles não garantem não com certeza.

26) Não, pô agora você me pegou eu não me lembro de ter assinado nada, de ter feito nenhum acordo com relação a isso. Não lembro, sinceramente.

27) Não.

28) Uai, risos, não chegou a acontecer esse caso, né de ficar doente, remuneração garantida, mas, o que acontece é o seguinte tudo era um pouco conversado. Acontecia muito de as vezes tinha algum compromisso, alguém tinha que me substituir eu ter que pagar essa pessoa pelo horário que eu saia. Em caso de doença eu não tenho como te afirmar. [Você que garantia o pagamento dessa pessoa? Era você que arrumava outro professor?] Isso, sim eu que tinha que ligar, correr para arrumar, porque é igual que eu te falo muita coisa eu não tenho muita clareza, porque muita coisa mesmo eles não deixam claro os seus direitos e aí você vai indagar e aí fica naquela de enrolar e eles não respondem.

29) Não.

30) [Não teve problemas de saúde em decorrência do trabalho]

31) Não.

32 e 33) Sinceramente eu não sentia muito, não posso nem falar que era o meu trabalho eu não chegava a vivenciar aquele momento, com os alunos tinha uma relação boa, um aluno ou outro às vezes era um pouco mais enjoado em termo de pressão como é um momento, também, as duas horas que eu ficava ali era um pouco tranquilo. Tinha um coordenador que o cara é realmente, muito autoritário até o cara meio soberbo, não sei nem a palavra que fala, gostava as vezes de fazer uma pressão no pessoal, tinha um caderninho que ele sempre anotava, as vezes deixava até mensagem indelicada, quando você não queria fazer alguma coisa do jeito que ele queria ou então quando ele queria reclamar. Tinha uma certa pressão da coordenação do coordenador né, que por sua vez era pressionado pela dona, mas igual eu falei a primeira oportunidade de sai que eu tive eu sai. Igual eu falei não tinha na verdade função social no meu trabalho chegava lá ficava ajudando um aqui levantando peso, outro ali e via assim que qual o meu papel? Totalmente descartável, eu acho que é isso.

34) Sou registrado no Conselho Federal de Educação Física, (risos) por obrigação deles, quando eu fui assumir o cara da academia falou se você quiser assumir, você quiser assumir, você tem que fazer o conselho é hoje e eu como tava pra formar precisava de emprego ai falei, vou fazer, né e só porque eu não sou registrado no sindicato das duas prefeituras em que eu trabalho, uma que não tem, e, pois eu não tenho tempo eu dou a minha aula lá em Chácara não existe sindicato pelo que eu fiquei sabendo todas as movimentações que tentariam abrir algum sindicato lá foram esmagadas e muita gente acabou deixando de lado e quando se fala em sindicato lá o pessoal até treme nas bases e fala assim que isso você é doido fica falando essas coisas assim de paralisação sei o que lá. Em São João realmente eu não participo porque eu não tenho tempo eu vou em São João dou a minha aula e volto, não tenho tempo de ficar lá. E eu parto do pressuposto que é o seguinte, tá bom se eu tivesse contribuído com o sindicato, mas eu tivesse a oportunidade de tá contribuindo com o sindicato beleza, agora a partir do momento que eu vou contribuir com o sindicato beleza, mas não participo de nada eu vou ta sendo conivente com tudo que eles andam fazendo eu não vou ta tentando travar a luta, então lá eu prefiro não ta me filiando ao sindicato de São João. A interferência direta é só que eles tiram um dinheiro meu por ano, né, no meu trabalho né eles tiram uma grana aí de anuidade é e eu vejo pressão em outros trabalhadores, chegou uma época lá uma das fiscais, chegaram aí quando eu era estagiária ainda e obrigaram um professor a pagar todas as anuidades que estavam atrasadas e tudo, obrigaram não, falaram com a academia que ele tinha que se regularizar e a academia começou a fazer pressão no profissional, no professor lá e assim causa aquele clima de ameaça né, tudo agora comigo realmente é um conselho que só pega o meu dinheiro e pô eu acho que é isso, na minha vivencia ali, lógico que eu sei que tem muito mais coisa por trás disso, mas o que eu vi ali concreto que acontecia comigo era isso.

Nome: Helena

- 1) Data de nascimento 26/12/1978
- 2) Sexo: Feminino

3) 3 e ½

4) V academia. Trabalhei na U.

5) Lá eles, desde que eu entrei lá o valor da hora/aula era muito abaixo do que o que eu tava recebendo aqui na V. É da V eu já não achava que era boa, mas assim pelo menos ta assim nos nível das academias. Aí eu já entrei pedindo que aumentasse. Então ela falou não faz 5 anos que eu não ajusto, então eu vou colocar no mesmo piso da V. Aí lá toda vez que você tinha que falar com eles, que são um casal que manda lá. Toda vez que você tinha que falar com eles você tinha que ficar com... cheia de dedos assim, você podia levar uma patada, sabe daí não era legal. Aí eu fui falando dessa questão do ajuste de salário, falando, dando toques assim e eles não falavam nada já ia dá quase três anos que eu tava lá e não tinha ajuste nenhum. Aí eu cheguei em um ponto que eu já não tava agüentando ficar lá, também, tava ficando muito cansada muito desgastada, porque eu chegava lá e já era um martírio para mim trabalhar. Aí que eu falei para as colegas de lá, olha eu vou falar com eles eu sei que eu to colocando a minha cara a tapa, mas pelo menos se eu não consegui pra vocês vai ter um ajuste, nem que seja brigando um pouquinho, aí eu falei com ela, pedi para mudar um horário, também, ela não gostou aí ela me mandou embora. Ela me mandou embora, mas eu cutuquei até o último.

6) Eu dou aula pela manhã, 2ª, 4ª e 6ª, aí eu tenho aluno de *personal* no meio da manhã e depois eu volto a trabalhar só no fim da tarde, 2ª, 4ª e 6ª também e terça e quinta eu trabalho de manhã, na musculação, 3ª e 5ª e mais tarde tem *personal*, no momento to sem porque ta viajando.

7) Agora em um.

8) Contando o estágio, tem 1 e ½ de estágio e 3 e ½ de formado dá cinco anos.

9) [respondido na pergunta nº 6]

10) Tenho várias pausas, não para lanche tenho uma pausa, nos horários que eu fico direto é porque tem as horas que eu sai mesmo da academia porque o horário nosso é meio picado é uma hora de manha depois duas de tarde, três de manha duas de tarde. Tenho 15 minutos de lanche quem tem 3 horas diretas de trabalho, tem 15 minutos de lanche.

11) Dimensões eu acho excelente, acho muito espaçoso é tem vários aparelhos, eu acho muito bem, a divisão é muito boa de sala de avaliação, sala prá médico, prá fisioterapeuta é bem boa mesmo, mas em termos de temperatura ela é de acordo com o ambiente se é ta muito fria lá fora, lá dentro é muito frio, seta muito quente é muito quente lá dentro é de acordo com a temperatura, por causa do telhado, do teto. Tem sala específica para avaliação e qual o professor de Educação Física. O som a gente mantém, a gente que regula, então é bom que não precisa ficar falando alto

12) Três, musculação, alongamento e ginástica localizada, todas elas para 3ª idade. O retorno é outra coisa eles valorizam o seu trabalho muito mais do que o juvenzinho que só vai lá para ficar se olhando no espelho, te tratam como filho, agora então eu ganho mil presentes.

13) Eu possuo carteira assinada e sou autônoma como personal. Tenho aluno da academia que me conhece e me chama prá trabalhar com ele, ou então aluno que eu trabalho em casa, no momento eu tô sem aluno que eu trabalho em casa, mas também eu trabalho em casa. Aqui eu tenho que dá um valor de R\$ 40 por aluno, só que como eu tava com 3 eu conversei com ele, ele me fez uma camaradagem e deixou eu ficar esse ano sem pagar esses valor, mas todo professor tem que pagar R\$ 40,00 por aluno, porque você ta usando a academia dele é por mês. Não sou sócia não.

14) [não é sócia]

15) [Idem]

16,17 e 18) [Como foi esse processo quando você largou a academia U?] Porque eu fui no SINDEC, sindicato do comércio, fui lá me informei de tudo que tinha direito eu queria brigar pelo ajuste que eu não tive durante os 3 anos quase que eu tava lá, só que aí não teve como, porque naquele canhoto na folha de pagamento já tava vindo um ajuste com um nome diferente que eu não sabia o que, que era e eu já tava assinando, então a moça da SINDEC que eu não poderia ta cobrando porque eu assinei, como se eu tivesse recebido, mas aí como já tinha dado os dois anos ela ainda não tinha me pagado o biênio, aí a moça fez o calculo direitinho e ela começou a me pagar o biênio, lá me pagou o biênio que ela tinha que pagar aí pagou tudo direitinho. Eu pedi para ser o cancelamento lá no SINDEC para que a mulher tivesse do meu lado prá poder me defender caso seja necessário, só que foi tranqüilo ele pagou tudo certinho.

19) Não, mas se eu morasse longe ele me daria vale transporte, lá em baixo (na outra academia) eles me davam vale porque eu não moro no centro.

20) Agente divide, os professores estagiários, quem vaga para a academia não ficar vazia no horário, não entrar todo mundo de uma vez para lanchar. (na outra academia?) Não, a gente até dividia, mas só que assim era uma avaliação atrás da outra, então às vezes nem tinha tempo, mas nunca foi falado, assim não você pode parar 15 minutos para lanchar, nunca ouvi falar sobre isso não a gente que levava, tinha que ser uma coisa muito rápida, porque se não dava tempo.

21) Não, lá era um salário base é geral, assim é trabalha no mês por exemplo recebe R\$300 e aqui é assinado por hora. Hora/, por exemplo, sei lá R\$ 4,00 eles sempre colocam um valor abaixo, todas as duas, um valor abaixo que eu recebo.

22) U, pelo mês trabalhado e V hora/aula.

23) Sim, é feito uma média, de quanto eu recebi, porque tem o ajuste durante o ano, tem ajuste salarial, então pega a média do ano todo quanto deu, os doze meses. Lá (na flesh dance) também, mesmo esquema também, só que lá não tinha o ajuste, só que lá tinha valores diferentes por mês, aqui o valor é fixo, lá o valor era diferente. Na verdade, nesse ponto lá era melhor se o mês tivesse 4 semanas e ½ você receberia 4 e ½

aqui você recebe 4 semanas na interessa se trabalha 5 ou 4 semanas e $\frac{1}{2}$. As férias são de 30 dias consecutivos, mas aí eu divido essas férias a gente conversa direitinho e eles liberam. Tiro metade no natal que natal é férias coletivas, todo ano é de 10 a 12 dias são férias coletivas, aí as vezes eu emendo mais alguns dias e no meio do ano, também, eu tiro o restante.

24) 5 minutos.

25) [respondido na pergunta 19]

26) É a gente tem um seguro, sim eu nem sei quando eu entrei ele me deu esse papel que na verdade eu nem li direito não, mas a gente tem um seguro sim de trabalho quando era no estágio, também tinha. Mas não sei te dizer como é, nunca li aquilo, coisa de morte também tem, pagar caixão essas coisas assim, coisas bizarras,(risos), eu lembro que eu li um negócio desse, aí falei assim ah! Nem vou ler esse negócio.

27) Não, só batidas assim em aparelho, vai conversando e bate a canela, machucar mesmo não.

28) É, acredito que sim, que eu saiba sim, todo professor que tem algum problema continua normal, a academia deve completar. É recentemente a minha avó faleceu eu liguei eles arrumaram sem problemas. Na U também era, mas assim eu, já é uma coisa minha quando eu sei que vou ter algum compromisso, ou alguma coisa assim que não dá para mim eu prefiro arrumar, igual férias, férias é obrigação da academias, mas eu prefiro já vê com colegas quem pode substituir e aí eu já entrego pra eles uma lista de quem vai ficar no meu lugar, mas acho que só eu que faço isso.

29) Eu já tenho um problema de varizes que é genético, então acaba agravando de eu ficar muito tempo em pé e as vezes aquela calça, né a corsário,mais curta não dá para colocar meia que angiologista pede, mas tirando isso eu nunca tive não a dores na coluna, também de ficar em pé, mas agora como eu tive que reduzir a minha carga horária ta tranqüilo. [Por que você reduziu sua carga horária?] Sai da U. Antes eu trabalhava tinha dia que eu trabalhava 13 horas por dia, foram dois anos castigados.

30) Não, faço aplicação de varizes todo ano. Eu que me responsabilizo.

31) Não.

32 e 33) Muito tranqüila, aqui então parece que a gente ta em casa mesmo a gente com os colegas, até com o patrão, também, ele é muito tranqüilo a gente brinca conversa passa um pelo outro conversa conta algum caso é assim o tempo todo e com os alunos também, o tempo todo conversando, batendo papo ajuda um aqui, ajuda outro ali, conversa com um conversa com o outro. Eu gosto, queria ganhar um pouco mais por isto.

34) Sô naquela porcaria do CREF lá, porque é obrigatório. Me registrei no ano passado, mas tive que pagar R\$ 900, mas assim paguei chorando, tirei da minha poupança pra pagar essa porcaria. As duas academias pediram, porque daí eles fazem fiscalização direto e se não tiver todos os profissionais filiados a academia leva multa, aí eles me encheram o saco pra fazer e eu tive que fazer. Não vejo nenhuma eu recebo alguns formulários via e-mail, via correio falando da evolução que a educação física te tendo, eu não vejo nada concreto, meus colegas também, o mínimo que eu acho que eles poderia, teriam que fazer é defender a gente a classe com o pagamento aí, o que mais tem aí é academia pagando R\$ 2,00 a hora eles deveriam fiscalizar esse tipo de coisa, mas não fica vendo se ta assinadinho lá a carteira do CREF se não... o resto a gente não vê nada palpável.

Nome: Carla

1) Data de nascimento: 22/09/1981

2) Sexo: Feminino.

3) Três anos e meio.

- 4) Trabalhei na academia T agora não tenho trabalhado mais não. T, P, U, Xe, não sei o nome daquela academia lá no morro da Glória, trabalhei nela, são essas, são essas.
- 5) Por que a hora/aula é baixa, muito baixa aí não compensa trabalhar em academia é trabalho escravo.
- 6) Muito cansativo, eu saía de uma aula e já dava outra, eu dava umas cinco, seis aulas por dia, dava três aulas de jump depois dava uma spinnig, depois outra de local, eu ficava doidinha. Musculação também. Dava um umas cinco aulas (mais pesadas) ,mas só que eu não fazia todas,tipo assim se eu dava três de M eu fazia uma as outras duas eu não fazia eu meio que enrolava lá na frente, porque o pessoal já tava acostumado a fazer a aula, então eles iam me acompanhando eu pedia para levantar a perna, fazia e o pessoal ia levantando eu fazia o polichinelo e o pessoal ia fazendo, sabe? Até perde um pouco de motivação a aula, mas como eu já tinha já uns alunos que já eram fixos, que já iam pra aula ficava mais tranqüilo.
- 7) ...[trabalhou] Em quatro locais. Na T, na P, U e na X. Teve um período que eu dava aula assim sabe, saía de uma ia pra outra de outra pra outra.
- 8) .. Na T eu trabalhei cinco anos, na P eu trabalhei uns dois anos e meio, na U eu trabalhei uns seis meses, sete meses e nessa Ah! Chama O, eu trabalhei um mês e pouquinho, dois meses, trabalhei muito tempo lá não e na X eu trabalhei uns seis meses, também dando aula de spinning.
- 9) ...Era muito diversificado os horários não sei descrever.
- 10)....Ah... não tinha muita pausa não, terminava uma aula e começava outra, por exemplo, lá na P eu chegava às 18:00 horas e terminava às 21:00, então eu dava as três aulas direto sem pausa aí, por exemplo, eu vinha da T, vamos supor que eu tava na T de 15:00 aí ficava na T até umas 17:00, saía da T e ia pra outra as 18:00 e era assim pá, pá dava aula e ia de um lugar para o outro isso que era a pausa.

11) ... Era bem legal, agora a questão é de as vezes de som de iluminação tinha algumas academias que ficavam mais, ficavam piores em relação as outras, mas o problema maior da gente que dá aula assim na área da ginástica é questão de som, porque prá aula ser motivante, prá ser motivada a aula a gente tem que colocar o som mais alto e isso acaba com o , né ... acho que é por isso que eu falo alto, até hoje (risos)

12) Ah!!! Já dei aula de muita coisa de spinning, de M de ginástica localizada de step de GAP que é glúteo, abdômen e perna, dei aula só de abdominal, já dei aula de tae-boo, dei aula de... só aero bahia que eu nunca dei aula, não sei dançar aquelas músicas não. E de musculação.

13) Olha teve uma academia que eu possuí carteira assinada foi a única, que eu até esqueci não citei ela, foi a B eu trabalhei na B, trabalhei lá um ano e meio foi a única que eu tive carteira assinada as outras eu não tive .[Você trabalhou cinco anos na T sem carteira assinada?] Sem carteira assinada, tanto é que quando eu sai de lá que o Léo fechou a academia ele mandou todo mundo embora, aí o dono da u que pegou, ele foi e fez um acerto comigo por fora eu tinha direito a muito mais coisa só que eu não esquentei a cabeça, porque...sócia nunca fui.

14) [Não foi sócia.]

15) [idem]

16, 17 e 18)...Fui mandada embora da T e eu fiz com ele um acerto de boca, porque eu não tinha carteira assinada, deixei um monte de coisas para lá. Das outras eu que sai e todas também foi de boca. [Você trabalhou em alguma academia quando fazia faculdade?] Trabalhei na P, quando eu fazia faculdade na T quando eu fazia faculdade, na X, praticamente em todas. Comecei dá aula desde o meu segundo período. Eu comecei como estagiária aí iam gostando e foram me contratando. [Você deveria ser estagiária porque ainda estava em formação, mas trabalhava como professora?] Como

professora, mas na T eu não ganhava como estagiária, eu ganhava como professora, na P eu também ganhava como professora e nas outras como estagiária.

19) Não, eu ia tudo andando.

20) Eu comia irregular, porque o que eu comia era barrinha, barrinha de cereal, dava um tempo e outro eu comia parar prá lanche e tal não tem isso não.

21) Não!!! O Valor assinado era muito abaixo, tipo assim R\$ 2,00 por hora/aula só prá constar que assinou pra não dá pepino para a academia, sabe? [Você sabe me dizer que se a sua carteira era assinada como instrutor de atividade física ou professor de educação física?] Não isso eu não sei não, não reparei. Não acho que era instrutor é isso mesmo era instrutor.

22) Não por aula dada em todas as academias.

23) Um coitada!!! Só a T me dava eu tirava e eles me davam como se fosse a minha aula. Só que eu nunca tirava as férias todas tirava era 15 dias, nunca tive assim um mês de férias. (Sobre o descanso semanal ser remunerado) Não.

24) Era umas ½ hora, ou, por exemplo, quando era um pouco mais longe quando eu tava na U e ia pra O era uns 40 minutos em média era isso.

25) Não isso não.

26) Não.

27) Não nunca tive. Graças a Deus.

28) Não, ué, não. Não tinha contrato a única que eu acho que eu ganhava mais coisa por eu tá ali mais tempo e ter começado... é a T, mas mesmo assim eu gostei muito de trabalhar lá, todos os cursos que eu fazia igual eu ia pro Rio eles que pagavam,

igual ao curso de pilates que eu fiz eles que pagaram por isso que assim eu não esquentava muito a minha cabeça, entende? Mas era a única que tinha mais. Eu faltava eu não recebia, mas aí alguém eles contratavam alguém e alguém ia pra mim. Mas tinha academia também que eu que tinha que arranjar alguém pra ir pro meu lugar.

29) Eu acho que sim, porque hoje em dia eu tenho dois nódulos nas cordas vocais e eu não sei se desenvolveu, mas eu acho que deve ter sido da época da academia, porque eu gritava muito e o som muito alto e eu gritava pra dá aula, eu acho que decorreu daí, não sei. Joelho eu já tinha problema antes eu tenho um problema no menisco só que eu já tinha antes e com eu fazendo muita aula, por isso que eu não podia fazer muita aula se eu fizesse muita aula aí acabava como o meu joelho.

30) [Não foi realizado nenhum tratamento no período que nossa interlocutora trabalhava em academias.]

31) Não.

32 e 33) Ah! Eu sempre gostei falar que eu não gostava era mentira só que eu só sai dessa área, porque eu achei que eu era muito explorada, eu sempre gostei de dá aula é uma coisa que eu gosto. O problema mesmo é as condições de trabalho, de emprego que você não tem condições nenhuma, você não tem carteira assinada, você não tem férias, não tem nada igual você estava perguntando. É assim se você for ver é realmente um trabalho escravo a hora/aula é muito baixa. A musculação é mais baixa eu recebia quando eu trabalhava R\$ 10,00 hora/aula hoje em dia, pagam até R\$ 6,00 eu conheço uma academia só que eu não vou citar o nome que pra estagiário paga R\$ 0,50 por hora pro estagiário, isso é um absurdo né? É melhor não dá nada.

35) Eu sou do CREF hoje em dia, né que eu fiz a minha carteirinha do CREF, porque hoje em dia eu to trabalhando só se personal e como eu trabalho em três academias eu tenho que ter o CREF pra poder rodar nessas academias. [Então você foi obrigada pela academia a se registrar?] É as academias exigem que você tenha o CREF, porque se o conselho bater lá pelo menos você já tá, aí não tem nada, você não dá

problema pra a academia e ela não dá problema pra você. Olha é boa, igual nessas que eu trabalho não me cobram, porque a maioria delas cobram uma parte, uma taxa pra você atender só que nessas que eu trabalho elas não me cobram taxa e eu que passo o meu preço não tenho um preço estipulado pela academia, entendeu? É bem legal, hoje em dia assim na área da educação física, na área de fitness que é das academias a melhor coisa que tem é trabalhar como personal o que ta dando dinheiro é isso? [Mas também, é uma relação muito estável, não é?] Com certeza, porque não é certo igual agora eu entrei de férias eu tenho três alunos meus que agora vão viajar no natal e vai voltar só dia 15 aí como é que você vai repor essa montueira de aula depois, porque tem uns que eu cobro por hora/aula e tem outros que eu já cobro mensal, aí é complicado. Por isso que escola paga pouco, eu trabalho no Estado e na Prefeitura, Prefeitura ainda é melhor que Estado, mas pelo menos você tem uma coisa que é certo. [Qual a interferência que você vê do conselho no seu trabalho?] Nenhuma o Conselho de educação física é uma porcaria não faz nada a única coisa que ele faz é cobrar no final do ano a mensalidade, entendeu? Que por sinal é muito cara, muito cara e não interfere em nada e nem mesmo em academia tanto é que tem uma muntueira de estagiário, gente trabalhando em condições subumanas por causa disso o Conselho não é atuante. Quando eu me filiei lá no CREF eu tive que pagar retroativo eu paguei acho que foi R\$ 1.000 R\$1.100 pra poder me filiar, eu tenho o recibo até hoje, foi R\$1.100, um absurdo, porque eu entrei esse ano no conselho, esse ano de 2008. Paguei 2005, 2006 e 2007. Eu podia não ter trabalhado nesse tempo, mas mesmo assim eles exigiram que eu pague, que é um absurdo.

Nome: Tereza

- 1) Data de nascimento: 27/05/1984
- 2) Sexo: Feminino
- 3) 2 e ½., me formei em abril de 2006.
- 4) É na verdade eu trabalho ainda, mas saio de lá essa semana. É na O academia. [só na O?] trabalhar sim, eu já fiz estágio, eu devia ta no 5º período, aí eu não trabalhava como professor não, eu mais passava teste de carga, acompanhava aluno

iniciante essas coisas assim. Ai quando eu fui para a O academia comecei fazendo estágio também, aí eu comecei fazendo o mesmo tipo de trabalho, só que aí com o passar do tempo fui evoluindo lá e comecei a fazer o trabalho mesmo de professor, mesmo antes de formar. [Qual a outra academia que você fez estágio?] É a academia W.

5) Tô saindo dessa porque to mudando para Belo Horizonte, vou fazer pós-graduação, vou trabalhar em outro local.

6) Meu horário lá é de 6:00 hs à 12:00 hs. Abro a academia às 6:00 hs aí trabalho na musculação, depois dou aula, jump, spinningg, essas coisa aí 12:00 eu saio. Aí à noite eu volto para a academia para dá mais aulas, as vezes não é todo dia.

7) Lá nessa academia e antes das férias eu tava dando aula de capoeira para crianças, era escolinha, né de crianças de até seis anos de idade.

8) Ao certo assim eu não vou saber te dizer não, mas eu acredito que seja desde 2004, quando eu comecei fazer estágio lá, aí eu fiquei direto.

9) [descrito na pergunta nº 6]

10) Quando ele assinou a minha carteira, assim que eu formei, ele assinou a minha carteira, aí eu tenho intervalo de 15 minutos, durante ás 6 horas de trabalho.

11) Lá é tranqüilo assim a única coisa que faltava era o espaço para o lanche, eu lanchava na sala de avaliação, não tinha um lugar destinado para o lanche, o resto assim, banheiro, sala de ginástica tinha tudo direitinho. [E a altura do som?] A altura do som era relativa assim, dependia de cada professor. Eu como trabalhava de manhã e o público era mais velho o som não ficava muito alto não. Agora o que tinha era a aula de spinning, por exemplo, tinha uma professora que colocava o som muito alto. Foi um cara lá, não sei de que instituição que é que regulamenta isso, que mede e tal, aí ele mediu e falou que tava a cima do permitido. Falou com ela, conversou com o dono da academia, mas aí a professora mesmo que era que devia ficar preocupada, ela até falou

assim: ah! Não sei de quanto em quanto tempo eu faço exame de audição, como não tava até aquela época ela ...Agora os outros horários eu não sei. Eu já fiquei rouca dando aula, aí passou a colocar microfone, depois o microfone estragou, aí eu passei a abaixar o som na hora de falar. Eu abaixava e falava, depois eu aumentava.

12) Musculação, avaliação física, aulas de local, abdominal, jump, spinning e aero Box.

13) Posuo carteira assinada, desde quando eu formei. [sócia], não.

14) [Não é sócia]

15) [Idem]

16, 17 e 18) Não eu só vou ser demitida fiz acordo, só mais nada.

19) Ônibus, eu pegava ônibus.

20) Irregularmente, a gente que faz o horário.

21) Não inferior.

22) Aula dada

23) Posuo, eu nunca tirei 30 dias direto, eu tirava 15 dias no meio do ano, 15 no final do ano, mas era por opção minha mesmo. [Descanso semanal] Não.

24) O tempo total uns 40 minutos.

25) Vale transporte eu recebi, o que eu necessitava.

26) Sim, acredito que sim, olha eu não sei te dizer, eu sei que tem lá negócio de INSS, né de afastar do trabalho.

27) Não, nunca.

28) Eu até tive afastada do trabalho por lesão, não foi acidente de trabalho, mas eu fiquei afastada pelo INSS, eu recebi o benefício. É garantida, não nesse caso, até nas férias mesmo, não contava como se eu estivesse trabalhando normalmente, as aulas e tudo, porque o valor das aulas é diferente do valor da musculação, então aí ele contava como se eu tivesse só na musculação. É um valor inferior [ainda é maior do que o assinado na sua carteira?] Ainda é maior. A academia se responsabiliza por arrumar outro professor pra trabalhar no meu lugar.

29) [Grande pausa] Não

30) [Não teve problemas em decorrência do trabalho]

31) [pausa] Não, já tomei pó de guaraná, assim, mas nada, além disso.

32 e 33) Boa , eu gosto.

34) Sou registrada no Cref, porquê foi exigido, o dono da academia exigiu em partes, ele pediu para todo mundo se registrar, mas teve muita gente que ficou enrolando, não é todo mundo que acaba se registrando logo que forma, mas acaba se registrando, porque tem muitos lugares que exige. Não vejo nenhuma relação. Tem muita coisa que o conselho deveria fazer e não faz. Eu acho, não sei se isso é do sindicato, né, dos trabalhadores, mas por exemplo, o valor que é determinado como o mínimo que a gente recebe é muito, muito pouco, assim, eu acho que é R\$ 2,00 hora/aula. Inclusive a minha carteira está assinada com esse mínimo. Então assim, 6 horas por dia não dá nem um salário mínimo, entendeu, então é ridículo isso. Geralmente outros órgãos, do engenheiro, o mínimo que o cara recebe é sei lá, não sei quantos mil e a gente R\$ 2,00

hora/aula, isso é um absurdo. Minha carteira é assinada como instrutor de atividades físicas.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)